

ESCS
EU
4,9 - 15



Este livro foi impresso
(com filmes fornecidos pela Editora)
na Gráfica Editora Bisordi Ltda.,
à Rua Santa Clara, 54 (Brás),
São Paulo.

FREI MARTINHO DE NANTES

O padre frei Martinho de Nantes, segundo o livro do padre frei Fidélis M. de Primério (OFM Cap.), São Paulo, 1942, ingressou na ordem em 1659. Foi catequista como missionário apostólico, enviado pela *Propaganda Fide*, na região do rio de São Francisco, exercendo suas funções nas aldeias de Aracapé e Cavaló, entre os índios cariris. Foi superior do hospício da Penha em Pernambuco e, em 1682, na Bahia, onde iniciou o convento da Piedade, que mais tarde passou aos capuchinhos italianos que até hoje lá se encontram.

Retirou-se para a Europa em 1688 sendo muito bem acolhido pelo rei de Portugal, e especialmente pela rainha D. Maria Francisca de Savóia, que era francesa. Tentou várias vezes recomeçar sua atividade missionária no Brasil. Mas a política portuguesa, ciosa dos privilégios resultantes do Padroado concedido ao rei pela Santa Sé não era favorável à ação de padres estrangeiros, especialmente de nações rivais na ação colonialista. Preferia, ao ter de recorrer a estrangeiros, os italianos e os alemães, súditos do império, que não tinham colônias. Ora, as relações diplomáticas entre o rei Cristianíssimo e o rei Fidelíssimo não eram boas. O rei decidiu eliminar do Brasil todos os capuchinhos franceses.

O padre Martinho de Nantes ainda vivia em 1706 em Quimper. Além da *Relação* aqui divulgada, o padre Martinho terá escrito um dicionário da língua cariri, um exame de consciência, um método para confessar e algumas vidas de santos em edição bilíngüe, cariri e português.

RELAÇÃO DE UMA MISSÃO NO RIO SÃO FRANCISCO

A Relação sucinta e sincera — que aliás se compõe de duas relações — do padre Martinho de Nantes, religioso capuchinho, é dos poucos depoimentos valiosos deixados por um estrangeiro que realmente conviveu com nossos selvagens. Sua própria ingenuidade, que transparece, quer no contato com os índios, quer no sério combate que teve de travar com um dos mais gananciosos e inescrupulosos latifundiários do Brasil, que foi Francisco Dias d'Ávila, fazem do seu relato um dos mais autênticos acerca da luta pela conquista do solo do Brasil.

A obra dos capuchinhos franceses foi, infelizmente, cortada pela situação diplomática que colocou o rei de França e o de Portugal em posições opostas. De nada valeu aos franceses alegarem o título de missionários apostólicos, designados pela congregação romana da *Propaganda Fide*. O rei Fidelíssimo, amparado em pareceres dos Conselhos Reais, fez valer os privilégios especiais concedidos à coroa portuguesa e à Ordem de Cristo pela Santa Sé. A conversão dos infiéis era a própria razão de ser da entrega aos cuidados da coroa portuguesa das terras do Brasil. Essa prerrogativa o rei considerava ameaçada pela presença de missionários estrangeiros, especialmente pertencentes a nações rivais na área da colonização.

As notas do prefaciador e anotador, o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, que investigou com a tenacidade e a competência do costume as circunstâncias da missão de frei Martinho, valorizam extraordinariamente esta edição. O leitor dispõe de todos os elementos para um estudo profundo da ação do notável missionário.

A. J. L.

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

M338r **Martinho de Nantes, padre, O. F. M. Cap.**
2.ed. Relação de uma missão no Rio São Francisco : relação
sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes,
pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os
índios chamados cariris / Martinho de Nantes ; tradução e com-
entários de Barbosa Lima Sobrinho. — 2. ed. — São Paulo :
Ed. Nacional, 1979.

(Brasília ; v.368)

1. Capuchinhos — Missões 2. Capuchinhos no Brasil 3. Índios Cariris I. Lima Sobrinho, Barbosa, 1897- II. Título. III. Série.

	17. e 18.	CDD-266.281
	17.	-271.360981
	18.	-271.36081
79-0940	17. e 18.	-980.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Capuchinhos : História da Igreja
271.360981 (17.) 271.36081 (18.)
2. Brasil : Missões capuchinhas 266.281 (17. e 18.)
3. Cariris : Índios : América do Sul 980.3 (17. e 18.)

**RELAÇÃO DE UMA MISSÃO
NO RIO SÃO FRANCISCO**

BRASILIANA

Volume 368

Direção de

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Pe. MARTINHO DE NANTES

RELAÇÃO DE UMA MISSÃO NO RIO SÃO FRANCISCO

*Relação sucinta e sincera da missão do
padre Martinho de Nantes, pregador
capuchinho, missionário apostólico no
Brasil entre os índios chamados cariris.*

*Tradução e comentários de
BARBOSA LIMA SOBRINHO*

Segunda edição

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Composição e paginação:
SÓ-TEXTO

Direitos desta edição reservados
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639
01212 São Paulo, SP

1979
Impresso no Brasil

**RELATION
SUCCINCTE
ET
SINCERE**

**De la Mission du Pere Martin
de Nantes , Prédicateur Ca-
pucin , Missionnaire Apostoli-
que dans le Brezil parmy les
Indiens appellés Cariris.**



A QUIMPER,
**Chés JEAN PERIER, Imprimeur
du Roy , du Clergé & du Collège.**



P E R M I S S I O N
de Monsieur le Grand Vicaire.

N O U S permettons de
faire imprimer la Rela-
tion cy-dessus. Donn     Quim-
per ce jour 31. Decembre 1706.

J A C Q U E S F U R I C,
Pr  tre, Vicaire General
du Chapitre *Sede Episco-
pali vacante.*

SUMÁRIO

Introdução, XI

A Jesus Cristo, o Redentor do Mundo, XXI

Prefácio do Autor, XXIII

PRIMEIRA RELAÇÃO

Primeira Parte

Começo da missão, 1

Encontro admirável, 2

Minha partida para o rio de S. Francisco, 2

Missão do Rev. padre Anastácio, 3

Seu zelo, 3

Plano da Relação, 3

Da religião dos cariris, 4

Seu governo, 4

Erros perniciosos, 5

Homicídios freqüentes, 5

Casos estranhos, 5

Conseqüência desses males, 6

Observações em torno de seus augúrios, 6

Segunda Parte

Meios para a sua conversão, 8

A escrita, 9

Começo de governo, 10

Doença, 10

Efeitos maravilhosos do batismo, 10

Outros efeitos maravilhosos, 13

Confissão e comunhão, 14

O terço, 15

Para a festa de Páscoa, 16

A missa, 16

Efeitos dos sacramentos, 17

Justiça e subordinação, 17

Outros efeitos, 17

Preparação para o batismo, 18

Visita dos reverendíssimos padres jesuítas, 18

Novas missões, 19

Perseguição, 19

SEGUNDA RELAÇÃO

Monsenhor

- Chegada ao Brasil, 28
- Durante a viagem, 28
- Visita ao prelado, 29
- Viagem para Pernambuco, 30
- Trabalhos de minha viagem para a missão, 31
- Solidões assustadoras, 32
- Coisas extraordinárias, 32
- Minha viagem ao rio S. Francisco, 33
- Perigos que enfrentei com o padre Anastácio, 34
- Minha partida da aldeia do padre Anastácio, 35
- Presença da providência divina, 35
- Minha chegada a Uracapã, 36
- Caso notável, 37
- Começo da missão, 38
- Os meios que usei, 38
- Os obstáculos que houve necessidade de remover,
para que a missão continuasse, 39
- Segundo obstáculo, 41
- Terceiro obstáculo, 41
- Perigos a que me expus, 45
- Terroros salutare para os índios, 46
- Mudança de aldeia, 48
- Relação de uma guerra . . . , 49
- Viagem à Bahia, 54
- Guerra. Encontro com os cariris de Canabrava, 54
- Revolta no rio, 56
- Novos trabalhos, 60
- Segunda viagem à Bahia e seu objetivo, 63
- Má fé do coronel Dias de Ávila, 71
- Sutilezas capciosas do coronel, 73
- Traição contra mim, 76
- Novo acidente ao sair de Canabrava, 78
- Grande surpresa, 80
- Segue-se a narração . . . , 99
- Aprovações, 101

Introdução

A primeira vez que li a *Relação* de padre Martinho de Nantes foi na Biblioteca Nacional, valendo-me do texto de sua primeira edição, de 1706, data, se não de sua divulgação, certamente das aprovações eclesiásticas, subscritas pelas autoridades competentes. Confesso que o livro me impressionou vivamente, como documento do início do povoamento da região do médio S. Francisco, já na segunda metade do século XVII, pouco depois da expulsão dos holandeses. Dediquei-lhe, por isso, um capítulo especial no livro que publiquei em 1929, *Pernambuco e o S. Francisco*, destinado a versar menos um pleito de limites entre dois Estados do que uma reivindicação do patrimônio histórico de Pernambuco, no trabalho para o povoamento da margem esquerda do rio S. Francisco, incluída na sua jurisdição desde a carta de doação de Duarte Coelho, em que tinha como fronteira “todo o curso do dito rio”. Ao contrário da versão corrente, de donatarias demarcadas apenas no litoral, com a fixação de pontos a partir dos quais se deveria correr uma linha na direção do Oeste, a donataria de Duarte Coelho, como a de Martim Afonso de Sousa, surgira com fronteiras definidas. Até mesmo pela razão de haver a capitania pernambucana admitido, como limite, o curso do rio S. Francisco, quando, seguindo a linha do litoral, teria direito a uma vasta região do atual nordeste da Bahia; a menos que se adotasse a tese de que o curso do rio só serviria de fronteira quando favorecesse a capitania doada a Francisco Pereira Coutinho. Uma reta tirada dos 10,5 graus da foz do S. Francisco alcançaria novamente o curso do rio um pouco ao norte da atual cidade da Barra do Rio Grande.

Para evitar a irradiação do movimento da Confederação do Equador na direção de Minas Gerais, o imperador Pedro I desanexou de Pernambuco a comarca do Sertão, que seguia pelo curso do rio até a confluência do Carinhanha, incorporando-a provisoriamente à província de Minas Gerais e, três anos depois,

à da Bahia, sempre *provisoriamente*, até que se fizesse a reorganização geral do território brasileiro, plano que, então, parecia indispensável ao progresso nacional. Mas vingaram, afinal, as reivindicações da Confederação do Equador, traduzidas no advento da República e na conquista da Federação, o que não impediu que a mutilação do território pernambucano se prolongasse pelo tempo afora, não obstante, o “provisoriamente” dos decretos de desanexação da comarca do Sertão.

A tese, que Capistrano de Abreu endossara, era a de que a luta contra os holandeses havia concentrado os esforços de Pernambuco na libertação de seu território, deixando de lado a conquista e o povoamento de seu interior. Isso, de certa forma, era exato, mas não apenas quanto a Pernambuco; a Bahia também teve de enfrentar os sacrifícios de uma luta desigual. Embora, mesmo na fase da luta, o povoamento da região nordestina houvesse sentido a necessidade de se aprofundar, colocando seus rebanhos a salvo das incursões holandesas, com o auxílio dos campanhistas, que organizavam, no interior, as sortidas com que iam enfraquecendo a ocupação do território pelos representantes da Companhia das Índias Ocidentais. Maurício de Nassau sentiu a necessidade de fortificar a povoação de Penedo, na margem do S. Francisco, e chegou a arrepender-se de não haver levado a perseguição às tropas de Bagnuoli até a cidade do Salvador. Já estavam os holandeses em Sergipe quando lhes chegou a ordem de retirada. Mas, com a rendição dos holandeses, em 1654, o trabalho do povoamento continuaria sem interrupções, subindo pelas duas margens do rio S. Francisco, apesar das dificuldades geradas pela própria guerra.

É nessa nova fase que se insere a atuação dos capuchinhos franceses. Na verdade, eles já estavam presentes no Maranhão, acompanhando a expedição de La Ravardière. Mas a expulsão dos franceses veio também interromper o trabalho missionário dos capuchinhos. E aconteceu que, mesmo com os holandeses em Pernambuco, haviam chegado alguns padres capuchinhos aprisionados em Angola pelos holandeses. Maurício de Nassau procurou aproveitá-los, na sua política de aproximação com os povoadores de Pernambuco, favorecendo-lhes os sentimentos religiosos. Com o regresso de Maurício de Nassau à Holanda, cessando a fase de tolerância religiosa, os capuchinhos se sentiram livres para a aliança com os insurretos da campanha de João Fernandes Vieira, dando novo alento para a sustentação de uma luta, que ainda levaria nove anos para chegar à capitulação da Campina do Ta-

borda. Convencido dessa aliança natural, fundada na comunhão de crenças, o rei de Portugal recomendava aos portugueses do Brasil que tratassem bem os capuchinhos franceses, uma vez que eram todos “vassalos do cristianismo”.

A identificação foi tão grande, nesse longo período de lutas, que, mal terminava a guerra, Belchior Alves e D.^a Joana Bezerra fizeram doação de um terreno, situado no “areal que vae desta povoação de Santo Antônio para Cinco Pontas, correndo para a estrada que vae para Afogados”. Eram quarenta braças de terreno, no qual iriam os capuchinhos construir um mosteiro e uma igreja, dedicados ao culto de Nossa Senhora da Penha. Ainda como resultado daquela comunhão na luta contra os holandeses, o rei de Portugal revogava, em 1652, a decisão de 1628 que proibia a presença de religiosos estrangeiros nas conquistas de Portugal. É ainda dessa época a exaltação do general Francisco Barreto aos serviços prestados pelos capuchinhos, ao proclamar:

“O zelo com que os capuchinhos franceses serviram a Sua Majestade, a caridade com que assistiram os hospitais, o desvelo e a prontidão com que se achavam presentes nos combates contra os inimigos, me obrigam a declarar que, em qualquer emergência, se mostraram solícitos e abasados de um zelo particular, quer pela glória de Deus, quer pelo serviço de Sua Majestade, o que ainda mais luminosamente demonstraram pela restauração deste domínio, em que se distinguiram não somente como piedosos religiosos, mas também como heróis insignes.”

Diante desses fatos, não é de admirar que, em 1671, chegasse ao Brasil, destinado ao trabalho missionário, frei Martinho de Nantes, atraído pelo exemplo de seus companheiros de ordem religiosa. Vem para Pernambuco, onde já existia o convento de sua ordem, provavelmente o segundo do Brasil, depois do que havia sido fundado em São Luís, no Maranhão, já abandonado depois da derrota da expedição de La Ravardière. O convento do Rio de Janeiro surgiria mais ou menos na mesma ocasião. O da Bahia iria esperar a iniciativa desse mesmo capuchinho, que havia ido para Pernambuco.

A *Relação* de frei Martinho de Nantes é mais sucinta que a dos capuchinhos que foram para Maranhão, frei Ivo d'Évreux ou Claude d'Abbeville, mas é de grande valor, tanto pela inteligência na orientação de seu trabalho de catequese como na documentação, que permite seja acompanhado o drama da conquista e do povoamento do território brasileiro. As lutas imensas, travadas com a Casa da Torre, no auge de sua influência, constituem

um dos capítulos mais impressionantes da formação dos latifúndios em nosso país, e revelam a presença de uma espécie de “máquina” para a conquista das terras, em que as tribos aldeadas e os missionários iriam figurar como comparsas, não raro contra a vontade, em proveito dos poderosos, que manejavam facilmente as autoridades régias, como demonstração do que já representava o poder econômico, nessa hora tão recuada de nossa história territorial.

Nesses episódios, destaca-se a personalidade de frei Martinho de Nantes, pela sua impetuosa bravura, pelo seu devotamento, pela vivacidade apaixonada com que sabia defender a causa dos índios, que acabavam, afinal, perdendo todos os confrontos, numa espoliação que até hoje ainda não cessou, não obstante o sacrifício de seus defensores. Embora atribua todo o mérito de suas batalhas à presença de Deus, não falta a frei Martinho uma certa dose de ufanismo, com algumas parcelas de ingenuidade, que refletem a profunda sinceridade de seu relato. O certo é que a sua *Relação* agradou tanto a seus superiores, que acabaram lhe pedindo outra. Houve duas *Relações*, separadas por um largo período de tempo, com uma segunda parte, que bem poderia ter sido chamada de terceira.

A primeira edição do livro, reunindo as duas *Relações*, é de 1706. Só muito mais tarde, já em 1888, apareceria uma segunda edição, por iniciativa dos Archives Générales de l'Ordre des Capucins, em Roma, sob os cuidados do Rev. Pe. Apolinário de Valença, religioso da mesma ordem de frei Martinho. Devo, aliás, a frei Jacinto de Pallazolo, que foi superior dos capuchinhos do Rio de Janeiro, o conhecimento dessa segunda edição, bem como o oferecimento de um exemplar, que muito facilitou a documentação de meu *Pernambuco e o S. Francisco*.

Apareceu na Bahia uma terceira edição, fac-similar, prefaciada e anotada pelo historiador Frederico G. Edelweiss, e impressa na Tipografia Beneditina no ano de 1952. A reimpressão foi dedicada ao Segundo Congresso de História da Bahia, e seu ilustre anotador observa que considerava “impossível estudar o ciclo do curraleiro, o povoamento do sertão baiano e das regiões limítrofes do Norte e do Nordeste sem consultar Martinho de Nantes”. Mas, como ele próprio assinala, essa edição fac-similar, que se devia à colaboração do então diretor da Biblioteca Nacional, o ilustre Eugênio Gomes, não seria de muita significação, uma vez que, “ao corpo da letra e à impressão irregular do original, juntou-se a ação do tempo, que dificulta a nitidez da repro-

dução. Haverá, por isso, algum trecho de leitura difícil; não cremos os haja ilegíveis”. Basta a leitura difícil para recomendar uma reedição. Há muito eu desejava ver traduzido esse livro, precioso para a história do povoamento do Nordeste brasileiro. Como não surgiu até agora a tradução, decidi-me a empreender o trabalho.

O depoimento de frei Martinho de Nantes elucida o que foi a ação da famosa Casa da Torre e, sobretudo, de Francisco Dias de Ávila, a quem eram atribuídas todas as terras do rio, “de trinta léguas abaixo até mais de cem léguas para cima”, por força de doação do rei de Portugal. Seu domínio, no cálculo do capuchinho, abrangeria uma região que iria da légua 308, na confluência do Pajeú, à foz do rio Grande, nas proximidades da vila da Barra. A documentação até agora revelada não comprova a existência de tão grande domínio de terras, como não confirma os imensos latifúndios da Casa da Ponte, da família Guedes de Brito. Já em 1656, diante de um pleito da Casa da Torre, representada pelo padre Antônio Pereira, que se havia candidatado a uma sesmaria na barra do rio Salitre, o procurador da Coroa dissera “considerar excessivo o pedido de vinte léguas de terra, com ilhas e pertences adjacentes, que inda é pelo sertão adentro”. (*Documentos históricos*, vol. LXVI, p. 119-130.)

Uma carta régia de 1663 já dizia:

“E porque aqui se não pode deferir ajustamento a este requerimento, vos encomendo e mando que, vendo a petição, nos informeis muito particularmente de tudo o que se contém nela, mandando, para isso, fazer as diligências que julgardes necessárias. E, ouvidos todos os oficiais da Câmara dessa cidade sobre este negócio, averiguando-se se há dúvida entre essa terra e a de Lourenço de Brito, ordeneis que apresente os documentos que forem necessários, para esta diligência se fazer como convém, e do que achardes e se vos oferecer me assinareis, com toda a clareza, por via de meu Conselho Ultramarino, para, como notícia de tudo, mandar deferir a este requerimento como parecer justiça.” (*Documentos históricos*, vol. LXVI, p. 280).

Era uma fase de reação contra sesmarias excessivas, quando se tornava mais imperativa a necessidade de confirmação das sesmarias concedidas no Brasil. Já tratei desse assunto em artigo, publicado na *Revista de História*, número 110, escrevendo:

“As contestações cresciam e os poderes locais pareciam fracos para executar as demarcações necessárias. Não seria difícil peitar, pela amizade ou pelo suborno, os procuradores que deveriam opinar na concessão das sesmarias. E o remédio começou

a se impor aos membros do Conselho Ultramarino e à autoridade do rei. O remédio era exigir a *confirmação* pelo rei, com a intervenção do próprio Conselho Ultramarino. Não somente para confrontar as doações já outorgadas, como para precisar se haviam obedecido aos limites da jurisdição dos governos locais ou até mesmo para determinar se correspondiam às condições básicas, estabelecidas para o regime das sesmarias." (*Loco citato*, p. 255-256.)

Como compreender, em face dessa orientação, os imensos latifúndios de que se diziam donos a Casa da Torre e a Casa da Ponte? Não seria um caso de precursores dos "grileiros" de nossos dias? Os meios é que se alteram, no decurso do tempo. Hoje, inventam-se documentos, que não resistiriam a um exame sério, como o de domínios decorrentes de formais de partilha fundados numa descrição de bens de fantasia, sem qualquer documento que os apóie. No século XVII ou XVIII, seria mais fácil levar ao infinito os limites das sesmarias concedidas, e manter uma tropa para exigir o pagamento de foros indevidos. Que poderia fazer o possessor? Perdido e isolado num imenso território, sem ter meios para os recursos judiciais, sem ter mesmo facilidade de acesso aos tribunais organizados, sem a possibilidade de contratar defensores e de lhes pagar os honorários que viessem a exigir, tornava-se mais barato ceder de saída aos grupos de pressão que, de armas na mão, lhe reclamavam o pagamento do foro estabelecido. Tanto mais quando esses grupos de pressão estavam à mercê de famílias poderosas, muito bem relacionadas com os magistrados, que compunham aquela relação que frei Martinho de Nantes classifica como o "parlamento do país". Que podiam fazer povoadores sem prestígio? Pois se os próprios missionários, dedicados à defesa das aldeias e contando com a ajuda de ordens religiosas, numa época em que a Igreja constituía um poder efetivo, não raro se sentiam superados pela força dos sesmeiros onipotentes? No Brasil, como alhures, o direito de propriedade se fundamentou muito mais na força, que o tornava efetivo, do que em títulos, que poderiam ser contestados. Era, afinal, o "latifúndio de boca", baseado nas armas que o defendiam. As lutas travadas por frei Martinho de Nantes valem como uma admirável comprovação dessas realidades, que ainda constituem benemerência para os exploradores do povoador solitário, abandonado num deserto, sem saber sequer o nome dos governantes. Não é por outras razões que o Brasil se foi constituindo, através dos tempos, como uma soma de desertos, no império dos latifúndios.

Não é apenas nesse aspecto que se torna preciosa a *Relação* de frei Martinho de Nantes. Mostra-nos, também, como foi dizimada a população indígena, mercê de declarações falsas que autorizavam as guerras justas para a sua escravização. A necessidade de reduzir o número de prisioneiros, para aliviar os problemas de abastecimento e de segurança, em longas travessias, obrigava ao sacrifício imediato dos guerreiros, mesmo quando se rendiam à discricção e sob a condição de que lhes poupassem a vida. Como revela frei Martinho, custavam pouco os esforços dos preadores de índios, por mais que os encarecessem nas patentes concedidas ou nas honrarias outorgadas. A tropa que se organizava para a conquista contava com o auxílio dos índios já pacificados, que marchavam em companhia dos missionários que os assistiam. As munições de guerra, balas e pólvora, eram fornecidas pelo governo. Revela frei Martinho que as “munições de boca” consistiam em carne seca e um pouco de farinha para o coronel e alguns dos principais; para os outros portugueses e para os índios, nada era levado. Matava-se o gado dos currais encontrados pelo caminho. Os índios se mantinham com a caça, o que podia explicar situações de grande dificuldade, como a que enfrentaram na luta travada contra o gentio que invadira as regiões do São Francisco, nas alturas do rio Salitre. Eram grandes as compensações com a captura e venda dos índios às senzalas do litoral, ou para suprir o harém dos conquistadores. Em linguagem atual, pode-se dizer que a guerra aos índios era um importante investimento, talvez o mais rendoso de que se poderia lançar mão, com uma população curtida nos perigos das entradas, em que talvez pudesse encontrar a sedução e os atrativos de uma aventura. Como se transformam os critérios de julgamento através dos séculos! Muitas dessas entradas e bandeiras talvez pudessem ser hoje averbadas de genocídio. E os apregoados sofrimentos dos navios negreiros talvez não excedessem o martírio do gentio descido para as senzalas do litoral.

A personalidade de frei Martinho de Nantes, tal como nos aparece à margem de sua *Relação*, acaba nos seduzindo, mesmo quando supõe ou acredita que está enganando o adversário. Sua inteligência e extraordinária bravura não impedem que vez por outra transpareça a imensa candura de sua alma. Exemplo disso está no episódio em que entrega a Francisco Dias de Ávila a ordem, que recebera do governador Roque da Costa, para que fosse obedecido pelos povoadores das margens do rio São Francisco. Acreditava estar agindo da melhor forma quando substituiu a ordem do governador por uma carta, no mesmo sentido, com a

assinatura de Francisco Dias de Ávila. É provável que acreditasse mais na eficácia da carta assinada pelo sertanista, com quem tantas vezes se defrontara. Talvez pensasse, ainda, que as ordens dos governadores prescreviam, com a sua substituição nos cargos ocupados. Mas o que ele não previu é que Francisco Dias de Ávila se aproveitaria da devolução da carta do governador para argüir que fora desdenhada pelo destinatário, o que, sendo uma perfídia, não poderia deixar de envenenar o espírito do governador, prevenindo-o contra o capuchinho.

Não atino, também, com a razão que o levou a calar-se, quando os jesuítas o procuraram com a idéia de formarem uma espécie de frente única contra o poderoso senhor da Casa da Torre. É verdade que ele já havia aconselhado Francisco Dias de Ávila a procurar entender-se com os poderosos jesuítas. Porém seu silêncio fica parecendo uma deserção, visto que, até então, havia sido o mais veemente lutador, na resistência às manobras de Francisco Dias de Ávila. Era levar muito longe a fidelidade ao compromisso de silenciar a sua intervenção junto ao sertanista, quando tal gesto poderia comprometê-lo junto à ordem religiosa de mais prestígio em Salvador.

O próprio equívoco de que se valera, usando expressão de duplo sentido, ao redigir a carta ou o atestado dado a Francisco Dias de Ávila, e que só valeria como equívoco, diante de seu signatário. Para os outros, valeria como recomendação, que poderia proporcionar ou facilitar a Francisco Dias de Ávila as honrarias que estava pleiteando junto à própria autoridade régia. Era como essas ironias que só conseguem passar como ironia aos que as proferiram. Mas tudo isso revela, realmente, uma alma simples e ingênua, inocente e confiante.

Um dos relatos mais importantes de frei Martinho de Nantes é a narrativa da guerra a que esteve presente, travada contra os índios dos arredores do rio S. Francisco. A aldeia em que servia como missionário recebera ordem do governador para acompanhar a expedição, organizada por Francisco Dias de Ávila, para vingar a morte de 85 moradores da região e a destruição de muitos de seus currais. Como os índios não queriam seguir sem a presença de seu valoroso missionário, frei Martinho se incorporou à expedição. A batalha decisiva se travou às margens do rio Salitre, que, nos cálculos de Halfeld, ficava a 138 léguas da foz do S. Francisco, o que revela a profundidade atingida pelo povoamento na década de 1670 a 1680.

Na patente do posto de capitão-mor da jornada às aldeias de Natuba, provida em Domingos Rodrigues de Carvalho, há referências que se ajustam ao relato de frei Martinho. Domingos Rodrigues de Carvalho fora sargento-mor na entrada do sertão do rio Pajeú, em fevereiro de 1675, levando duas companhias e 130 índios domesticados, com os quais impediu aos “guesguais” ou gurguéias, que “com outros bárbaros vinham fazer o mesmo dano, pôde cont. (sic), matando-lhe 20 arcos e aprisionando-lhes 10, por cuja causa se retiraram, e ficaram os ditos moradores em suas fazendas seguros; e, ultimamente, na era de 1676, que teve, com os mesmos bárbaros, no dito rio do Salitre, vindo eles, com grande poder, a fazer nova destruição pelos currais, moradores e escravos daqueles distritos, donde, com duas companhias de ordenança e 50 índios, dos 400 com que havia marchado, e se lhe opor, por ordem do Coronel Francisco Dias de Ávila, lhe matou 50 arcos, e passando elas à outra banda do rio de S. Francisco, para a parte do norte, em suas canoas, e alguns dos moradores que haviam tomado, os seguira com 60 armas de fogo e 300 arcos, e matando-lhes grande número de gente, lhe aprisionou 600, entre homens, mulheres e meninos, e, conduzindo-os à pousada, se pretendeu levantar-se à traição por muitas vezes e para evitar o perigo iminente em que estava com 200 bárbaros, com o que ficou não só segurado a nossa gente, mas dando maior terror a todas as nações inimigas”. (*Documentos históricos*, vol. XIII, p. 18-19.)

O relato de frei Martinho esclarece outros pormenores dessa luta. Conta que a travessia do rio pelos índios fora a nado, e não em canoas, o que é mais aceitável, dado o grande número dos combatentes. Recorda que, na precipitação da fuga, os índios perderam as flechas conduzidas nos carcasses, as quais, em número aproximado de dez mil, no cálculo de frei Martinho, foram arrastadas pela correnteza do rio. Estavam praticamente desarmados, com a perda de sua flechas. Não tiveram outro recurso a não ser entrar pelo mato, para escapar aos tiros dos perseguidores. Daí alcançaram “um certo pequeno lago, a seis ou sete jornadas desse lugar”, que poderia coincidir com o lago de Pernaguá. Os portugueses, já repousados e refeitos da áspera luta dos últimos dias, saíram em sua perseguição. Atravessaram o S. Francisco em pequenas canoas e os índios que iam com eles atravessaram a nado, indo buscar o adversário junto daquele pequeno lago ou brejo, no interior das terras. Descreve-os frei Martinho como “quase sem armas e meio mortos de fome”. Renderam-se à discrição, sob condição de que lhes poupassem a vida. Mas os portugueses, “depois de lhes tomarem as armas que lhes restavam, os amarraram,

e dois dias depois os mataram, a sangue-frio, todos os homens de arma, em número de cerca de quinhentos e fizeram escravos suas mulheres e filhos”.

Tantas informações preciosas mostram a necessidade da tradução, agora completada, para que se tornem acessíveis aos que não estão familiarizados com o idioma francês. A tradução se preocupou mais com o espírito da narrativa do que com o seu sentido literal. Pareceu-nos útil acrescentar-lhe algumas notas, aproveitando, também, as que vinham da edição fac-similar do historiador Frederico G. Edelweiss, que já havia observado que a cronologia do capuchinho não podia ter grande exatidão quando, por exemplo, ele narrava fatos ocorridos já há alguns anos, sobretudo na segunda *Relação*. A primeira *Relação* deve ter sido de 1687, aproximadamente; a segunda deve ter precedido de pouco a edição de 1706. Quase vinte anos separam as duas *Relações*.

Outro ponto que desejo acentuar, na comparação entre o texto das duas edições, a de 1706 e a de 1888, é quanto à distribuição dos subtítulos, em que a edição de 1888 tomou alguma liberdade. O curioso é que, na edição de 1706, os subtítulos são numerosos no começo, sobretudo na primeira parte, escasseando, porém, no transcorrer da narrativa.

BARBOSA LIMA SOBRINHO

A Jesus Cristo, o Redentor do Mundo

Adorável Salvador, prosternado aos pés de Vossa Divina Majestade, com os sentimentos de mais profunda humildade e do mais terno reconhecimento, ofereço-Vos esta pequena obra e a coloco aos pés da Vossa cruz, confessando que a simples narrativa que faço das manifestações amorosas da Vossa graça, a respeito desses pobres selvagens, a cuja conversão Vos aprouve chamar-me, conquanto indigno da missão, é o fruto do sangue que derramastes para a salvação de todos os homens. Meu justo desgosto é o não haver contribuído, de minha parte, com todo o empenho que devia, para secundar os desígnios amorosos de Vossa misericórdia por esses pobres miseráveis, e não haver obtido colheita mais abundante para Vos apresentar; ofereço-Vos, ao menos, o pouco que eu fiz, com o socorro de Vossa graça e com o coração reconhecido, e com a sincera confissão de que todo o bem que alcancei nesta missão decerto Vos pertence, e, ao contrário, tudo o que se puder encontrar de imperfeito é o resultado de minha fraqueza e de minha precária virtude. Suplico-Vos, assim, muito humildemente, ó meu divino Redentor!, pelo amor que nos tendes e pelo zelo ardente que Vos infundiu o desejo da salvação de nossas almas, inspirar eficazmente a todos que sabeis capazes dessa tarefa, tão importante para a Vossa glória, a fim de que se sacrifiquem de boa vontade no exercício dessa missão, tanto mais agradável aos Vossos olhos e vantajosa aos que nela se empenharem, quando esses pobres índios estão dispostos a receber a fé e a tornarem-se bons cristãos, se todos se aplicam, como é necessário, ao trabalho de sua conversão. Desejo, também, que todos os leitores desta pequena *Relação* juntem às minhas as suas orações, para obter de Vossa misericórdia o que eu estou implorando para a salvação desses pobres índios.

Amém.

Prefácio do Autor

Talvez vos surpreenda, meu caro Leitor, o não encontrar-des nesta *Relação* ações fulgurantes, as aventuras e as maravilhas que haveis lido nas relações das missões do Japão, do Peru, do Sião, da China, da Conchinchina, do Tonquim e de alguns outros reinos nas Índias, onde tantos notáveis missionários revelaram seu zelo, e vários deles se distinguiram pelo sangue que derramaram, assim como o de tantos que conseguiram converter para a nossa fé. Aproveu a Deus revelar o Seu poder nesses reinos policiados e povoados por vários milhões de anjos, pois que o julgou necessário, para a sua conversão. Mas não tendo sido convocado por Deus para essas grandes tarefas, que excediam minhas forças, e nossas missões da província da Bretanha estando limitadas ao Brasil e à Palestina, não trabalhei senão na conversão dos pobres selvagens, que não têm nem Reis, nem Leis, nem Governo, nem artes, nem ciências, nem escrita, e que vivem antes como animais do que como homens (o que decerto merecerá vossa reflexão). Se Deus não fez coisas extraordinárias para a sua conversão, é que não o julgou necessário, conquanto tenha feito o bastante para que conhecessem a verdade e para os colocar no caminho da salvação. A oportunidade do martírio não se oferece aos nossos missionários, nem aos novos convertidos, pois que não há nem príncipes, nem leis que ameacem com a morte os que pregam o Evangelho, nem os que o recebem. Há, todavia, ocasiões de sobra para o sofrimento, pela falta de comodidades, pelas perseguições e pelos perigos a que se acham expostos os que procuram cumprir o seu dever, como tereis ocasião de verificar nesta *Relação*. Encontrareis, também, motivos para admirar a bondade de Deus na conversão desses pobres selvagens e vereis os efeitos maravilhosos da graça, assim como de uma providência amorosa, para a proteção dos missionários; tereis, assim, com que satisfazer vossa curiosidade e a vossa piedade. Mas não vos escandalizeis com a narrativa de algumas ações que vos parecerem ousadas ou demasiada-

mente altivas, ou até mesmo temerárias, ou inconvenientes para um ministro do Evangelho, que precisa estar imbuído de humildade, de doçura e de paciência. Permitti que vos diga que os missionários, entre os selvagens, são obrigados a desempenhar a tarefa de governadores, de juizes, de pais e de mães e de protectores contra as injustiças dos portuguezes, habitantes desses lugares, e dos quais a maior parte são criminosos exilados de Portugal, ou gente viciosa, que, se encontrando afastados do governo cento e cinquenta ou mais léguas, oprimiriam os índios e cometiriam desordens sem número, como faziam antes, à sombra da impunidade, se os missionários não se investissem de autoridade e de decisão para combater tais excessos: é preciso, também, revelar coragem perante os índios, para reduzi-los aos seus deveres, como tantas vezes a experiência o demonstrou; pois que, se percebessem timidez no missionário, seriam levados a desprezá-lo e não fariam senão o que quisessem, não tendo, nessas paragens, nenhuma idéa da virtude. É preciso, pois, admitir grande diferença entre as missões junto a povos policiados, que têm príncipes e magistrados, e as que se estabelecem entre homens que vivem mais como animais do que como homens, e que por isso é necessário domesticar e proteger contra a violência dos opressores. Perdoai, também, meu caro Lector, a simplicidade de estilo, que se ressent da idade de seu autor. Eu não pensava tornar pública esta *Relação*, não a havendo escrito senão para os meus superiores, que desejavam estar informados do que se havia passado em nossa missão, o que eu fiz sucintamente, e com a simplicidade de uma informação a eles tão-somente destinada. Mas o falecido monsenhor bispo de Cornualha, Francisco de Coetlogon, tomando conhecimento desta *Relação*, através de uma conversa com que me honrou, significou-me o desejo de a conhecer e, ouvindo a sua leitura, mostrou-me o desejo de que eu a publicasse. Enfim, depois de alguma insistência, com que de novo me honrou, manifestou, em carta que me escreveu, o seu desejo, em termos altamente generosos, acreditando que serviria de edificação aos leitores, instruindo também os que Deus convocasse para essa tarefa, fazendo conhecer, por meio desta simples narrativa, os trabalhos que teriam que enfrentar, para o êxito de uma empresa tão importante para a glória de Deus e para a salvação do próximo. O respeito e a obediência que eu devia a esse illustre prelado, tão cheio de bondade para comigo e para com todos os nossos religiosos, me obrigou a fazê-la imprimir, por mais simples que seja, com a permissão de meus superiores, que na verdade teriam desejado que o estilo fosse mais castigado. Mas o tempo e outros obstáculos me impediram de reto-

cá-la. Usai, pois, meu caro Leitor, de condescendência a meu respeito e com a minha narrativa. Espero que participeis dos mesmos sentimentos desse ilustre defunto, a quem tomaria a liberdade de dedicá-la, se Deus não o houvesse chamado deste mundo, antes de terminada esta impressão; razão pela qual encontrareis, em várias passagens, o nome de Monsenhor. Desejo, também, que a sua leitura vos leve a dar graças a Deus pelos favores concedidos a esses pobres selvagens, rezando para que lhes sejam mandados outros fervorosos missionários, para continuarem a trabalhar pela sua conversão. É o que peço, humilde e instantemente, às vossas orações.
*Vale.*¹

**PRIMEIRA
RELAÇÃO**

Primeira Parte

A obediência ao nosso reverendo padre provincial Ange de Memers, a 15 de fevereiro de 1671, me levou primeiramente a Lisboa, para daí, numa frota, passar ao Brasil. Cheguei ao Brasil a 30 de agosto e pouco tempo depois segui para uma aldeia a setenta léguas de Pernambuco, localizada numa nação de índios denominados cariris,² com os quais morava um digno missionário capuchinho, o padre Teodoro de Lucé,³ que morreu depois na altura das ilhas, regressando do Brasil por força de doenças rebeldes, que vinha sofrendo havia alguns anos. Esse religioso gozava de grande estima em Pernambuco, onde fora superior, depois de ter sido alguns anos missionário. Morreu neste último ano de 1686. A aldeia ou burgo de índios fora descoberta no ano de 1670, por um português⁴ chamado Antônio de Oliveira, que, procurando pastagens próprias para o seu gado, encontrou, na ribeira da Parafba, uma tropa desses índios, que pescavam a cinquenta léguas da aldeia da Parafba.⁵ Esse capitão, havendo obtido dos índios liberdade e segurança, para a colocação de rebanhos, depois de lhes haver oferecido alguns pequenos presentes, veio incontinentemente a Pernambuco, à procura de algum missionário, que quisesse estabelecer-se entre esses índios, para melhor proteção do gado que lhe pertencia.

Começo da missão

Encontrou em nossa confraria o padre Teodoro, capuchinho que havia chegado recentemente, procurando oportunidade para se tornar missionário. Com a permissão do superior de Pernambuco,

partiu acompanhado desse capitão, que o fez escoltar por uma dúzia de índios, chamados caboclos, seus vizinhos e amigos, pertencentes a aldeias de que tínhamos a administração, a dez e onze léguas de Pernambuco, com a presença dos citados cariris.

Encontro admirável

No caminho tiveram encontros notáveis, nesses vastos desertos. Encontraram, no meio de uma grande floresta que atravessaram, uma grande pedra de grã da altura de nove pés, larga na base, muito bem talhada, sobre a qual estava gravada a imagem de uma cruz de alto a baixo e na parte inferior havia um globo, ao lado duas figuras que não podiam ser distinguidas por causa do musgo e, em derredor, uma espécie de rosário gravado. Esse encontro surpreendeu o padre e causou extrema alegria aos índios que o acompanhavam, que lhe disseram que tinham conhecimento dessa pedra pela tradição de seus antepassados, que lhes haviam dito que existia nos bosques uma determinada pedra que, sendo encontrada pelos padres brancos, serviria de sinal de que eles seriam cristãos como os brancos. O sucesso de nossa missão comprovou a verdade dessa tradição profética.

Fiquei somente oito meses nessa aldeia com o padre Teodoro; mas, tendo sabido desses mesmos índios, um dos quais falava alguma coisa de português, que havia no rio S. Francisco uma grande quantidade de aldeias de sua mesma nação, resolvi transferir-me para lá.

Minha partida para o rio de S. Francisco

Voltei por isso a Pernambuco, onde, depois de uma pequena estada, embarquei, com as bênçãos do superior, para ir ao rio de S. Francisco, acompanhado de um jovem índio de cerca de quinze anos, que havia desejado seguir-me, em parte induzido pela curiosidade de ver os cariris dessa outra região. O padre Francisco de Domfront,⁶ que viera também a Pernambuco, para atender a necessidades de sua missão dos rodela,⁷ sobre o mesmo rio, embarcou também comigo, regressando à sua missão. Chegados felizmente ao rio, fomos, vinte léguas adiante, à aldeia do padre Anastácio d'Audierne,⁸ capuchinho, com o qual fizera meus estudos e viajara de Lisboa ao Brasil, o qual, enquanto eu permanecia na aldeia da Paraíba, viera estabelecer-se, havia seis meses, entre os índios de uma nação denominada aramurus.

Missão do Rev. padre Anastácio

O padre Anastácio era um religioso que possuía talentos naturais e zelo maravilhoso e infatigável, para o serviço do próximo. Trabalhou muito, não somente para a salvação dos índios, mas também para a salvação dos portugueses, que quase não tinham ou tinham pouca assistência, num raio de doze ou quinze léguas em derredor e que nele depositavam grande confiança, aproveitando muito com os seus conselhos salutareis; suportou grandes trabalhos e escapou de muitos perigos: eu fui testemunha e companheiro de alguns desses perigos.

Seu zelo

Certa vez percorreu trezentas léguas para libertar dez ou doze desses índios, que haviam sido cativados injustamente, numa guerra, e teve a felicidade, Deus lhe recompensando o zelo, de libertar quinhentos outros, aprisionados numa guerra injusta. Os reverendos padres jesuítas tomaram também parte nesse trabalho caridoso, solicitando a liberdade desses índios, mas somente ele teve o mérito dessa longa e penosa travessia e só ele teve o encargo de reconduzi-los aos lugares que o governador lhes havia designado, pois que suas aldeias tinham sido incendiadas e mortos cerca de cem de seus homens de armas. Enfim, depois de tantas fadigas, Nosso Senhor o chamou ao eterno repouso em Pernambuco, depois de haver ele assistido aos pestíferos com extraordinária coragem, não somente lhes administrando os sacramentos, que sem ele poucos receberiam, mas servindo de enfermeiro dia e noite para tudo que estivesse ao seu alcance. Cumpriu também esses deveres com o monsenhor bispo de Pernambuco, no convento de sua Congregação do Oratório, a que o chamara pela estima e afeição que esse padre conquistara, partilhando com ele o zelo com que esse digno e santo bispo guardava o seu rebanho.

Plano da Relação

Não me detenho a fazer a Vossa Grandeza exata descrição do rio S. Francisco, nem dos índios que habitam suas margens, uma vez que o padre Francisco de Lucé,⁹ capuchinho, testemunha ocular, já fez essa exata descrição. Acrescentarei somente o relato do

que se fez e do que se poderá fazer junto à nação dos cariris e dos outros que estão ao longo desse rio, e é o que Vossa Grandeza deseja particularmente. A fim de que possa julgar melhor, vou lhe apresentar, primeiramente, essa nação, no estado em que estava, antes de ser convertida à nossa fé. Em segundo lugar, o estado em que se encontra desde a conversão.

Quanto ao primeiro, devemos admitir que esses pobres índios, não tendo Fé, nem Lei, nem Rei,¹⁰ nem artes, que são ajudas e guias de uma vida racional e política, haviam caído em todas as desordens que podiam causar essas falhas gerais, e estavam de tal modo embrutecidos, pela maneira de vida grosseira, fundada toda nos sentidos, que se pode dizer que não tinham senão a figura de homem e as ações de animais e, conquanto tivessem alguma forma de culto aos deuses que haviam imaginado, era tão ridículo e vergonhoso o culto quanto as coisas que adoravam.

Da religião dos cariris

Tinham um deus para as culturas que a terra produzia; outro para a caça; outro para os rios e as pescarias, e a todos esses deuses deixavam tempo para as festas em sua honra, e manifestavam sua adoração com alguns sacrifícios, que incluíam as mesmas coisas que recebiam, por meio de cerimônias pouco diferentes, constituídas de danças, pintura do corpo, festins quase sempre impudicos, praticando o adultério, a que não davam nenhuma importância.

Seu governo

As mulheres costumavam dominar seus maridos, os filhos não respeitavam pai e mãe e nunca eram castigados. Conquanto tivessem em cada aldeia um capitão ou governador, só existia autoridade em tempo de guerra. Havia entre eles feiticeiros ou, para dizer melhor, impostores, que adivinhavam o que eles pensavam. Prediziam coisas futuras, curavam doenças, quando não as produziam. Podia-se acreditar que alguns deles tinham entendimento com o Diabo, pois não usavam, como remédio, para todos os males, senão a fumaça do tabaco e certas rezas, cantando toadas tão selvagens quanto eles, sem pronunciar qualquer palavra.

Erros perniciosos

Se acontecesse que o doente não melhorasse, atribuíam a culpa a alguém que o houvesse enfeitado e que estava impedindo o efeito do remédio, e designavam o culpado, como se tivessem certeza, e logo os parentes do doente, sem qualquer outra prova que a acusação, iam matar o acusado, sem que ninguém comumente se opusesse, com o receio de serem também acusados; de sorte que, se acontecia que morresse alguém muito estimado e que houvesse chamado esses impostores para curá-lo, era raro que não ocorressem outras mortes, antes ou depois de seu falecimento, o mais das vezes antes, com o desejo de contribuírem para a sua cura, pois não acreditavam que estava morrendo naturalmente, mas por força do enfeitamento, mesmo quando morria de doença, exceto quando vítima de extrema velhice.

Homicídios freqüentes

Assim ninguém estava seguro de sua vida, podendo ser acusado de enfeitador por algum de seus inimigos. E cuidavam de agir depressa, ao matar ou queimar os que eram acusados de enfeitadores, para que não fossem suspeitos de serem eles próprios os responsáveis; deixando morrer e matando algumas vezes seus próprios parentes e, em seguida, os parentes do morto não deixavam, nessas ocasiões, de acusar ou de fazer acusar os responsáveis, que morriam assim miseravelmente, sem qualquer reflexão. O Demônio os conservava nesse erro por meio de sucessos, que pareciam provas incontestáveis de suas suspeitas; porque, ficando algumas vezes doentes pela convicção de que haviam sido enfeitados, como o verifiquei, quando se matava o enfeitador acusado, o doente perdia o temor e recobrava a saúde.

Casos estranhos

Eu fui, eu mesmo, a causa inocente da morte de um homem de outra nação, que imaginou que eu o havia enfeitado, pelo fato de o haver admoestado verbalmente, por haver feito, em relação a uma das mulheres de nossa aldeia, que tinha ligeira dor num de seus braços, essa espécie de rezas que procurávamos evitar. Esse homem foi tomado de tal terror ao ouvir o tom de minhas palavras,

pois não entendia o português, que não pôde sair do lugar e foi preciso levá-lo daí, e morreu poucos dias depois, vítima da própria imaginação. Isso deu motivo a que alguns de seus companheiros me ameaçassem de morte. Esses pobres cegos imaginam que os padres e os religiosos são os feiticeiros dos brancos: é assim que denominam aos portugueses e a todos os brancos em geral; mas estão persuadidos de que os que chamam feiticeiros dos brancos sabem muito mais que os seus próprios feiticeiros; e é por essa razão que os temem extraordinariamente e tanto se persuadem desse erro, que é difícil convencê-los do contrário. Isso me valeu em várias ocasiões em que corri risco de vida; pois que sem o receio de que eu me valesse de alguma praga que os fizesse morrer, ou adoecer, ou sofrer algum mal, não me teriam poupado; falo das outras aldeias que não eram cristãs e nas quais eu não morava, e também das tribos selvagens, em que me encontrei em diversos momentos.

Conseqüência desses males

Como eram extremamente embrutecidos, e como a sua nudez lhes fizera perder o pudor natural, não há tipo de desregramento contra a pudicícia que não cometam, alguns em idades tão tenras que poderia parecer incrível: numa palavra, era uma desordem assustadora. Não há necessidade de dizer mais, para não ferir almas castas que pudessem ler esta pequena *Relação*.

Observações em torno de seus augúrios

Eram de tal forma prisioneiros de augúrios, que, se saindo de suas casas e caminhando encontrassem alguma determinada espécie de pássaros e os ouvissem cantar, tiravam incontinenti presságios do que lhes devia acontecer; e se eram pássaros funestos, no seu entender, proferiam milhares de injúrias e os amaldiçoavam; tinham a mesma superstição a respeito de muitas outras coisas. Para serem felizes na caça ou na pesca, faziam queimar ossos de animais ou espinhas de peixe e os mestres de cerimônia faziam beber aos jovens o suco de certas ervas amargas e, esfregando várias partes do corpo desses jovens com os dentes agudos de animais, incrustados em cera, misturados com cinza, os faziam penetrar na pele com dores sensíveis, durante os dez dias que durava a festa. Era necessário que os moços presentearassem com caças e pescarias os velhos,

sem que eles próprios saboreassem um só pedaço, ou não lhes davam, durante todo esse tempo, senão uma sopa muito rala, feita com farinha de milho ou de mandioca, e passavam a noite cantando e dançando. Regressavam de madrugada à caça e à pesca, de sorte que essa dieta e esse exercício acabavam por emagrecê-los.

Não é de surpreender que esses índios, sem Fé, sem Leis, sem escrita e sem arte, hajam praticado desordens tão monstruosas, pois que nossa história nos ensina que nossos ancestrais, na cegueira do paganismo, também foram responsáveis por atitudes semelhantes, até mesmo em razão da religião que adotavam, conquanto tivessem todos os outros benefícios quanto à vida civil e moral. O demônio que eles adoravam nos ídolos, não tinha prazer senão em afogá-los em todo o gênero de abominações. É preciso, pois, nos persuadirmos que tudo o que pode nascer de uma natureza corrompida, instigada pelo Demônio, encontra-se entre os índios, que antes de sua conversão são arrastados por essas ilusões. As diferenças são pequenas, para mais ou para menos. Todavia foram encontrados alguns, nesse grande número de índios, que se continham nos limites da lei natural, entre outros o capitão da aldeia de Uracapé.¹¹ Havia diversos outros, de um e outro sexo, que tinham o natural dócil e que facilmente eram conduzidos à virtude, quando dela tomavam conhecimento.

Assim sendo, só me resta agora fazer ver o estado em que se encontra presentemente a nação dos cariris, do rio de S. Francisco, depois de haverem abraçado a religião cristã.

Segunda Parte

Experimentei, a respeito desses pobres índios, o que São Paulo escreve na sua *Epístola aos Romanos, que ubi abundavit peccatum, ibi superabundavit gratia*;¹² porque depois que aprendi, com muito esforço, a sua língua, por falta de intérpretes, eu lhes fiz ver tão claramente o absurdo de seus erros, a extravagância de seu culto e o horror de suas abominações, que eles mesmos ficaram surpreendidos e se envergonharam de suas tolices; assim pouco a pouco as abandonaram; primeiro os que eram bem nascidos, abrindo mais facilmente o coração à graça, que em seguida fez maravilhas nesses bons corações, como uma boa semente numa boa terra; e nos outros com mais relutância; por fim os últimos não se renderam senão aos castigos que lhes abriram os olhos.

Meios para a sua conversão

Como os encontrei mais animais do que homens na sua maneira de viver, apliquei-me, primeiramente, a formar pouco a pouco uma vida racional e civil, falando-lhes muitas vezes, em discursos de todos os dias, do que se praticava entre pessoas policiadas, revelando pelos pormenores, segundo alcance de seu espírito e de seu estado, a utilidade da vida civil, o que eles aprovavam muito na sua percepção, e, ao contrário, a desordem e a infelicidade dos que viviam sem lei e sem governo, tornando tudo acessível ao seu entendimento, em face de sua própria experiência. Para fazer compreender melhor tudo o que eu dizia, enviava os moços, sempre que podia, à cidade da Bahia, para se informarem com os seus próprios olhos de que tudo o que lhes dizia, não podendo formar idéia ve-

rossímil nem das casas, nem do palácio, nem das igrejas magníficas, nem da República, nem das riquezas, não havendo visto nada dessas coisas. Assim não sabiam o que era beleza, magnificência, grandeza, nem mesmo quantidade, senão pela vista, não sabendo contar senão pelos dedos das mãos e dos pés, sem poder formar números, e, para significar multidão, mostravam os cabelos da cabeça. Era, pois, muito difícil, com uma tal ignorância, dar-lhes idéias das coisas espirituais e invisíveis, não podendo elevar-se ao seu conhecimento pela beleza das coisas sensíveis que não conheciam. Eis aí por que os mandava à Bahia, em todas as ocasiões que se apresentassem. Cheguei mesmo a enviar o capitão.

Em seguida, à força de comparações das coisas, que eles viam diante de seus olhos, sem refletir, como o Sol, a Lua, as estrelas, sua influência, sua grandeza, que lhes tornava sensíveis pela comparação com as coisas afastadas, que pareciam pequenas pela distância em que se encontrassem até o ponto de desaparecerem, e pela narração dos que voltavam da cidade cheios de admiração do que haviam observado: chegaram pouco a pouco a formar idéias sublimes da grandeza de Deus e de sua perfeição e da excelência dos bens da vida futura e também dos castigos, depois da vida, dos que viveram mal. Mas foi pela graça de Deus, ainda nas suas almas, muito mais que todas as demonstrações humanas, que o seu entendimento foi iluminado e eles manifestavam prazer singular em me ouvir falar dessas deslumbrantes novidades, que eu lhes tornava acessíveis tanto quanto me era possível, por meio de comparações ao alcance de suas vistas ou de seu entendimento.

A escrita

Entre outras coisas, admiravam a escrita, que conservava tão fielmente a memória das coisas passadas. Porque eu lhes falava da criação do mundo, com a Bíblia, que eu chamava o Livro de Deus. Mencionava nosso primeiro pai, Adão, e Eva, nossa primeira mãe, e seus descendentes e suas ações memoráveis, a vida que tiveram e o tempo de sua morte, comparando a Santa Escritura com o que eles me viam fazer, para me recordar de seus nomes, do nascimento, casamento e morte de seus filhos, pois que escrevia tudo para deixar memória certa aos que viessem depois de nós, e dava de tudo muitos pormenores, para os fazer compreender melhor, de modo que ficavam persuadidos de que a escrita conservava a memória inviolável das coisas passadas, e que sem a escrita tudo acabava no esquecimento e se tomava o erro pela

verdade, como eles podiam verificar pela experiéncia de todos os dias, esquecendo pouco a pouco o que já haviam aprendido.

.Começo de governo

Introduzi entre eles alguns elementos de governo, criando oficiais para a Igreja e para o civil, que eu autorizava da melhor maneira que fosse possível e que eu prendia a mim por meio de pequenos presentes e pelo respeito à obediência que eu exigia, a fim de que me apoiassem no que fosse necessário.

Doença

Durante todo esse tempo eu não batizava nenhum adulto sem o ver em perigo de morte, nem mesmo seus filhos, por causa da incerteza em que estava de continuar com eles. Isso durante o tempo em que ainda ignorava a sua língua. Porque depois de um ano de permanência, havendo sobrevindo uma espécie de peste, que matou diversos, batizava os que encontrava em risco de morte, instruindo o melhor que podia e julgando de suas boas intenções pela assiduidade na oração. Mas, como eles notaram que todos os que eu batizava morriam, vários deles, pelo temor da morte, não queriam ser batizados e nem por isso deixaram de morrer. Cuidei, pois, de lhes fazer observar que, nas outras aldeias a que não tinham acesso, morriam até em maior número, por falta de recursos; isso teve algum resultado em relação aos mais razoáveis, até que aprouvesse a Deus mostrar a esses pobres cegos as maravilhas da graça pela eficácia do sacramento do batismo e dos outros sacramentos, restituindo a saúde a vários doentes, desde o momento em que os recebiam, e trazendo a outros, a que aparentemente a saúde não teria sido vantajosa para a sua salvação, o alívio para os seus sofrimentos e uma inteira submissão à vontade de Deus. Recordarei aqui alguns resultados consideráveis, nas duas aldeias que eu administrava e que havia fundado; pela narrativa se poderá julgar o que sucedeu nas outras aldeias, Deus as favorecendo com ajuda semelhante, tendo necessidade da mesma graça, para os levar a aceitar a fé.

Efeitos maravilhosos do batismo

A primeira maravilha do batismo se verificou na irmã do capitão da aldeia de Uracapá, idosa de cerca de quarenta anos,

viúva, a qual estava na última extremidade, e já sem fala e em estertores, não havendo comido nada já havia dois dias, como eu o soube depois. Seu irmão me veio chamar à entrada da noite com muita pressa, para fazer o batismo; corri imediatamente e pensei batizá-la sem qualquer cerimônia, temendo que morresse antes do batismo, tendo a preocupação de não deixá-la morrer antes de o receber: logo que recebeu a água do batismo e que eu pronunciei as palavras da cerimônia, ela suspirou profundamente e disse em sua linguagem, na presença de todos os assistentes, que eram em grande número: "Ah! como é boa essa água de Deus para me refrescar e como fez fugir o Diabo, que me queria sufocar." Ao mesmo tempo pediu para beber e comer, ficando sem febre e sem dor e ainda viveu cinco dias, tão tranqüila, como se não estivesse doente. Durante esse tempo, eu a fiz instruir por meio do índio moço que trouxera da Parafba, que sabia o essencial para um cristão. No fim de cinco dias ela morreu, sem maior sofrimento, o que encheu de admiração a todos os índios e os fez apreciar o santo batismo.

A segunda maravilha foi a respeito de uma criança de três meses que a mãe me trouxe de noite apressadamente, porque estava morrendo, e eu a batizei incontinenti, com as cerimônias estabelecidas e a necessária precaução, a fim de que não morresse sem batismo. E curou-se assim que o recebeu, vivendo ainda cerca de seis anos.

A terceira foi ainda a respeito de outra irmã do referido capitão, viúva, com cerca de quarenta e cinco anos de idade, a qual estando em estado desesperador, pela doença que a dominara, eu a batizei à tarde e no dia seguinte pela manhã, indo vê-la para verificar se estava morta, surpreendi-me de não encontrá-la em casa, e perguntei aonde havia ido, e responderam-me alegremente que estava curada e fora procurar imbus com os outros índios; atravessou a nado o rio, que tinha mais de mil passos de largura, e voltou carregada de frutos com os outros companheiros; viveu muito tempo depois disso e de preguiçosa que era, para freqüentar a igreja, tornou-se fiel e ativa.

A quarta foi a respeito de uma criança de três semanas, que parecia mais morta do que viva, quando ma trouxeram para batizar, nos braços da mãe, que a carregava transtornada. Mas logo que recebeu o santo batismo, levantou-se estendendo a mãozinha, sorrindo, e ficou boa; eu a deixei com vida quando saí da missão.

A quinta foi a respeito de um moço de perto de vinte e oito anos, para o qual me vieram buscar ao cair do Sol, provenientes de outra aldeia, que distava duas léguas de Uracapá, e havia dois

braços do rio a vencer. Cheguei a uma hora e meia da madrugada, muito fatigado, e encontrei o doente desacordado e sem fala. A espaços, dizia uma ou outra palavra, com coisas extravagantes. Depois de a haver aspergido com água benta e feito o sinal da cruz sobre a sua testa, a boca e o peito, a fim de afugentar o Demônio, de que muito desconfiava nessa ocasião, e depois de haver invocado, na viagem e junto a ele, o socorro da Santa Virgem, de que levava uma bonita imagem num quadro dourado, a fala e a razão lhe voltaram pouco a pouco. Depois de o haver doutrinado o melhor que pude, eu o batizei; desde então recobrou perfeitamente o juízo, e o exortei a aceitar com paciência e submissão a vontade de Deus; e querendo me retirar para repousar, pois estava muito cansado, ele me pediu a imagem da Santa Virgem para defendê-lo do Diabo, disse ele, que antes o havia inquietado bastante. Mal acabava eu de adormecer, quando ele morreu, com a imagem entre as suas mãos, sem que o notassem aqueles mesmos que ali estavam para vigiá-lo, razão pela qual ficaram surpreendidos quando o viram morto sem os sofrimentos da agonia, e passaram a respeitar mais o santo batismo.

Morreu também um moço casado, de vinte anos de idade, na Bahia, aonde havia ido para tratar de algum negócio importante da missão, com sinais evidentes da salvação, de que nunca duvidei, pois que não havia praticado pecado mortal desde o seu batismo, havia mais de três anos. Muito obediente aos padres e à Igreja, era sempre dos primeiros a chegar à igreja e fazia questão de me acompanhar na missa. Depois de se confessar, tomou de minha mão o crucifixo, beijando todas as sagradas chagas, com extrema devoção, e, pedindo perdão a Deus de todos os pecados, o devolveu, abraçando-me e agradecendo-me o torná-lo cristão. Algum tempo depois me pediu de novo o crucifixo, o beijou como anteriormente o havia feito e mo restituiu, dizendo que bastava. Eu estava então adoentado e sobretudo exausto; retirei-me para um quarto defronte, depois de o haver exortado, a fim de descansar um pouco, pois que devíamos, no dia seguinte, continuar a viagem. Mas não havia ainda adormecido, quando um seu primo, que havia deixado para vigiá-lo e que estava sentado ao pé de sua cama, percebeu logo que ele havia morrido, sem notar nenhum sinal de agonia, e correu a avisar-me. Durante a enfermidade, cantava muitas vezes o *Pater Noster* e a *Ave Maria* e o *Salve Regina*. Depois de sua morte pareceu mais bonito e mais amável que quando estava cheio de vida e saúde. Foi enterrado na Misericórdia da Bahia.

A sexta maravilha, e que me parece a maior de todas, pois que Deus revelou mais a Sua misericórdia, foi a respeito de uma

pobre Índia, de outra nação, que estava, havia pouco, com os cariris e que entendia a sua linguagem e que, estando doente havia três meses, tornara-se tão magra, que parecia um esqueleto, com a pele em cima dos ossos e não obstante estava grávida de cinco ou seis meses, sem que ninguém o percebesse, exceto o seu marido, que me não dissera nada, e seu ventre parecia preso ao dorso, muito longe de revelar gravidez, pois até dera a impressão de que não tinha entranhas. Uma vez, passando diante de sua casa, senti em mim mesmo um desejo súbito de vê-la, entrei e a encontrei em perigo extremo. Voltei imediatamente e sem qualquer demora toquei o sino e fui batizá-la em casa, acreditando que ela não atravessaria a noite. No dia seguinte, pela manhã, fui dizer missa, como de costume. Habitara-me a celebrá-la sempre ao levantar do Sol, pela comodidade dos índios, que, em seguida, iam para os seus trabalhos ou para as pescarias. Fiquei surpreendido quando, terminando o último Evangelho, puxaram-me pela casula e me disseram que essa pobre doente havia parido uma menina, que tinha sido trazida durante a missa à igreja para batizá-la imediatamente, com receio de que morresse antes do batismo. Era uma maravilha ver essa pequena criatura, tão magra, ter os olhos abertos e tão vivos que parecia que sua alma se tornava visível pelos olhos. Quando a trouxeram para perto, ela fixou os seus olhos em mim e acompanhou todos os movimentos que eu fazia para a preparar e ter à mão o necessário para batizá-la, com uma tal atenção, que parecia tomar conhecimento do que se fazia e que ela parecia desejar. A igreja estava cheia de índios, que não podiam deixar de manifestar a sua admiração e que faziam esforços para se aproximarem, a fim de ver de perto essa maravilha e até me incomodavam pelo ruído e pelas vozes que a admiração vinha produzindo. Quando precisei pôr o sal abençoado na sua boca, ela a abriu por si mesma e a fechou sem gritar e, depois de haver recebido o santo batismo, morreu incontinenti, e também a sua mãe, e foram enterradas no mesmo túmulo. É evidente que uma e outra não aguardavam senão o batismo para sair deste mundo e que Deus, para isso mesmo, as havia mantido vivas.

Morreram muitos adultos depois de haver recebido os últimos sacramentos e com sinais certos de sua salvação.

Outros efeitos maravilhosos

O sacramento da extrema-unção conferiu a muitos, com a saúde da alma, a do corpo também, e fortificou e consolou os que

morriam. Deus muitas vezes recompensou a fé, restituindo a saúde aos doentes pelas virtudes da água benta; de sorte que a própria experiência desses efeitos felizes levava os índios a recorrer aos sacramentos, tão cedo percebessem que eles ou seus filhos estavam doentes. Recitando-lhes também o Evangelho da Missão dos Apóstolos, diversos recuperavam a saúde, de sorte que havendo uma incidência de febres, em cerca de vinte pessoas que um dia se apresentaram depois da missa, na qual havia lido aquele Evangelho, apenas três não ficaram curadas. Havendo surgido uma enorme quantidade de ratos, que até parecia uma das pragas do Egito, e esses animais de espécies diferentes tudo devorassem, invadindo casas, em grande quantidade, depois de haver mostrado aos índios que se tratava de um castigo de Deus, exortando-os a que recorressem à sua misericórdia, ordenei-lhes três dias de jejum, durante os quais fizemos todos os dias uma procissão, cantando litanias e, depois de haver abençoado uma grande quantidade d'água, eu a dividi entre todos e os mandei atirar essa água benta nas suas plantas e suas casas, e em três dias todos os ratos desapareceram: isso aconteceu duas vezes. Todas essas maravilhas, que foram graças da bondade de Deus, contribuíram muito para confirmar os cristãos na fé e converter os que ainda não o eram, e levá-los a viver como bons cristãos.

Confissão e comunhão

Quando os queria preparar para os sacramentos da confissão e da comunhão, além das instruções que lhes havia dado e repetido muitas vezes durante oito dias, não lhes falava senão das melhores disposições para receber utilmente esses sacramentos, e eles mesmos cooperavam com muito zelo, jejuavam impecavelmente na véspera da confissão, inclusive as crianças de dez a doze anos, alguns faziam questão de jejuar durante três dias e aplicavam a disciplina com fervor. Os mais devotos, de um e de outro sexo, compareciam à igreja fora das horas ordinárias da manhã e da tarde para pedir a Deus a graça de receber dignamente os sacramentos, fazendo ato de contrição e beijando a terra. Encontrei um alto número de índios, de um e outro sexo, que depois do batismo não cometeram pecado mortal durante seis anos. Se acontece, como ocorreu algumas vezes, que alguns dos que comungaram incidissem em algum pecado escandaloso, que viesse ao conhecimento dos outros, estes o reprovavam vivamente; e, se a culpa estava bem

provada, era castigado pelos oficiais designados para esse efeito e se submetia ao castigo.

O terço

Têm o costume de cantar todas as tardes a coroa da Virgem, dividida em dois coros, cada uma para um sexo diferente, e isso depois da ceia, e cantavam à maneira portuguesa, muito agradavelmente, com uma espécie de falso bordão. Para encorajá-los, fazíamos todos os anos uma festa solene em cada aldeia e à qual não faltavam índios de outras aldeias. Todos os anos se elegiam um preboste¹³ e quatro oficiais e também uma preboste e quatro oficiais, aproveitando sempre os mais honestos e os mais devotos de cada sexo, de sorte que valesse por uma honraria. A função era primeiramente a de presidir a festa e de prover o necessário e, durante o correr do ano, a de cuidar que se comparecesse pontualmente às assembléias para cantar o terço todas as tardes. Os homens separavam uma lavoura especial para acudir às despesas da festa, a saber, de mandioca, feijão¹⁴ e milho, em que todos os ajudavam em dias determinados; o que não se consume nos dias de festa é vendido aos portugueses, para comprarem ferramentas. As mulheres cuidam de reunir as mulheres para varrer¹⁵ a igreja e lavar o que é preciso lavar: damos a todos esses oficiais um presente, para os animar a trabalhar bem, a saber, ao preboste e à preboste uma roupa decente, e aos oficiais de um e outro sexo, que os portugueses chamam mordomos, aos homens uma calça e às mulheres uma saia, e todos os domingos comparecem à igreja, trazendo as varas nas mãos, que são bonitas e enfeitadas com fitas. Damos também duas varas de fitas a cada um para amarrarem os cabelos. Esses pequenos presentes e essas cerimônias não contribuem pouco para inspirar-lhes o respeito pelas nossas solenidades e para torná-los piedosos e para lhes fazer esquecer suas antigas superstições. Enfim, depois do serviço faz-se uma refeição ou banquete, em que tomam parte todos os que estão presentes e para isso amontoam caças ou matam carneiros e cabras, algumas vezes um boi. Tudo isso se divide muito bem, ocupando um grande número de oficiais incumbidos dessa tarefa; de sorte que, conquanto venham em grande número das duas outras aldeias a Uracapá e vão de Uracapá para as outras aldeias, há muita ordem e todos saem contentes e até mesmo os membros das outras aldeias são muito bem tratados. Os oficiais de um e outro sexo têm a sua mesa separada. Temos para esses dias quatro ou

cinco pares de roupas para homens e outro tanto para as mulheres, roupas que são muito limpas e servem também para os casamentos. Cuida-se de celebrar três ou quatro casamentos ao mesmo tempo, para fazer economia; pois que há sempre um festim em que toma parte toda a aldeia. mas aos missionários é que cabem as maiores despesas, pois sempre aparece, nessas ocasiões, um grande número de portugueses, que trazem guitarras e violões para a solenidade e que cantam muitos motes, e dão tiros de fuzil para maior demonstração de alegria. Tudo isso, como disse, ajuda muito a fazer estimar essas solenidades e lhes dá idéia plena do respeito pelo casamento, tanto mais quanto antes não faziam nada semelhante, e para consolidar esse respeito sempre se faz uma exortação pública.

Para a festa de Páscoa

Na Semana Santa, desde a quarta-feira até o sábado, nos reunimos todos os missionários numa aldeia escolhida alternadamente, conquanto de preferência em Uracapá, por ser mais cômoda, estando situada no meio das outras, e sendo a mais antiga na cristandade e a melhor regulada; vêm portugueses de vinte e trinta léguas de distância; todas as cerimônias são executadas com muita devoção. Praticam-se disciplinas durante três noites seguidas, tanto os portugueses como os próprios índios, pois que fazem voluntariamente tudo o que vêem fazer. Assim esse tempo santo decorre santamente e com muita devoção.

A missa

Sempre os índios se portam modestamente na igreja e observam grande silêncio, os homens separados das mulheres, sempre de joelhos ou de pé durante as exortações. As crianças que as mães trazem nos braços não costumam chorar e, desde que uma chore, a mãe sai imediatamente do adro da igreja. Há sempre três oficiais com suas varas de comando nas mãos; de sorte que, na igreja, acompanham a cerimônia, para que se não faça nada que revele falta de respeito aos nossos mistérios.

Todos os domingos se dá água benta, desfilam procissões, canta-se a missa, os índios sendo preparados para isso, e em lugar do pão abençoado, que se dá nas paróquias da França, abençoa-se e distribui-se a farinha de mandioca, que eles recebem e comem com devoção.

Efeitos dos sacramentos

Vários deles estão bem instruídos, ajudados pelo uso dos sacramentos, e concebem bem a grandeza das recompensas que esperam do céu e fazem ver claramente, pelas suas obras, o que eles desejam alcançar. Entre outros o capitão de Uracapé, que se pode considerar um verdadeiro missionário, pelo zelo que manifesta na glória de Deus e na salvação das almas, exortando ele próprio, em várias ocasiões e em voz alta, publicamente, a todos os de sua aldeia para que vivam no cristianismo, e indo mesmo a outras aldeias para fazer a mesma coisa. Os portugueses o estimam muito, e o mesmo acontece nas outras nações, e ele, na verdade, muito o merece.

Justiça e subordinação

Há agora subordinação e justiça. Os oficiais castigam os crimes públicos; mas sempre com doçura, sem deixarem de explicar suficientemente o castigo aos delinquentes, não só para puni-los, como para servir de exemplo.

As mulheres estão agora submissas aos maridos e as crianças aos pais, que os castigam com chibatadas, o que antes não acontecia. Há muitas crianças de sete anos que sabem muito bem confessar-se e que sabem também servir à missa; pronunciam distintamente e pausadamente as palavras, fazem as orações respectivas e aprendem facilmente a doutrina cristã em seu próprio idioma.

Outros efeitos

A graça de Deus e os seus efeitos se espalharam e alcançaram até o corpo dos índios, segundo o testemunho dos portugueses e a observação dos próprios índios, seus filhos nascendo mais bonitos e tendo mais inteligência. Os adultos que se tornaram cristãos perderam o ar assustador que tinham antes e que era como a manifestação do animal, quero dizer, do Demônio, sob o império do qual viviam, e passaram a ter um aspecto gracioso e maneiras afáveis e honestas, de sorte que se distinguiam facilmente dos outros. Houve também uma causa natural para essa transformação, pela mudança de sua vida animal, grosseira até nos alimentos, quando se contentavam com as coisas que encontravam, sem que de ordinário as cultivassem, e comendo sem preocupação de lim-

peza; assim o sangue e o espírito que se formavam com esses alimentos influfam na aparência dos índios. Mas nós os obrigamos a semear e a plantar e ensinamos a preparar asseadamente a sua refeição; a utilidade e o prazer os levam a applicarem-se eles próprios a essas tarefas; temos por costume, em todas as nossas aldeias, atender às necessidades dos doentes e lhes servimos de médicos e de cirurgiões. Há vários índios que já sabem sangrar.

Preparação para o batismo

Guardamos uniformemente o método de não batizar nenhum adulto antes que dê sinais e provas de seu desejo de tornar-se cristão pela fidelidade às práticas respectivas, de forma que queremos ter cristãos pelas obras antes de que pelo nome. Para isso todos os nossos missionários entre os cariris se empenharam em aprender a sua língua, sem o uso da qual era impossível transformá-los em verdadeiros cristãos, pois que é natural do bárbaro a barbaria. Seriam macacos para imitar o que vissem fazer ou papagaios para repetir o que lhes ensinassem, mesmo sem o compreender, e, por conseguinte, sem fé e sem o conhecimento de que deviam saber. Tendo chegado antes de todos a essas nações, e cinco anos antes de qualquer outro missionário, fiz um dicionário da língua cariri, uma arte ou rudimento da doutrina cristã e um modelo de exame para a confissão, e traduzi a vida de alguns santos, elaborando cânticos espirituais sobre os mistérios da fé empregando o tom dos hinos, cujo canto é mais agradável, para facilitar aos missionários o uso de sua linguagem.

Visita dos reverendíssimos padres jesuítas

No ano de 1685, dois reverendos padres missionários jesuítas, dos quais um tinha pelo menos trinta anos de missão, vieram expressamente de setenta léguas de distância para visitar a nossa missão, em consequência do grande renome que havia conquistado, e permaneceram três meses inteiros com os nossos missionários do rio de S. Francisco e os ajudaram a confessar os nossos índios pela Páscoa. Um deles, chamado padre João de Barros,¹⁶ português, sabia perfeitamente a língua dos cariris, por haver permanecido muito tempo com eles em Canabrava e em Jacobina; o outro era italiano de origem e portador de grandes virtudes e de

grandes predicados. Ficaram um e outro tão edificados com a piedade de nossos índios e com a boa ordem em que encontravam a nossa missão, a respeito da qual deram informações muito favoráveis ao senhor arcebispo da Bahia, a monsenhor o marquês das Minas, governador, e ao reverendo padre provincial dos jesuítas e a todos os principais da cidade, que por isso me felicitaram, com muitos elogios. Monsenhor o arcebispo e monsenhor o governador escreveram à Corte de Portugal e ao nosso reverendo padre provincial, para lhes pedir maior número de missionários. E quando regresssei a Lisboa, onde tive a honra de apresentar meus respeitos ao rei, este teve a bondade de me manifestar sua alegria e seu reconhecimento. Foram mesmo, com os seus louvores, até o ponto de dizerem da aldeia de Uracapé que ela parecia mais um convento de religiosos disciplinados do que uma assembléia de cristãos leigos, principalmente por causa de sua assiduidade à igreja e de sua inteira obediência ao padre missionário, que era como a de filhos bem nascidos para com os seus pais e suas mães.

Novas missões

Os referidos reverendos padres jesuítas foram solicitados pelos nossos padres, que já estavam dando sua assistência em meu lugar, para participarem dos frutos que estavam sendo obtidos junto ao gentio do rio S. Francisco, fundando missões, o que eles realmente aceitaram, e nossos missionários os ajudaram com uma tão liberal caridade, que não poderiam ter feito mais os capuchinhos que chegassem; pois que partilharam com eles o que havia de comodidade, e esses padres reverendos ficaram tão reconhecidos, que, além dos testemunhos favoráveis com que distinguiram nossas missões, tinham a humildade de declarar que nós éramos os fundadores de sua missão.

Perseguição

Todas essas belas rosas, Monsenhor, não poderiam ser colhidas senão no meio de espinhos, pois que o Demônio, como costuma, não deixou de nos perseguir, assim como aos outros missionários, mas, pela graça de Deus, foram inúteis essas perseguições. Não desço a pormenores, embora possa dizer, com ver-

dade, que essas perseguições ocupariam parte considerável em nossa *Relação*; mas não quero escandalizar ninguém. Basta dizer, de modo geral, que nada se omitiu no que nos pudesse mortificar e para nos forçar a abandonar a missão, até o esforço para a sublevação dos índios, indo até a interessar o Estado por meio de calúnias levantadas, não só impiedosas como indignas de pessoas de siso. Mas enfim Deus sempre descobriu a verdade, defendendo a Sua causa; pois que desejava a salvação desses pobres Índios, pois que nunca abandona a Seus servidores. Chegou mesmo a demonstrá-lo por meio de terríveis castigos aos que serviam de instrumento a essas perseguições ou provocavam as desordens e escândalos em nossas aldeias, corrompendo índias e retendo-as em suas casas escandalosamente, sem se emendarem, mesmo quando repreendidos pelos missionários: Deus revelou, por meio de castigos rigorosos, que eles não deveriam se opor aos que Ele havia enviado para a salvação das almas.

O mais interessado em nos combater e que, por meio de calúnias, nos dava maior trabalho, era um homem muito conhecido pela sua vida escandalosa. Obtivemos contra ele uma ordem do rei de Portugal para que fosse expulso da região; mas praticou tantos abusos, que foi excomungado pelo senhor bispo, que deu ordem para que fosse preso; mas o próprio Deus desejava, Ele próprio, fazer justiça, de acordo com as aparências e com a opinião de toda gente; pois que atravessando um rio numa canoa, com três ou quatro pessoas, caiu de rosto no fundo da canoa, onde havia um pouco d'água e morreu subitamente, tornando-se disforme.

Um outro que pensava muito merecer de alguns poderosos, com o nos caluniar e o nos perseguir, indo de propósito à Bahia para nos acusar, sofreu tanto no caminho que se tornou amarelo como um defunto e, de estimado que era de toda a gente, tornou-se odiado e repudiado pelas mesmas pessoas a que ele desejava agradar, e enfim perdeu tudo o que havia obtido em dez anos de muito trabalho; e a meio de acidentes funestos, enfraqueceu de tal modo que acabou ficando abandonado e reduzido a procurar abrigo em nossas missões, onde foi recebido caridosamente.

Um outro que havia escrito falsidades contra nós e que, sendo inimigo declarado, queria aos nossos olhos passar por amigo, teve a mão arrebetada por uma pistola que empunhava, o que não obstou a que continue a fazer contra nós grandes ameaças, pelo que nos informou outro português.

Um outro teve a mesma sorte em outra ocasião, agindo também como no caso que acabamos de relatar.

Dois outros portugueses que corrompiam índias e as mantinham em casa com um grande escândalo, não se tendo emendado depois de diversas admoestações de nossos missionários, pereceram miseravelmente pouco depois; um assassinado no próprio lugar em que há muito vinha cometendo os seus crimes, o outro morreu de repente em presença de outros portugueses, proferindo palavras infames e escandalosas. O que é de notar aqui, é que no dia anterior o padre francês Francisco de Lucé, capuchinho, fora à sua casa para ver se o emendava, sendo levado a ridículo, a que o padre replicou dizendo com fervor: “Ide, desgraçado, Deus vos castigará. Dizeis que no ano que vem ireis a Portugal, para gozar os bens que aqui acumulastes, e eu vos digo que os não levareis daqui.”

Dois outros foram ainda assassinados miseravelmente, pouco tempo depois que eu lhes houvesse dito que Deus não tardaria a castigá-los, não somente porque perseguiam nossa missão, mas também porque se vangloriavam de seus pecados e de se declararem nossos inimigos. Um foi morto há três ou quatro meses desse episódio, e o outro quinze dias depois de me haver insultado, voltando de uma viagem à Bahia, numa casa onde nos encontramos à noite, pois que eu o adverti das tolices que estava dizendo na minha presença e dos juramentos e ameaças que fazia aos nossos índios, arrependido, dizia, de não haver disparado na cabeça um tiro de fuzil, no primeiro índio que encontrara no caminho. Vendo alma tão negra e que sentia prazer em ofender a Deus, julguei que havia perdido o juízo e que Deus não tardaria a puni-lo. Quinze dias depois era morto, cruelmente, na cidade da Bahia.

Um índio que certa vez agarrou o padre Anastácio pela garganta, querendo estrangulá-lo, enlouqueceu e ficou errante pelas florestas.

Um outro índio, que, a pedido de alguns inimigos portugueses, havia ido à Bahia para nos acusar injustamente, valendo-se de calúnias, e não tendo êxito nos seus intentos, ao contrário, foi levado ao tronco por ordem do governador, no Corpo de Guarda dos soldados. Mas não ficou preso muito tempo, pois que eu intercedi junto ao governador, poucas horas depois da punição. Mas, ao voltar à sua aldeia, fugiu para as florestas com a família e morreu logo. Sua mulher e seus filhos, espantados, regressaram à aldeia e disseram que ele morrera arrependido de sua falta, sentindo que Deus o estava castigando.

Um ano ou quase depois de minha entrada na missão do rio de S. Francisco, um inimigo poderoso, sentindo que eu contrariava suas intenções e seus planos, teve malícia bastante e poderes suficientes para fazer fugir uma grande parte da aldeia de Uracapé, por influência de alguns presentes que ele lhe fazia e de promessas de que lhe conseguiria outro padre muito melhor do que eu, com a preocupação de me obrigar a abandonar a missão. Mas Deus castigou incontinenti os próprios fugitivos, pela morte de dois deles, o que fez com que os outros, percebendo que se tratava de um castigo de Deus, voltassem logo e muito alarmados. Outros castigos sucederam, menos consideráveis, atingindo particulares, portugueses e índios, culpados de haverem perseguido a missão e os missionários. Houve um que, durante vários anos, sempre procurou todos os meios de nos prejudicar; mas como me parece que se emendou, não o nomeio para não o escandalizar. Tudo o que eu acabo de dizer das perseguições sofridas pela nossa missão e dos castigos com que Deus os puniu, diz respeito particularmente à missão que eu fundei entre os cariris; contudo há alguma coisa que se relaciona também com a missão do padre Francisco de Domfront em Rodelas e com a do padre Anastácio d'Audierne, capuchinho, entre os aramurus, no mesmo rio de S. Francisco.

O fruto da missão não se limitou aos próprios índios, os portugueses também se beneficiaram consideravelmente, tanto no temporal como no espiritual. Os habitantes do rio tiveram o meio de receber os sacramentos, tanto os sãos como os doentes, e não lhes faltavam rezas mesmo em lugares afastados e incômodos; não havia senão um capelão para mais de cem léguas de extensão. Para o que diz respeito ao temporal, eles viveram em segurança nas suas casas; a conversão dos índios livrando-os do temor das incursões dos selvagens, que muitas vezes os vinham matar em suas casas, quando menos o esperavam. Temiam os índios convertidos, porque era difícil viver sempre com eles em boa inteligência, os portugueses dando muitas vezes motivos, ao fomentarem desordens. Além disso, eles comiam o gado dos portugueses como compensação pelas terras que os portugueses lhes tomavam.

Hoje nada têm a temer da parte dos índios que se converteram nem dos próprios selvagens, pois que os cristãos lhes servem de trincheira contra eles; não ousam empreender coisa alguma contra os portugueses e têm participado de suas guerras, que os colocaram em condições de não tomar nenhuma iniciativa, pela mortandade de que têm sido vítimas. Os índios haviam antes matado, numa só noite, oitenta e cinco portugueses e negros nas

suas casas e, sem o nosso apoio, teriam morrido todos os portugueses do rio e os selvagens teriam tomado contra de mais de cento e cinqüenta mil cabeças de gado. O Estado também tirou vantagens de nossa missão, não somente pelas razões já apontadas, mas também pelo aumento de súditos e fiéis, sempre dispostos a socorrê-lo na medida de suas forças, como aconteceu com a nação denominada caboclos, com a qual os portugueses repeliram os holandeses do Brasil, o que só foi possível com a cooperação deles.¹⁷

Eis aí, Monsenhor, o que aconteceu de mais notável em minha missão e os frutos conseguidos, com a graça e o auxílio de Deus, de onde Vossa Grandeza pode inferir o que se fez nas outras aldeias pela ação de nossos missionários, cada um deles se expondo a tudo, e a todos Deus abençoou pelo zelo com que se empenharam na salvação de muitas almas desses pobres índios, como se pode presumir da Divina Misericórdia. Mas, quando não houvesse senão as crianças mortas depois do batismo, o fruto de nossa missão seria sempre altamente considerável e os missionários estariam dignamente empenhados na salvação das almas. S. Francisco Xavier, tendo chegado às Índias depois de longa e penosa viagem, e batizando o primeiro indiano, ajoelhou-se e rendeu graças a Deus por essa conquista, dizendo que já estava pago de sua viagem, mesmo que não viesse a converter mais ninguém.

Não há aldeia onde Deus não tenha revelado alguma maravilha de Seu poder, para mostrar que aprova os nossos trabalhos e que chama os índios ao seio da Igreja, conquanto mais a uns do que a outros. Temos atualmente no rio S. Francisco seis missões, outra na Paraíba, e outra no Rio de Janeiro, uma vez que os paulistas nos arrebatarem uma pela força. O rei de Portugal deu ordem para a restituição, mas duvido muito que aconteça. Deus queira aumentar o número dos fiéis nesse novo mundo, para Sua glória, conservando, por longos anos, Vossa Grandeza, para contribuir, com o zelo que lhe é peculiar, em tudo que se relaciona com o Seu serviço.

Fim da primeira *Relação*.

**SEGUNDA
RELAÇÃO**

Monsenhor

Apresentei esta *Relação* a monsenhor o núncio em Portugal, na forma em que aqui aparece. Esse digno prelado desejava saber o fruto que se obtinha em nossas missões, para informar a Sagrada Congregação *de propaganda fide*, como o fez, remetendo-lhe esta *Relação*. Mas, tendo recebido ordem expressa de nosso reverendo padre provincial, o reverendo padre Anastácio de Nantes, para fazer uma *Relação* completa, atendi, pela obediência que lhe devo, dando os pormenores sucintos e sinceros de nossos trabalhos, perigos e obstáculos, na missão que me coube, deixando aos outros missionários a descrição de suas próprias missões, uma vez que cada um deles sabe melhor o que fez e o que se passou de notável na sua missão, quanto eu na minha, pois que toda nação tem suas máximas, seus abusos e seus obstáculos diferentes. Concluo minha *Relação* com a minha partida das aldeias de Uracapé e do Cavalo, para ir ser superior na cidade da Bahia, onde edifiquei um belo convento ou hospício,¹⁸ e conto o que se passou na Bahia, sendo eu superior, até minha partida no ano de 1686, no fim do mês de agosto. O reverendo padre Bernardo de Nantes¹⁹, que deixei em meu lugar em Uracapé e na aldeia do Cavalo, dará conhecimento do que se passou depois de minha partida, até ao seu regresso a Portugal. Aceito a obrigação de tratar nesta *Relação* de alguma coisa que já disse anteriormente, não podendo expor os trabalhos e perigos de minha missão sem essa pequena repetição, tudo contado em estilo simples, como é necessário, não me detendo, em minha idade avançada, na procura das flores do estilo que hoje impera, procurando tão-somente dizer naturalmente a verdade do que se passou, particularmente no que diz respeito à

minha missão, de que toda a glória pertence a Deus e eu Lha restituo, com a sincera confissão de minha indignidade.

Deus, por Sua pura misericórdia, me convocou, tanto quanto posso julgar, para a missão junto aos selvagens do Brasil, a fim de trabalhar, com o socorro de Sua graça, para a sua conversão à nossa fé. Exponho, segundo a nossa regra, minha vocação ao nosso reverendo padre provincial, que era então Ange de Memers, sob o qual tive a felicidade de cumprir meu noviciado e minha profissão. Não fui aceito, assim como três outros, dos seis que havíamos solicitado a mesma coisa, no fim de nossos estudos, depois de havermos sido examinados pelo Offício da Pregação. Mas um dos dois que tinha sido aceito, tendo adoecido alguns dias antes de embarcar, o reverendo padre provincial me designou para a substituição. Recebi a sua ordem como vinda do céu, com os joelhos em terra e com ação de graças devida à bondade de Deus, que queria servir-Se de mim, por mais indigno que eu fosse, para um tão glorioso destino. Parti de Rennes no dia seguinte e me dirigi a S. Malo, muito tarde para embarcar com o reverendo padre Anastácio d'Audierne, meu companheiro de estudo e de missão. Mas dentro de poucos dias surgiu ocasião favorável e seguiu para Lisboa, onde me encontrei a 9 de março, havendo embarcado de S. Malo no dia 1.º desse mesmo mês.

Chegada ao Brasil

Partimos de Lisboa a 30 de maio e chegamos com saúde, graças a Deus, a 3 de agosto, ao porto da Cidade da Bahia de Todos os Santos, que é a principal e mais bonita cidade do Brasil.

Durante a viagem

A viagem não se fez sem perigos, sobretudo numa noite, em que nos aproximávamos da linha equatorial e nos acreditamos todos perdidos; aprouve a Deus libertar-nos dessa ameaça. Tivemos, durante a nossa viagem, a consolação de dizer missa quase todos os dias, e nossa presença e conversação muito serviram para disseminar a piedade no navio, onde éramos ao todo cerca de cinquenta homens. Todos os domingos eu fazia uma exortação, o que os levou a freqüentar os sacramentos; de sorte que todos se confessaram e comungaram e alguns várias vezes. O capitão, que, aliás, era um homem excelente e generoso, mas arrebatado como um

leão, tornou-se manso como um cordeiro e jejuava comumente duas vezes por semana, confessando-se e comungando várias vezes. Era francês, natural de Ciotat, perto de Marselha.

Quis Deus servir-Se de mim para converter um jovem holandês, de cerca de vinte anos de idade, que viajava conosco e era calvinista; mas não tive a mesma felicidade com o nosso piloto francês, natural de Dieppe, também calvinista, conquanto várias vezes o houvesse convencido de sua heresia, em face de sua própria Bíblia; respondia-me, então, que eu era um letrado e ele um ignorante e que, se seu ministro estivesse presente, bem que me poderia responder. De sorte que na ocasião do perigo, onde também ele acreditava, como todos nós, estivéssemos perdidos, insistindo eu para que ele se convertesse, para a salvação de sua alma, respondeu-me que desejava morrer na sua religião. O abismo inescrutável dos julgamentos de Deus!

Chegando a 3 de agosto ao porto da Bahia, e mal punha os pés no cais, tive a felicidade de impedir que dois portugueses se matassem, por uma querela nascida de uma injúria que um disse ao outro e que os levou a puxar da espada, quase se engalfinhando.

Visita ao prelado

Fomos logo render graças a Deus, o padre Anastácio e eu, na igreja próxima, pela conclusão feliz de nossa viagem. Daí fomos manifestar nosso respeito ao prelado que substituíra o falecido arcebispo da Bahia, na qualidade de decano de seu clero. Fiz meus cumprimentos em latim, não falando ainda bem o português, e apresentei meu neófito, dizendo-lhe que era o primeiro fruto de nossa missão, que desejávamos consagrar a Deus por seu intermédio. Aceitou o convite e fixou o domingo seguinte para lhe dar a absolvição, publicamente, na catedral, ao fim das vésperas. Solicitei, ao mesmo tempo, que me permitisse pregar em francês nessa ocasião e havendo muitos franceses na tripulação da frota, na qual a terça parte era de heréticos, que todos viriam infalivelmente ao sermão, pois que avisaria aos capitães. O prelado me deu a autorização necessária. Em consequência, dei absolvição da heresia, na catedral, ao holandês convertido. Na hora marcada, no domingo seguinte, preguei na catedral, quando começaram as vésperas, apresentando o meu neófito, acompanhado de dois capitães, que lhe serviam de testemunhas e paraninfos. Comecei fazendo profunda reverência ao prelado, mas me surpreendi quando ele me autorizou

a que eu realizasse eu mesmo a cerimônia, não estando eu para isso preparado. Mas fui imediatamente para a sacristia, para me revestir dos ornamentos. Deram-me os mais preciosos, uma alva rica, toda branca, uma estola e uma capa bordada de flamas de ouro, com um barrete. Enquanto eu vestia esses paramentos, o padre Anastácio, que era um homem de espírito, e que possuía belas qualidades pessoais, lia as rubricas do pontifical e me demonstrava como vinham a propósito das cerimônias, que eu as fiz com muita felicidade. A concorrência era grande na igreja, uma vez que haviam noticiado na cidade a abjuração do holandês e o sermão. Era coisa nova e talvez não se houvesse visto antes, nesse lugar, alguém pregando em francês. Embora só os franceses me entendessem, e talvez cinco ou seis portugueses, a atenção não deixou de ser muito grande e geral, pela novidade da ocorrência. A abjuração foi feita com todas as cerimônias. Fomos depois, com o neófito e os dois capitães que o conduziam, agradecer ao prelado, que nos manifestou sua alegria pela conversão, desejando que obtivéssemos muitas outras.

Viagem para Pernambuco

Depois de doze dias seguimos para Pernambuco, onde tínhamos um hospício, que ainda não havia na Bahia de Todos os Santos. Monsenhor o governador teve a caridade de nos facilitar o embarque e de nos prover de todo o necessário para a viagem, com uma afeição e um zelo que revelava que era amigo dos capuchinhos e um bom cristão, que na verdade o era. Morreu dois anos depois, louvado por todo o mundo.

Chegamos a Pernambuco, onde o reverendo padre superior, com dois religiosos que ali estavam, nos receberam com todas as demonstrações possíveis de alegria e de ternura; dois dias depois chegou da missão o reverendo padre Teodoro de Lucé, que estava na nação dos cariris, na Parafba, havia já cerca de quinze meses, da maneira que descrevi na *Relação* anterior. Não me resta dizer senão que o principal objetivo de sua viagem a Pernambuco, nessa ocasião, é que, havendo seis meses que viera para se abastecer do necessário, e tendo trazido com ele o filho do principal ou do governador dessa aldeia, na idade de dezesseis ou dezessete anos, queria batizá-lo em Pernambuco. Um francês de importância, residente na cidade havia muito tempo, serviu-lhe de padrinho e lhe deu uma roupa própria para a cerimônia. Presenciei o assassinato

desse índio por um negro e acompanhei as conseqüências dessa morte. Havia poucos dias, tendo se afastado um pouco de nosso hospício, a passeio, foi atacado por um desgraçado negro que lhe quis roubar o chapéu, e o jovem índio resistindo, o negro lhe deu uma facada e o matou. Os cariris sentiram profundamente essa morte e a queriam de todo modo vingar; para pacificá-los se prendeu o negro e prometeram puni-lo com a morte; mas a justiça não tendo sido feita, a pedido dos donos do negro, que não queriam perder o seu dinheiro, os cariris se amotinaram contra o padre Teodoro e o quiseram matar. Ele resolveu regressar a Pernambuco com uma tropa de índios que vieram reclamar justiça. Foi o que me deu ocasião de ir logo à missão, deixando o padre Teodoro em Pernambuco, com quatro índios somente, ficando ele aí ainda uns dois meses.

Trabalhos de minha viagem para a missão

Essa missão, como disse, fica distante de Pernambuco cerca de setenta léguas ou mais, e estávamos pouco depois da festa de Todos os Santos, conseqüentemente já na quaresma que antecede o Natal. Levei para a viagem um pouco de peixe frito e ovos; o peixe logo se deteriorou, e o negro que levava os ovos caiu e quebraram-se todos os ovos, de sorte que, no segundo dia, já estavam perdidas todas as nossas provisões, não me restando senão a farinha e algum óleo e vinagre em garrafas de um quarto de litro; assim, tive que me contentar com esse viático, com um pouco d'água, no resto da viagem, e felizes ainda de a possuímos, pois que ela nos faltava muitas vezes, pelo menos de boa qualidade. Nossos índios mataram caça que eles comeram e nós marchávamos desde a manhã até à noite, sob os ardores do Sol, a oito graus e meio da linha, do lado do Sul, e durante o tempo mais quente do ano, nesse país. Não foi esse o maior trabalho, pois que, não havendo caminhos batidos, era preciso romper moitas espessas e florestas de canas selvagens, ocas por dentro, mas grossas como um braço e cheias de espinhos fortes e rijos em todos os nós, da altura de uma lança ou mais, entrelaçadas umas nas outras. E porque apoiavam o seu próprio peso umas nas outras, era necessário que os nossos índios abrissem o caminho por meio de facões do tamanho de um pé e meio, cortando do alto a baixo para passar por baixo, como sob uma abóbada; e porque esses pobres índios não podiam, em tão pouco tempo, limpar o caminho e havia ne-

cessidade de olhar tanto para cima como para baixo, para não ferir o rosto, eu esbarrava muitas vezes nas canas com muita dor, de sorte que não tinha mais dedo no pé que não estivesse ferido. Para cúmulo de sofrimentos, saí daí todo coberto de carrapatos. Esses carrapatos são pequenos insetos, do tamanho das pulgas, que entram na carne e aumentam em muito pouco tempo e produzem uma inflamação perigosa. Era preciso, a todos os momentos, fazer um bom braseiro e passar a roupa em cima de todos os lados, ou tirar esses carrapatos, que começavam a entrar na carne, com placas de cera do país, própria para esse fim. Há, ainda, outra espécie de pequenos insetos, que entram nas unhas dos pés, e que os portugueses chamam bicho e, penetrando na carne, crescem de repente e produzem ovos dentro de quatro dias, e se multiplicam tão prodigiosamente, que fazem apodrecer o pé, se não são tirados cuidadosamente com a ponta de uma agulha, ou alfinete, o que não deixa de ser doloroso.

Solidões assustadoras

Entrando nas solidões vastas e assustadoras, fui surpreendido por um certo medo, tanto mais quando não havia uma folha sobre as árvores e pareciam com as nossas, em tempo do inverno, e não se cobriam de folhas senão quando vinham as chuvas, nos meses de fevereiro ou março. O canto lúgubre de certos pássaros aumentava ainda esse terror; tudo isto me parecia como a imagem da morte. Além disso esse país é muito montanhoso e as montanhas muito altas. Enfim, depois de treze ou catorze dias de viagem, chegamos à aldeia. É assim que os portugueses denominam as habitações ou os burgos dos índios. Não sei, em verdade, se se pode estar, sem morrer, mais cansado e extenuado do que eu me sentia, pois que era tanto o cansaço, que nem me podia manter de pé.

Coisas extraordinárias

Nessa penosa viagem vi três coisas que me pareceram prodigiosas: a primeira foi uma campina, no meio da qual encontramos uma nuvem de moscas amarelas, maiores que as abelhas, que se dilatava a perder de vista e em tal quantidade que se não via nada a dez passos para diante, e com um zumbido proporcional

a essa multidão. E precisávamos atravessar essa nuvem de moscas numa distância de perto de mil passos. Não teria de nenhum modo tentado fazê-lo se os índios não me tivessem garantido que me não fariam mal, desde que nós não as molestássemos, o que verificamos que era verdade.

A segunda foi ao passar um riacho de cerca de treze ou quinze passos de largura, que tinha meio pé d'água de profundidade, o qual estava tão cheio de cobras vermelhas, que ficava coberto com elas. Atravessamos correndo, com medo de sermos picados.

A terceira foi uma correição de formigas, muito maiores do que as de nossa terra, e que era tão prodigiosa que cobria todo o chão, num trecho de cem passos de largura, de modo que não podia perceber sua extensão. Mas pode-se dizer que o Brasil é o país das formigas. Encontram-se nas casas e nas ruas das cidades em quantidades prodigiosas, saindo da terra quando chegam as primeiras chuvas, e tiram para fora pedaços de terra como grandes montões de feno nos campos. Devoram as plantas da mandioca, as laranjeiras e toda sorte de legumes.

Nessa aldeia tínhamos abundância de feijão e de milho; mas não tínhamos nem carne, nem peixe, senão alguma caça de tempos em tempos; o mais desagradável era que a água não era boa (não havia vinho senão para a missa). Fiquei somente oito meses nessa aldeia; porque, tendo sabido que havia muitas aldeias de cariris no rio de S. Francisco, resolvi para lá seguir; por essa razão, voltei a Pernambuco com quase tanto trabalho quanto o que havia suportado na ida para a missão, debaixo de chuva desde o dia de nossa partida até proximidades de Pernambuco, já perto da quaresma. Pensei perder-me numa floresta que tem de doze a catorze léguas de percurso, distanciado dos índios por minha inadvertência. Quando o percebi, eles estavam longe, tendo tomado outro caminho. Foi com dificuldade que eles me ouviram, quando gritei várias vezes a plenos pulmões.

Minha viagem ao rio S. Francisco

Chegado a Pernambuco, onde o reverendo padre superior me recebeu com toda a caridade possível, procurei imediatamente o meio de embarcar para o rio S. Francisco, com um jovem índio da aldeia que deixara e que desejou me acompanhar, e me serviu muito daí por diante. Mas, no mesmo dia em que embarcamos,

naufragamos à vista do porto. Não se perdeu senão o barco e algumas mercadorias. Daí a três semanas, encontramos outra ocasião que aproveitamos e chegamos felizmente a Penedo, pequena vila a sete léguas acima da embocadura do rio. Daí subimos o rio num barco até vinte léguas adiante, onde está situada a aldeia dos aramurus²⁰, com os quais o padre Anastácio, capuchinho, se havia estabelecido durante minha permanência na Paraíba. Recebeu-nos com uma ternura que se não pode exagerar. Depois de alguns dias de descanso, o padre Francisco de Domfront, que havia vindo comigo de Pernambuco, continuou seu caminho para a sua aldeia dos Rodelas, com as escassas comodidades que havia trazido de Pernambuco. Quanto a mim, fui obrigado a demorar, preparando-me para a viagem, não sabendo ainda o meu destino e não tendo cavalos para conduzir a minha bagagem. Enquanto estive na aldeia do padre Anastácio, observei o grande serviço que ele prestava aos portugueses e aos seus negros, assim como também aos índios. Era infatigável, ia e vinha, dia e noite, a todos os lugares a que fosse chamado. Alcançava mesmo dez e doze léguas e ainda mais, cumprindo sua missão, confessando os portugueses, exortando-os a libertar-se dos maus costumes. Teve tanto êxito, com o socorro da graça de Deus, que eles se transformaram de todo, num raio de dez ou doze léguas, entregando-se à piedade e frequentando os sacramentos; de sorte que, nos domingos, somente lá para o meio-dia conseguia começar a missa, tantas eram as confissões que se faziam. Razão pela qual era muito estimado e muito querido nesse lugar, e com muita razão, pois que com tanto zelo trabalhava pela salvação de todos.

Perigos que enfrentei com o padre Anastácio

Durante minha permanência nessa aldeia, sucedeu um estranho acidente, que por pouco nos custava a vida. Os índios, desavindos, já haviam agarrado os seus arcos e flechas, outros as suas espadas e já havia cinco ou seis feridos. Corremos a separá-los, mas alguns deles se voltaram contra nós e nos quiseram matar a flechadas. Deus enfim nos libertou do perigo e também ao nosso negro, a quem eu defendi de um golpe de espada que lhe teria atravessado o corpo, se eu não tivesse desviado o braço de seu atacante, e a espada passou sem o atingir, desviado o golpe que visara o meio de seu corpo. Apaziguamos afinal a sedição, cuidamos dos feridos e não morreu senão uma mulher que havia recebido três flechadas e duas facadas: ela havia sido a causa do con-

flito. Depois de dois meses ou pouco mais de estada, a divina providência me proporcionou os meios de continuar a minha viagem, para fundar uma missão entre os cariris.

Minha partida da aldeia do padre Anastácio

Um fidalgo me deu um excelente índio, o padre Anastácio me emprestou outro e eu parti a pé, acompanhado de dois índios que o padre Anastácio me confiou e de nosso negro, e do índio que eu havia trazido da Paraíba. Tivemos tanta felicidade que, embora nenhum de nós tivesse experiência de carregar e descarregar cavalos e houvesse caminhos muito difíceis, e até mesmo montanhas escarpadas, das quais uma de perto de meia légua, sempre a subir, e outro tanto a descer, e tão íngreme que eu me admirava de que os cavalos não caíssem ao subir, ou não rolassem ladeira abaixo ao descer, Deus nos ajudou de tal modo que nada se quebrou e nenhuma carga se perdeu. Chegamos a Rodelas depois de oito dias de viagem. O padre Francisco de Domfront, de que já falei, recebeu-nos com muita alegria e caridade. Depois de um dia de descanso, seguimos para Pambu²¹, a cerca de vinte e duas léguas acima pelo curso do rio S. Francisco.

Presença da providência divina

Foi lá que conheci realmente que a divina providência nos protegia e me convocava para a conversão dos pobres índios que ali residiam, pelos felizes encontros que tive com eles. Tendo chegado cerca de meio-dia à capela de Pambu, construída pelos portugueses toda de taipa. Reúnem-se aí, pelo Natal e na Páscoa, vindos de trinta léguas e mais em redor, para aí cumprirem as suas devoções e na qual mora o capelão quando cumpre o seu giro, isto é, quando percorreu para mais de cem léguas para cima e trinta léguas para baixo, a confessar os habitantes de um lado do rio ao subir e de outro ao descer, dizendo missa de dez em dez léguas, nos lugares em que os portugueses se reúnem para se confessar. Tendo, dizia eu, chegado a Pambu, fomos descansar à sombra, para tomar a nossa refeição sob uma espécie de abrigo coberto de palha, e feito expressamente para a proteção de suas assembléias. Preparávamos aí as nossas refeições, que não consistiam senão de um pouco de carne seca, que em pouco tempo se cozinhava, e de farinha de mandioca. Chegou então um homem

honesto, português, chamado Francisco Rodrigues. Pouco depois veio um mulato chamado Felipe da Costa, homem inteligente, e em seguida um índio chamado Tapicuru; ficaram todos surpreendidos e contentes quando me viram, nunca havendo encontrado um capuchinho. O português me perguntou o motivo de minha presença. Declarando-o, ele manifestou toda a sua alegria e me pediu para que me instalasse na ilha de Pambu, bem defronte, onde havia uma bonita aldeia de cariris. Garantiu-me que todos os habitantes do rio teriam muita alegria com a minha presença e que, de sua parte, tudo faria para me ajudar.

O mulato desejava também que eu ficasse mais perto de sua casa e que fosse estabelecer-me na ilha de Uracapá, onde havia uma bonita aldeia, a quatro léguas acima de Pambu.

Tapicuru teve uma conversa demorada com o índio que eu havia levado da Paraíba, e que lhe disse muitas coisas favoráveis a meu respeito e lhe fez entender que era um grande benefício e grande felicidade para eles, sob vários aspectos, o contar com eles um missionário. Deu-lhe pormenores dos benefícios que os índios da Paraíba estavam usufruindo. Esse índio me comunicou, através do meu companheiro da Paraíba, que gostaria que eu conhecesse a aldeia de Uracapá, que era a mais antiga e a maior de todas elas, o que o mulato me confirmou com entusiasmo.

Tapicuru diligenciou imediatamente para me arranjar uma canoa, que ele levou de Pambu, com dois outros índios, até Uracapá. O rio estava muito cheio e perigoso pela sua violência e pela quantidade de rochedos, que tornavam as correntes mais impetuosas em alguns trechos. Ainda estou espantado de que pudesse conduzir a canoa entre essas correntes e rochedos, até porque ela estava furada em alguns lugares, que eles tapavam com terra gorda. Enfim, atravessei o rio diante da ilha de Uracapá, extensa de mais de mil passos, sentindo grande medo, à vista de tantos perigos.

Minha chegada a Uracapá

Tapicuru já havia prevenido o capitão e toda a aldeia de minha chegada, transmitindo-lhes o que o meu índio lhes havia narrado. Reuniram-se logo em torno de mim, quando cheguei à aldeia, olhando-me com espanto; os meninos, até à idade de doze anos, quase todos fugiram e só retornaram depois de tranqüilizados. Meu índio lhes falou; eles ouviram com muita atenção, pois que não

costumam interromper os que lhes falam. Enfim, manifestaram pelos seus modos e pelo que o meu índio me pôde fazer compreender em português, que conhecia um pouco, que me consideravam bem-vindo. Sobretudo o capitão, chamado por eles Urara, isto é, tambor, e que mais adiante foi batizado com o nome de Tomé Álvares, dando demonstrações singulares de sua alegria. Esse capitão viveu santamente, ajudando muito os missionários, depois do batismo. Tinha oito filhos, todos bons cristãos. Levei um deles para Portugal, quando regressei, por força de doenças que me impediam de continuar meu trabalho. Chamava-se Antônio e mais adiante falarei desse jovem índio.

Caso notável

Antes de contar o início de minha missão nesse lugar, quero mencionar um caso que fará conhecer claramente que Deus havia atraído à fé não somente esse capitão, como toda a sua aldeia.

Seu irmão, chamado Uracápá, e do qual a ilha tomara o nome, morrera uns seis meses antes de minha chegada e não havia deixado senão uma filha, casada com um corajoso rapaz, e tinha já dois filhos. Os índios estavam divididos na eleição de um novo capitão. Uns diziam que deveria ser o genro do defunto; outros queriam que fosse o irmão, uma vez que uma filha não podia suceder-lhe no governo. Não havendo acordo, resolveram concordar com a arbitragem da divergência e escolheram três portugueses, seus vizinhos e amigos.

Os portugueses consultaram seus próprios interesses. Conheciam já as louváveis inclinações de Urara, irmão do defunto e o sabiam sempre disposto a prestar-lhes serviços. Decidiram a seu favor. Foi logo aceite e reconhecido como capitão. Mas ele não aceitou, a menos que o fizessem cristão. Os portugueses lhe responderam que daí a seis luas (contam o tempo pela Lua) chegariam padres que o batizariam. Ele havia visto batizar uma criança e já lhe haviam dito que era preciso o batismo para conduzir à salvação.

Os acontecimentos deram a essas palavras o sentido de uma predição, pois que os portugueses ignoravam que eu estivesse para chegar. Mas, de fato, cheguei seis meses depois. Foi o que facilitou muito a minha missão junto a esses gentios; e esse capitão, tão bem intencionado, interessou-se muito por mim, tanto que em

um mês, dia por dia, tive uma igreja e uma casa razoavelmente construídas. Todos trabalharam nelas com ardor, até as crianças; eu me arvorei em arquiteto e não andei mal, na primeira vez em que exerci tal officio. A construção era de madeira e barro, coberta por uma espécie de palha, mas tudo muito agradável. Francisco Rodrigues, o português já mencionado, ofereceu-me um enorme boi por esse motivo e me pediu, em troca, algumas missas; dei o boi aos índios, que o comeram durante o trabalho; para mim, reservei umas vinte libras de carne.

Começo da missão

Comecei então, em nome de Nosso Senhor, no fim do mês, a chamar os índios para a igreja, ao som de um pequeno sino. Vieram sem demora. É de supor que a curiosidade os atraísse mais que a devoção. Comecei a ensinar-lhes o sinal da cruz, servindo-me, para isso, do índio que fora comigo. Ensinei-lhes depois o *Pater*, a *Ave*, o *Credo** e todas as rezas de um cristão, sucessivamente, em língua portuguesa, não havendo ainda aprendido a deles; era, de resto, o que faziam os portugueses, entre os quais me encontrava.

Agi de modo que as pessoas idosas aprendessem como as outras, conquanto, no princípio, se desculpassem, mostrando-me que não tinham mais dentes para pronunciar as palavras. Conseguindo que alguns pronunciassem algumas palavras, eu os louvei, embora fosse mal a pronúncia, para conseguir que os outros se animassem a dizer as rezas, os velhos se lastimando se eu não lhes desse oportunidade. Assim, não somente os moços, mas ainda os idosos de um e outro sexo, aprenderam a rezar em português, o que foi facilitado pelo costume que adotamos de cantar todas as tardes a coroa da Santa Virgem em fabordão, como já disse. Sentiam realmente prazer, por causa da harmonia, nunca tendo ouvido nada parecido. Eu ficava encantado de ouvir louvar a Deus e a Santa Virgem a esses pobres índios, que nunca tinham ouvido falar nela.

Os meios que usei

Compreendi desde logo que se eu pudesse conquistar a afeição dos índios alcançaria todos os meus objetivos, com a graça

* Em latim, no texto.

de Deus. Razão pela qual não omiti coisa alguma que os levasse a compreender que eu realmente os amava e que tão-somente o amor de sua salvação me levara a procurá-los. Manifestei solicitude por tudo que resultasse em vantagem para eles, sua saúde, seus lazeres, seus interesses. Não recebia coisa alguma deles, que não retribuísse duplamente. Tinha todos os dias oportunidade de os favorecer, economizando as pequenas esmolos que recebia dos portugueses e a remuneração das missas que me encomendavam; gastava muito pouco comigo mesmo, empregando o restante em lhes comprar ferramentas, facas, pano para os vestir; de sorte que pouco a pouco estavam decentemente vestidos para freqüentar a igreja. Todas essas coisas os impressionavam o bastante para que que pudessem compreender que eu os amava cordialmente; desse modo me consideravam como seu pai e em verdade eu próprio sentia por todos eles uma ternura de pai e mãe e tudo fazia para demonstrá-lo.

Chegaram depois a um tal grau de respeito e de obediência, que não queriam faltar uma vez que fosse às aulas de doutrina, e me pediam licença para ir visitar seus parentes nas outras aldeias; e desde que voltavam, vinham beijar-me a mão. Faziam a mesma coisa quando se ausentavam por alguns dias, ou quando eu ia a alguma cidade ou aldeia. No meu regresso, vinham me felicitar pela minha chegada. Posso dizer, enfim, que um pai ou mãe seriam felizes em ter filhos assim tão submissos e respeitosos quanto os índios de Uracapá se manifestavam a meu respeito.

Uma república não se pode governar sem leis penais; razão pela qual eu as estabeleci, sempre muito humanas, algumas suficientemente eficazes para sustentar os fracos nos seus deveres e para punir os culpados. Criei oficiais para essa função, proporcionando-lhes algumas gratificações. Os próprios culpados se submetiam voluntariamente ao castigo e, entre todos que eu tive de castigar, não houve senão um que procurou vingar-se. Era filho de um capitão, com a idade de cerca de vinte e três anos, e casado. Oficial ele próprio, servia-se de sua autoridade para fazer o mal; mas acabou reconhecendo os seus erros, pouco tempo depois.

Os obstáculos que houve necessidade de remover, para que a missão continuasse

Houve obstáculos à nossa missão, da parte dos homens e do Demônio; conquanto, em realidade, se possa dizer que o Demônio foi o primeiro autor e instigador desses obstáculos, e que se serviu

de diferentes paixões dos homens para alcançar seus objetivos, que sozinho não alcançaria. O Demônio é esse forte do Evangelho que defende à mão armada o seu reino, enquanto pode, contra todos que o procuram perseguir; e não cede senão à força. Foi o que sucedeu na minha missão, como na dos outros. Serviu-se da avareza de alguns, da preguiça e até mesmo do ciúme de outros, assim como da incontidência de vários, tanto portugueses como índios, os quais levaram tão longe as suas paixões, que cuidaram de interessar o Estado, para a nossa expulsão do Brasil, por meio de calúnias maliciosas, levadas até à Corte de Portugal, e capazes de criar desconfianças a nosso respeito, pela circunstância de que éramos franceses.

O interesse de alguns particulares, que haviam colocado seu gado nas terras dos índios, sendo combatido por alguns missionários, que eles próprios haviam chamado mais para segurança de seu gado que pelo zelo da conversão dos índios, como os acontecimentos nos fizeram compreender, atiraram-se contra nós e empregaram todos os meios possíveis para nos afastar.

Nossos missionários se viram obrigados a se opor à invasão violenta das terras dos índios pelos portugueses, uma vez que os rebanhos devoravam as plantações dos índios e os obrigavam a separar-se em diversos lugares para poder viver, o que acabava impedindo a presença das missões.

Foi assim que procedeu, primeiramente, um certo português chamado Antônio de Oliveira, que havia convidado, como já disse, o padre Teodoro de Lucé, para criar sua missão entre os cariris do rio da Paraíba. Dirigiu-se ao governo e à Câmara da cidade, representando que havia muita razão para suspeitar de todos nós, pela nossa condição de franceses. Como argumento, acusou-nos de ensinar aos índios o manejo de armas, que havíamos dado a alguns deles. Enfim, soube tão bem enfeitar a calúnia, que a levaram ao conhecimento das autoridades. Felizmente, tivemos aviso dessa representação, por intermédio de um amigo, que nos mostrou trechos da carta escrita pelo referido Antônio de Oliveira ao governador e à Câmara, trechos que nos fizeram compreender o restante. E conquanto fosse de todo falso que houvéssemos dado armas aos índios e ensinado a servirem-se delas, e conquanto, ao contrário, o padre Teodoro já houvesse apresentado a sua queixa ao governador, já havia algum tempo, de que os portugueses é que as haviam dado, a calúnia acabou prevalecendo e foi levada à Corte.

Isso me obrigou a tomar a liberdade de escrever uma carta à rainha de Portugal, francesa de nação,²² suplicando-lhe que nos

tomasse sob sua proteção. Ela era então a regente. Enviei a carta aberta ao superior dos capuchinhos, em Lisboa, padre Gabriel de Serrent, a fim de usá-la como julgasse conveniente. Expus sucinta e claramente a Sua Majestade o fato, respondendo precisamente a todas as acusações e fazendo ver, claramente, a sua falsidade. Deus abençoou o meu zelo na defesa de Sua causa. Essa carta impediu nossa expulsão do Brasil; mas não pôde impedir que, por ordem da Corte, fizessem inquéritos a respeito, os quais, entregues a pessoas de probidade, nos justificaram inteiramente e nos deram mais autoridade que no passado. O reverendo padre superior me agradeceu pela minha carta e me disse que, sem ela, receava muito que nos houvessem expulsado do Brasil.

Segundo obstáculo

Passada essa tempestade, o Demônio suscitou outra semelhante, ainda no rio S. Francisco e pelos mesmos motivos. A libertinagem de alguns juntava-se ao interesse dos outros, pois que o zelo de nossos missionários lhes era igualmente adverso; mas sua denúncia teve o mesmo resultado da outra, depois de uma nova devassa no local. Esta última nos justificou gloriosamente e nos proporcionou a proteção dos governos das cidades da Bahia e de Pernambuco, que deram ordens rigorosas contra os que nos queriam inquietar, em nossas diferentes missões.

Terceiro obstáculo

O ciúme dos resultados que estávamos obtendo junto aos índios, acompanhado da preguiça ou da pusilanimidade, irritou a outros, que seu estado deveria induzir a trabalhar conosco na conversão dos índios, em vez de nos criarem dificuldades. Publicaram por toda a parte que nós não fazíamos nada senão batizar animais; que, se os selvagens fossem capazes de instrução, eram tão capazes como nós para ensiná-los, sem que precisássemos vir de tão longe para doutriná-los, e que nós usávamos desse pretexto das missões para viver em liberdade. Invocavam tais argumentos, em parte, pela circunstância de haver o governador de Pernambuco exprobado de maneira enérgica a sua negligência, dizendo-lhes que o rei de Portugal dava recursos para que organizassem missões e que havia sido necessário que viessem estrangeiros para fazê-las, sem que eles se estimulassem com o exemplo. Disse-lhes, afinal, coisas ríspidas, que os atiraram injustamente contra nós.

Nesse mesmo tempo, regresssei a Pernambuco e, tendo ido com um missionário, meu amigo, ao palácio do governador para tratar de outro assunto, encontramos, numa ante-sala, um ex-governador de Pernambuco,²³ muito pouco amigo dos capuchinhos franceses, conquanto eles lhe houvessem prestado serviços assinados, assim como ao Estado, pois que haviam sido o fator principal da restauração de Pernambuco contra os holandeses, que já o possuíam havia vinte e quatro anos. A história exaltaria a glória dos capuchinhos, mas seria extensa e fora de nosso objetivo.

Encontramos esse senhor com três superiores de ordens diferentes, dois eclesiásticos de importância e diversas autoridades do lugar. Esse encontro inopinado nos surpreendeu bastante. O ex-governador nos perguntou o motivo de nossa vinda e lhe respondemos simplesmente que era o trabalho missionário, o que deu motivo a que todos fizessem zombarias. Alguns chegaram a dizer que era impossível converter os índios, pois que tinham experiência disso, e que também havia, no Brasil, sacerdotes e religiosos, tão capazes e tão zelosos como nós mesmos, para se dedicarem a esse trabalho, se o achassem útil.

Depois que meu companheiro, que era um pouco tímido, deu a sua resposta, eu pedi para que me permitissem manifestar também a esses senhores o que eu estava sentindo. Comecei desculpando-me de não falar o português o bastante para que me pudesse explicar, sobre matéria de tanta significação para mim. O governador me respondeu, com um ar um tanto irônico: “Também todos nós lamentamos que não soubésseis bem o português.”

Eu lhe repliquei, muito respeitosamente, mas também com muita firmeza, que eu poderia também lastimar que eles não falassem o francês, pois que assim teria facilidade para fazer valer a minha resposta, no assunto que se debatia.

“É, Monsenhor”, lhe disse eu, “contra a experiência de nossos olhos e mesmo contra a fé, por meio das conseqüências necessárias, afirmar que é impossível converter os índios do Brasil: poderei prová-lo com duas palavras.”

Consegui que me dessem maior atenção.

“Pode-se e deve-se julgar a possibilidade de uma coisa pela experiência do passado; ora, vemos com os nossos olhos, não somente em nossa missão, como nas dos reverendos padres jesuítas, muitos índios que realmente se converteram: então, não é im-

possível convertê-los. Em segundo lugar, os índios são criaturas racionais, filhos de Adão, como nós mesmos, conquanto muito ignorantes. Jesus Cristo morreu para a salvação deles como para a nossa salvação; não é possível convertê-los se dedicarmos a esse objetivo os meios necessários.”

Acrescentei pouca coisa a essas palavras. Foi o suficiente para fechar a boca de todos e para obrigá-los a nos falar com seriedade e honestidade. O próprio governador, que havia zombado, ofereceu à nossa missão um donativo do valor de cem pistolas.

Tivemos que enfrentar essas mesmas objeções em muitas outras ocasiões, uma vez que aqueles que estavam interessados em que não houvesse missões, repetiam que não havia nada que fazer com os índios, que não passavam de animais com a figura de homens e que tinham experiência dessa situação.

Tinham todos razão, agindo dessa forma; porque, para trabalhar na conversão dos índios, havia necessidade, com a graça de Deus, de quatro coisas. A primeira, aprender a sua língua, sem o que seríamos bárbaros diante de bárbaros. A segunda, uma grande caridade, para suportar tantas imperfeições, grosserias, ingratidões, até que se tornassem civilizados, porque a ingratidão é filha da bestialidade. Terceira, um grande desinteresse pessoal em face de coisas temporais e um grande devotamento, fazendo-lhes todo o bem possível e protegendo-os contra todos os que os oprimissem. Quarta, um grande amor à castidade, tomando a respeito muitas precauções, por causa das solicitações perigosas a que se ficava exposto, sendo os índios extremamente frágeis.

Ora, todas essas qualidades se encontram dificilmente nos portugueses.

Em primeiro lugar, são poucos os que se querem dar ao trabalho de aprender o idioma, sem o qual é impossível a catequese, para torná-los bons cristãos. Em segundo lugar, têm quase todos desprezo profundo pelos índios, tratando-os como cães. Em terceiro lugar, são interesseiros, embora em outras condições sejam generosos até à prodigalidade. Em quarto lugar, tendo nascido num país muito quente e vivendo na ociosidade e numa grande liberdade, entre escravos dos dois sexos quase todos nus, e de que podem dispor à vontade, é muito difícil que, trocando o estado laico pelo eclesiástico ou o regular, sejam muito castos, sobretudo quando expostos às mesmas oportunidades perigosas que os missionários, especialmente antes que as índias sejam cristãs e convencidas das verdades da fé. Não são poucas as que se oferecem

aos homens para o mal, se neles percebem qualquer fraqueza, ou se podem esperar algum proveito, pois que não têm nem vergonha natural, nem temor de Deus.

Razão pela qual um muito prudente e santo superior de uma comunidade de mais de cem religiosos respondeu-me, numa ocasião em que eu pedia que mandasse muitos religiosos para as missões, expondo-lhe os frutos que poderiam ser obtidos: “Meu Reverendo Padre, meus religiosos são na maior parte nascidos no Brasil, educados vendo as oportunidades que se ofereciam e que já conheceis; não ousou expô-los a essas provocações, que abandonaram para se salvar. No convento, vivem segundo o seu estado e com os exemplos que conheceis.” Eis o que ele me disse e essa é a razão pela qual, entre tantos padres e religiosos que existem no Brasil, há tão poucos missionários portugueses; a maior parte dos missionários, mesmo entre os jesuítas, são estrangeiros.

Há outro obstáculo considerável para as missões por parte dos índios. Há, entre eles como entre nós, os que são dóceis e bem nascidos, assim como os indóceis e perversos. Os primeiros se convertem facilmente; os outros resistem e chegam às vezes a perverter os que já estão convertidos. Não se pode domá-los senão com o tempo e com o rigor. São muito dedicados às suas cerimônias pagãs e às suas tradições, que os favorecem, com a sua sensualidade, as suas festas consistindo em danças, em festins à sua maneira, verdadeiramente lascivas.

Demais, é preciso renunciar à poligamia e viver constantemente no casamento com uma só mulher, até à morte. Ora, abandonavam facilmente a sua mulher para tomar outras; essa liberdade era recíproca. Enfim, era preciso sujeitar-se às normas severas do cristianismo, contrárias à sua natureza, como também à confissão.

Não estão menos sujeitos às tradições, mesmo quando desarrazoadas ou incômodas: dois exemplos, entre muitos, nos convencerão desse fato. O primeiro é a respeito das mulheres que acabaram de parir. Não deviam comer carne, nem peixe, nem ovos, nem cozido de carne ou de peixe, mas viver de farinha de mandioca, de milho, de feijão e outros legumes, até que os dentes comesçassem a sair nos filhos. Estavam convencidas de que os filhos morreriam, ou ficariam desdentados, se usassem outros alimentos no momento da amamentação; e como essas coisas lhes faltavam quase sempre, tornavam-se esqueléticas e seus filhos também; alguns morriam de desnutrição.

Comecei a desenganá-las por meio da filha do capitão Tomé Alvares. Fora sempre muito virtuosa, quer antes ou depois de casar, e muito obediente. Fui vê-la depois do parto. Levei um cozido com um pouco de carne, pedindo-lhe que comesse. Ela se desculpou com a tradição da tribo; eu lhe dei tantos argumentos e exemplos para esclarecê-la que, para não me desagradar, aceitou comer o que eu lhe havia oferecido. Comeu muito pouco, e me disse que era apenas para me obedecer.

Não quis constrangê-la, com o receio de que a repugnância que sua imaginação lhe causava, acabasse por lhe fazer mal. Mas, daí a algumas horas, voltei a vê-la e lhe perguntei quanto ao estado de sua saúde e se o alimento que eu lhe dera lhe havia feito mal. Respondeu simplesmente que não; eu a forcei a tomar uma segunda e uma terceira dose, e em seguida ela passou a comer carne, livremente. Seu exemplo convenceu os outros.

O segundo era a respeito de suas festas, augúrios e adivinhações. Eram de tal forma obstinados, que custaram muito a desenganar-se, fossem quais fossem os meus argumentos. Muitas vezes, sob pretexto de irem à caça, ou para procurar mel pelos campos, saíam da aldeia para praticar às ocultas as suas cerimônias. Foi necessário recorrer ao rigor e castigar os culpados, o que não se podia fazer sem correr perigo, especialmente numa ocasião, em que eles se sublevaram e pensaram até em nos matar. Enfim, com a ajuda de Deus, obtivemos o que queríamos. Entregaram-nos os seus ídolos, suas vestimentas de cerimônia e tudo foi queimado publicamente. Isso demonstra a constância que os missionários precisam ter para livrar os índios de superstições e levá-los à renúncia de suas tradições.

Perigos a que me expus

Por ser necessário, para os tornar cristãos, fazer com que renunciassem a todas as manifestações e artifícios do Demônio e às desordens de uma vida libertina, expus-me muitas vezes a grandes perigos, especialmente quatro vezes; e das quatro vezes há uma ou duas em que eu não posso duvidar de que houvesse uma espécie de milagre que me livrou de suas mãos.

Na primeira, o reverendo padre Anastácio d'Audierne estava presente e me defendeu contra um golpe de sabre na cabeça, segurando o braço de um capitão de índios muito mau e que já levava essa intenção. Eu não o via, porque estava nas minhas costas, e

eu muito ocupado em impedir que os outros índios corressem para as suas flechas, com o fito de nos atacarem. Ele o desarmou e se apoderou do sabre. Foram então possuídos de um grande terror, abaixaram as armas e conseguimos pacificar a todos; de tal modo que me fizeram um presente de feijão seco. Havia também conosco um português, que pensou morrer de susto nessa ocasião.

Em outra circunstância, eu estava só com um índio uracapé; era o meu fiel Tapicuru, de que já falei. Se não houvesse usado astúcia para enganá-los, não somente me teriam matado, como me teriam despedaçado, conforme revelaram a um português. Senti o perigo por um movimento interior e me retirei imediatamente. Estavam apenas a cem passos, numa canoa, quando apareceram todos armados na margem do rio, ameaçando-me com todas as demonstrações de furor.

Essas duas ocasiões surgiram na aldeia de Irapuá, onde não tínhamos nem igreja, nem casa, nem nenhum cristão. O capitão era muito mau e contrário à missão: impedia sua gente de se converter à fé; foi o motivo do perigo a que me expus. Mas enfim ele acabou assassinado pelos seus índios e queimado como feiticeiro. Se verdadeiramente houvesse entre eles alguém que se comunicasse com o Demônio, teria sido esse capitão. Havia sido a causa da morte de um grande número de índios que ele massacrara e queimara, pois que esse desgraçado, que tinha o officio de adivinho, o acusara maldosamente de serem feiticeiros.

Terrores salutareos para os índios

Não posso duvidar de que Deus várias vezes encheu de terror o espírito dos índios para salvá-los, quando empreendi, no interesse de Seu serviço, coisas que não podem parecer senão temerárias e cujo successo, entretanto, faz ver que Ele mesmo me inspirara, ocultando-me os riscos, ou levando-me a desprezá-los; porque estavam acima da credulidade humana, e os portugueses se surpreendiam de que eu ousasse empreendê-las, sozinho e sem armas, o que eles não se atreveriam a aceitar senão em companhia de outros e com armas. Entre diversas ocasiões em que senti vivamente a presença de Deus, nos numerosos perigos a que me expus, relatarei algumas, sucintamente.

A primeira foi a seguinte:

Os índios de Uracapé fugiram da aldeia certo dia, em grande número, persuadidos pelo coronel Francisco Dias de Ávila. Para

isso, ele lhes deu alguns presentes, pois que sem dúvida sentia que eu me opunha aos seus desígnios, como injustos e prejudiciais à missão. Regressaram daí a alguns dias, Deus lhes tendo inspirado grande terror pela morte de dois dentre eles, que talvez tenham sido induzidos como os outros. Censurei-os severamente e, tomando nas mãos a disciplina, bati indiferentemente a torto e a direito. Em lugar de se revoltarem contra mim, lançaram-se por terra tremendo e pedindo perdão.

A segunda teve lugar a propósito de uma espécie de levante promovido contra mim. Eu havia castigado alguns culpados e, prevendo as conseqüências, depois de alguma reflexão, entreguei-me a Deus e fui sozinho para o centro da aldeia. Aí gritei em voz alta e inteligível: "Saí, saí de vossas casas. Estou só; não vos será difícil matar-me, se o desejais. Não receio morrer no serviço de Deus, procurando a vossa salvação. Tomai a resolução que quiserdes; porque é necessário obedecer-me ou matar-me, pois que estou decidido a punir os culpados, uma vez que me convidastes para vos tornar cristãos." Alonguei-me nessas manifestações, para levá-los a compreender os trabalhos que eu tinha enfrentado e as conseqüências da impunidade. O que causou efeito excelente.

A terceira foi a seguinte: o capitão da ilha do Cavalo era um homem orgulhoso e muito temido, porque tinha muitos filhos e sobrinhos, que passavam por valentes. Recebeu mal uma justa advertência que eu lhe fiz, por uma falta que havia cometido. Foi queixar-se, exagerando tudo, ao coronel Francisco Dias de Ávila, caluniando-me e, a conselho dele, levou os seus índios para outra ilha, para instalar-se nela e me obrigar a abandoná-los. A fim de evitar o trabalho de construir uma nova casa e uma nova igreja, escrevi àquele senhor, para lamentar o que estava ocorrendo e para lhe dizer que eu o consideraria responsável pela fuga dos índios, se ele não obrigasse o capitão a comparecer diante dele, em minha presença, em dia e hora marcada, sem revelar ao capitão que eu estaria presente na ocasião. Tudo se cumpriu pontualmente, porque Francisco Dias de Ávila previu que eu levaria minhas queixas ao governador da Bahia.

Quando o capitão índio, que veio acompanhado de três de seus governados, me viu na sala, não ocultou a sua surpresa. Todos sentados, Francisco Dias de Ávila pediu a um capitão de ordenança português, que sabia bem a língua dos cariris, para lhes dizer, de minha parte, que eles teriam que me obedecer, sem me dar desgosto. Acrescentou algumas outras coisas, a que os índios não deram muita atenção. Depois dele dizer o que quis,

eu falei a Dias nesses termos: “Senhor, não é assim que se deve falar a esses ingratos, que me ultrajaram e me caluniaram, depois do que fiz por eles o que sabeis, sem outro interesse que a salvação deles. Permiti que eu lhes fale e que os faça confessar, em vossa presença, a falta e a maldade que cometeram.”

Em seguida, com uma fisionomia cheia de cólera, olhando para o capitão índio, que estava diante de mim, eu lhe disse, em voz alta, com severidade, pondo o meu dedo diante de seu rosto: “Olhai-me!” Repeti essa intimação duas outras vezes, com as mesmas demonstrações, com algum intervalo entre as interpelações. Não era preciso mais para torná-lo surpreendido e fazê-lo tremer violentamente, batendo os dentes, sem saber o que dissesse. Os outros sofreram as mesmas aflições, tornando-se muito pálidos.

Francisco Dias de Ávila e o capitão português, com um outro que estava presente, ficaram espantados com o efeito de minhas palavras e diziam uns aos outros: “Vede como tremem! Perderam a fala!” Eu repreendi então a esse índio pela sua maldade e pela sua ingratidão, relatando o fato como realmente se passara, o que ele acabou reconhecendo. Depois de haver lembrado o que eu havia feito por eles e mostrado que não tinham melhor amigo, disse-lhes, com firmeza, que eles podiam ver que, conquanto eu respeitasse muito o senhor coronel Francisco Dias, contudo não dependia dele; que era mandado pelo papa, com a aprovação do rei de Portugal, e sob sua proteção, para os fazer cristãos e para os salvar, se eles quisessem corresponder a minhas boas intenções; e que o rei de Portugal ordenava aos governadores que me ajudassem no meu trabalho, assim como a todos os missionários, ameaçando castigar os que se opusessem às nossas missões. Concluí o encontro com palavras ternas e tão zelosas de sua salvação, que esse pobre capitão, recuperado de sua consternação e de seu erro, me pediu perdão de suas faltas e protestou, com os outros, que fariam tudo o que eu quisesse, até mesmo construindo para mim uma nova casa e uma igreja, mais bonitas que as primeiras, no lugar a que se haviam transportado e que lhes era mais cômodo, ou então regressariam à sua antiga moradia.

Mudança de aldeia

Concordei em ficar com eles no lugar em que já se achavam estabelecidos, como sendo também mais conveniente para mim, não tendo senão um braço do rio para atravessar, enquanto que

no outro a travessia era mais difficil e perigosa pela violência das correntes, exigindo mais de duas horas de imenso trabalho. A canoa era tão pequena, que não conduzia senão o nosso negro e eu, e muitas vezes estive em perigo.

Vivemos assim em paz daí por diante e todos me foram obedientes, depois que construí uma nova igreja e também uma casa, uma e outra mais bonitas e mais cômodas do que as anteriores.

Esse mesmo capitão índio, em outra ocasião, antes dessa que acabo de relatar, achou mal que eu houvesse castigado um de seus índios, que nunca aparecia no catecismo. Eu o repreendi com tanta autoridade, que ele empalideceu e não pôde sustentar-se nas pernas; teve que sentar no chão, para não cair.

Creio que aqueles que lerem o que estou escrevendo, julgarão, como eu, que Deus estava presente nesses sucessos, verdadeiramente extraordinários, diante desses pobres índios, encaminhando-os para a sua salvação, o que me dava coragem para fazer o que excedia de muito a todas as minhas forças, pois que concorria para lhes abrir os olhos. Teria sido de todo impossível fazer bons cristãos, se os maus não fossem castigados.

Mas, se mostrei rigor no começo, também lhes dei provas de ternura, pelos benefícios contínuos que de mim recebiam ou por meu intermédio, de modo que não podiam deixar de concluir que eu realmente os amava. Foi o que me disseram mais tarde, depois de haver sentido a utilidade de minha conduta e que eu lhes tivesse feito compreender, não somente o estado lastimável em que viviam, antes de minha presença, mas o que eles teriam sido para sempre, se eu tivesse uma medrosa complacência para com as suas inclinações e exagerada timidez no corrigi-los. "É verdade", me diziam eles, "nós não conhecíamos o que era o nosso bem e resistíamos por ignorância."

Criei, pois, os oficiais que, nas ocasiões devidas, castigassem os culpados; mas, como se tornaram em seguida mais racionais, eu os governei, eu próprio, com maior bondade e maior doçura.

Relação de uma guerra em que tive que ir, por ordem do governador da Bahia, com os índios de nossas aldeias, para reprimir o furor dos selvagens que, numa noite, mataram, no rio de S. Francisco, oitenta e cinco pessoas, tanto portuguezes como negros, nas suas próprias casas.

Foi mais ou menos de sete a oito anos depois de minha chegada à aldeia de Uracapé que esta guerra se declarou. Havia

perto de três anos que eu havia recebido ajuda na minha missão, depois de haver permanecido cinco anos sozinho, tendo como vizinho mais próximo o padre Francisco de Domfront, de que já falei, e que se localizava a vinte e duas léguas no rio abaixo. O padre Anastácio d'Audierne e o padre José de Chateaugontier haviam chegado e fundado cada um sua aldeia de cariris, também no rio abaixo, o primeiro no Pambu e o padre José a duas léguas para cima. Fui procurar o padre Anastácio entre os aramurus, em que se situara, a oitenta léguas para baixo. Ele cedeu a sua missão, a meu pedido, ao padre Teodoro de Lucé, que, aconselhado por mim, deixou a sua aldeia da Parafba, em que eram escassos os resultados.

Esses índios eram dados ao vício da gula. Mas eram dedicados aos que os acompanhavam. Padre Teodoro, não podendo vir até onde eu estava, ficou entre os aramurus. É verdade que o padre Anastácio teve pena de deixar a sua casa para vir ficar em outra comigo; porque, além de que se tem mais inclinação pelos seus filhos espirituais, e que é penosa a separação, estava muito acostumado com os portugueses da região, que vinham em grupos, todos os domingos, à missa e recebiam os sacramentos; de sorte que só perto do meio-dia começava a missa, em razão da grande quantidade de penitentes; ele era justamente amado e estimado por todos.

Não se ouvia falar de escândalos, nem de assassinatos, nas dez léguas em derredor, conquanto antes fossem coisas freqüentes. Havia uma grande modificação nos costumes, mesmo entre os negros, e tudo isso ajudava muito a conversão dos aramurus. Enfim, era um missionário zeloso, pronto sempre, de dia ou de noite, a prestar serviços.

O senhor governador, informado da assistência que vinha proporcionando aos portugueses, deu-lhe uma canoa novíssima, que podia levar até vinte pessoas, a fim de lhe facilitar as viagens no rio, onde ele chegava até vinte léguas de distância, para assistir os portugueses e os índios de algumas aldeias; de sorte que assim prestava grandes serviços a Deus. Por esses motivos, todos lastimaram o seu afastamento. O padre Teodoro tomou o seu lugar; mas, conquanto fosse um santo e religioso muito zeloso, não tinha nem a força, nem os talentos do reverendo padre Anastácio.

O outro missionário foi, como acabo de dizer, o padre José de Chateaugontier; mas não chegou senão um mês e meio depois do padre Anastácio e foi este que o trouxe da Cidade da Bahia, aonde havia ido especialmente para libertar dez ou doze índios da

sua aldeia do Pambu, que haviam sido escravizados em consequência de uma guerra que os portugueses fizeram, sem qualquer razão, contra a nação dos cariris. Esses índios se encontravam, inocentemente, entre os que eram considerados culpados, tendo ido visitá-los como parentes, sem saber o que se passava. Eu quis também fazer essa viagem e discutimos para decidir quem deveria ir: o padre Anastácio ou eu. Cada um de nós queria poupar o companheiro, pois que se tratava de uma viagem penosa de cerca de trezentas léguas, sem outra provisão do que a carne seca e a farinha de mandioca e a água, que algumas vezes faltava no caminho.

Enfim, eu lhe cedi a coroa, a que ele tinha mais direito do que eu. Os índios eram de sua aldeia e ele me disse, para me forçar a concordar, que a minha presença no momento, no rio, era mais necessária do que a dele. Tinha razão, porque essa guerra deu lugar a pensar nos cariris do rio, receando, com razão, que os envolvessem e os culpassem. Eu era mais útil no trabalho de sua pacificação, estando mais habituado com eles e sabendo melhor a sua língua, pois que vivia há mais tempo com eles e tinha mais autoridade sobre eles e os portugueses; mas tudo isso aconteceu imediatamente depois da guerra de que estou falando, e volto, pois, ao meu assunto.

Tendo recebido a ordem do governador da Bahia, por intermédio do coronel Francisco Dias de Ávila, a quem todas as terras do rio, desde trinta léguas para baixo até mais de cem léguas para cima,²⁴ pertenciam por doação do rei de Portugal, com exceção das que eram necessárias para os índios, fui obrigado a partir com os índios das quatro aldeias que tínhamos sob a nossa direção, às quais se juntaram vários outros de diversas aldeias. Quis escapar desse encargo, com justas razões; porque essas pobres aldeias ficavam sem pastor, o padre Anastácio não podendo acudir em todas as ocasiões, tão prontamente como seria preciso para os socorrer no espiritual, como era também o caso do padre José. Mas os índios que deviam ir para a guerra me disseram que não iriam, se eu não fosse com eles. Deram-me suas razões, que me pareceram justas. Parti então com eles e com todos os portugueses que foram encontrados na região; chegavam a cento e vinte homens, todos a cavalo. O capelão ordinário dos portugueses do rio e dois outros religiosos de S. Francisco também participaram da expedição.

Marchamos ao encontro do inimigo, que estava a quarenta léguas rio acima. Havia senhoriado todas as fazendas, que cha-

mavam *curralo*, dos dois lados do rio, numa extensão de cerca de trinta léguas, depois de haver matado os donos e seus negros, como já informei, em número de oitenta e cinco, fazendo todos os dias uma grande matança de gado.

Nossas munições de boca consistiam em carne seca e um pouco de farinha de mandioca para o coronel e alguns dos principais; os outros portugueses nada levavam, assim como os índios.²⁵ Matávamos o gado das fazendas que atravessávamos, para satisfazer nossas necessidades. Depois de vários dias de marcha, descobrimos os inimigos por meio de seis cavaleiros bem montados, que os encontraram sem que eles os percebessem. No regresso deles, continuamos a marcha e fizemos alta a quatro ou cinco léguas da tarde. Pouco tempo depois percebemos alguns índios que atravessavam o rio numa canoa. Desconfiamos que nos houvessem visto ou que se estivessem prevenindo para não serem surpreendidos; porque, no dia seguinte, encontramos antes do nascer do Sol, cinco espiões, dois a cavalo e três a pé, a meia légua para cima do rio. Os dois que estavam a cavalo se atiraram por terra e se meteram num matagal fechado, às margens do rio, onde foram agarrados pelos nossos índios; os três outros se salvaram fugindo em direção à selva fechada, em que não foi possível segui-los.

Soube-se, por um desses espiões, que o inimigo vinha em nossa direção; o outro foi assassinado, diante de nossos olhos, por um português, que o alcançou com dois golpes de espada, que lhe atravessaram o corpo, morrendo imediatamente. Era um moço de cerca de vinte e quatro anos, muito bem feito; o português foi repreendido severamente pelo coronel, por haver matado por sua própria autoridade um espião que já havia sido feito prisioneiro.

Não havíamos ainda marchado um quarto de légua, quando encontramos o inimigo. Fez-se uma carga contra eles sem muito resultado, uma vez que os índios, batendo-se a flechadas, ficam em movimento contínuo e movem-se com tanta rapidez, que não é possível fazer pontaria com o fuzil; olham sempre para a arma apontada e mudam rapidamente de posição. Defenderam-se durante légua e meia, batendo sempre em retirada, em boa ordem, até que chegassem a um riacho largo, que se chama o rio Desaliré. Atravessaram-no rapidamente a nado, protegidos por um grupo de índios que sustentava o campo e que vieram manter-se nas margens desse pequeno rio coberto de mato, donde atiravam com fuzis, e chegaram a pensar haver matado o coronel Francisco Dias de Ávila. Quem estava a seu lado foi alcançado por duas balas,

que lhes atravessaram a coxa. Nossa gente não ousou atravessar o rio, pois que ficaria exposta aos golpes do inimigo, que atacava protegido. Este, porém, não se julgou seguro. Receando serem dominados, os índios decidiram se atirar no rio de S. Francisco, que resguardava o seu flanco, para o passarem a nado e, como o fizeram precipitadamente, as flechas, que traziam nas costas, lhes escaparam; de modo que eu tinha a impressão de que mais de dez mil flechas foram levadas pela correnteza. Vários tiros foram disparados contra eles, mas como estavam afastados, mergulhando a todo instante, poucos os atingiram. Chegaram afinal a uma praia, a oitocentos passos de nós; atiraram ainda contra eles e, como estavam nus, vimos que alguns foram atingidos.

Nesse choque, segundo confissão que nos fizeram, perderam cerca de cinquenta homens. Dessa praia, atravessaram diante de nós o resto do rio e, temendo que nós os seguíssemos, se continuassem pela margem do rio, enveredaram pelos matos, para alcançarem um certo pequeno lago, a seis ou sete jornadas desse lugar.

Depois dessa expedição, havia que prover às necessidades urgentes de nossa gente, que nas últimas trinta e seis horas só havia feito uma refeição insuficiente e estava muito cansada. Procurou-se algum gado, que se matou durante a noite. No dia seguinte, atravessou-se o riacho Dosré e acharam-se, no campo do inimigo, muitos bois mortos e retalhados e muitas cabras, algumas já meio assadas. Mas, como tudo isso já tinha um dia de permeio e ficara exposto ao Sol, tudo apodrecera e deixara emanações, que dificultavam a nossa presença. Fomos, então, a três léguas daí, a uma fazenda que os inimigos haviam incendiado depois de haver matado o dono e um negro, de que vimos os cadáveres. Encontramos muitos bois, que matamos e fizemos secar, para poder seguir o inimigo.

Depois de cinco dias de descanso, atravessou-se o rio, os portugueses em pequenas canoas que encontraram e os índios e cavalos a nado. Acompanhamos as pegadas do inimigo, que foi encontrado nesse pequeno lago, ou brejo, no interior da terra. Estava quase sem armas e morto de fome. Renderam-se todos, sob condição de que lhes poupassem a vida. Mas os portugueses, obrigando-os a entregar as armas, os amarraram e dois dias depois mataram, a sangue frio, todos os homens de arma, em número de quase quinhentos, e fizeram escravos seus filhos e mulheres. Por minha felicidade, não assisti a essa carnificina; não a teria suportado, por injusta e cruel, depois de se haver dada a palavra de que lhes seria poupada a vida.

Viagem à Bahia

Parti desse lugar para retornar à nossa aldeia, querendo preparar a viagem à Cidade da Bahia, a fim de procurar as coisas de que nossa aldeia estava necessitada, não havendo mais, em todas elas, o vinho de missa e a farinha de trigo para as hóstias, afora outros artigos que também faltavam.

Quatro ou cinco dias depois de minha chegada à aldeia, parti munido de carne seca e da farinha de mandioca suficiente para vinte dias de caminhada; pois que é preciso levar os comestíveis necessários para o consumo de uma viagem de pelo menos cento e cinquenta léguas. A viagem foi muito feliz, embora penosa; mas, havendo chegado à Bahia, morreu um dos quatro índios que me haviam acompanhado, revelando todos os sinais de salvação: era aquele de que já falei.

O governador da Bahia havia morrido;²⁸ quatro mestres-de-campo e o chanceler o estavam substituindo, à espera de que Portugal lhes enviasse novo governador. Esses senhores me receberam muito bem e me agradeceram pelos serviços que estava prestando ao Estado, na guerra de que contei os pormenores. Mas, depois dos agradecimentos, conquanto confessassem que estávamos servindo muito bem a Deus, em nossas missões, e também ao Estado, não podiam deixar de ter razões para que receassem que usássemos, a favor do rei de França contra o Estado, o grande crédito e a autoridade que havíamos conseguido junto aos índios.

Muito me doeu essa aleivosa suspeita, nunca tendo tido, nem eu, nem meus companheiros de missão, outra intenção do que a de servir a Deus em nosso difícil ministério, fiéis ao príncipe do Estado em que estávamos trabalhando. Assim, não pude esconder o meu ressentimento, respondendo, com muita emoção, a esse mestre-de-campo que o rei de França não precisava de traidores e que, quando quisesse servir-se deles, não os procuraria entre os capuchinhos: tinha muito apreço por eles para que assim os usasse. Palavras amistosas e uma esmola de cem francos para a nossa missão acalmaram o meu ressentimento. Reconheci eu mesmo que me exagerara na desafronta. Mas esse excesso me valeu em outras ocasiões delicadas, e que depois se apresentaram, como terei oportunidade de recordar.

Guerra. Encontro com os cariris de Canabrava

Havia já dois meses e meio que estava de volta à minha aldeia, e esperava, daí por diante, viver em muita paz com os

portugueses, depois de lhes haver prestado tão grande serviço, com a presença de nossos índios. Mas surgiu uma nova guerra,²⁷ a setenta léguas de nossa aldeia, entre os portugueses e os cariris da região, por motivo sem importância e muito pouco justo da parte dos portugueses.

O Brasil é um exílio e um retiro para diversos criminosos, condenados seja pelo Tribunal de Inquisição, seja pela justiça comum. Esse país se encheu assim de mais habitantes viciosos do que de outros, pois que ali se vive com muita independência e libertinagem e os crimes raramente são punidos.

Não há, pois, que admirar se aqueles que vivem com pouca religião e escassa consciência, enganam os governadores, que não podem saber, dada a distância dos lugares, a realidade do que lhes chega ao conhecimento; em consequência, não faltam injustiças. Esses mal-intencionados, tendo tido notícia da guerra contra os selvagens, e sabendo que os portugueses haviam conseguido muitos escravos, ficaram à vontade para a busca de pretextos que os habilitassem a fazer a mesma coisa com os cariris de Canabrava (é o nome do lugar em que habitavam).

Exageraram ao governador o agravo que haviam recebido, sem contar o que eles próprios haviam feito, descrevendo-os como revoltados, e prontos a assassiná-los, se não fossem tomadas providências. O governador, diante dessas informações, ordenou que se fizesse a guerra, o que na realidade ocorreu, com vantagem para os portugueses, dada a desigualdade das armas e a facilidade de os enganar. Depois de algumas escaramuças, renderam-se à descrição, e, tendo deposto as armas sob palavra dos portugueses, estes se apoderaram de suas pessoas e os mataram a sangue-frio, em número de cerca de cento e oitenta homens de guerra, e tomaram suas mulheres e seus filhos, em número de cerca de quinhentos, que tornaram cativos. Entre esses infortunados se encontravam pelo menos dez ou doze índios, de um e outro sexo, da aldeia do padre Anastácio, de que já falei na primeira *Relação*. Acrescentarei apenas que, tendo rogado ao comandante, com todo o empenho possível e imaginável, que entregasse esses índios de sua aldeia, desde que feita a prova de sua inocência, e nada conseguindo, o padre Anastácio lhe disse, com muita firmeza: “Irei convosco ao governador e prometo, com a ajuda de Deus, que não obtereis ninguém de toda essa tropa de escravos que os portugueses guardam como despojos.”

Os portugueses entraram na Cidade da Bahia como triunfadores, apresentando-se ao governador, pedindo licença para a distribuição dos escravos que haviam feito.

O padre Anastácio apareceu então, opondo-se à pretensão dos portugueses e oferecendo-se para provar a inocência de todos esses cativos. Os reverendos padres jesuítas se interessaram pela causa. Cada parte trouxe seus argumentos. Reúne-se a Relação (é o tribunal soberano) para o exame da causa. Levam três ou quatro dias nesse julgamento.

Enfim, os argumentos dos reverendos padres jesuítas e, na verdade, especialmente os do reverendo padre Anastácio foram tão poderosos, que o governador e os magistrados se pronunciaram a favor da liberdade dos índios e obrigaram o próprio comandante a reconduzi-los às aldeias vizinhas de sua nação, administradas pelos reverendos padres jesuítas, isto é, a Canabrava, a cerca de setenta léguas da cidade da Bahia. O governador mandou fornecer tudo que fosse necessário à viagem determinada.

Pode-se imaginar a alegria de todos esses pobres índios, vendo-se libertados depois de escravizados e de haver perdido seus pais e parentes massacrados. O padre Anastácio os acompanhou até às suas aldeias e, por mais vigilante que fosse, não pôde impedir que esse mau comandante, com alguns portugueses que o acompanhavam, furtassem algumas índias. Vi parte desses pobres índios e índias nas aldeias dos reverendos padres jesuítas, tendo sido incendiadas suas aldeias, quando fiz minha segunda viagem à Cidade da Bahia.

Depois desse feliz acontecimento, que custou muito trabalho ao padre Anastácio, este regressou à sua aldeia, levando com ele os índios que conseguira libertar. Mas, quando ele ainda estava a caminho, eu tive também que enfrentar trabalhos e sofrimentos. Eis aqui o relato sucinto desses sucessos.

Revolta no rio

Esses massacres injustos e cruéis dos índios, nas duas ocasiões a que acabo de me reportar, desrespeitando a palavra empenhada, principalmente o último, contra a própria nação dos cariris, trouxeram-nos muita preocupação, fazendo temer que nos atingissem, muito embora houvéssimos prestado grandes serviços na primeira guerra e que diversos entre nós recebêssemos grandes louvores. Eu os ouvi de portugueses, que não escondiam que não era possível mostrar bravura maior do que havíamos revelado.

Tais sucessos trouxeram grande desconfiança aos nossos índios. Já não ousavam ir tão livremente à caça, nem à pesca, nem

à casa dos portugueses. Estes se irritaram com esse novo procedimento e não faltaram boatos para incendiar imaginações, sem que me dissessem a respeito coisa alguma. Alguns dos mais tímidos abandonaram a casa para se reunirem a outros, a fim de se defenderem melhor. Enfim, a desconfiança recíproca aumentava e as precauções de parte a parte cresceram tanto, em quinze dias, que eu vi preparativos de uma guerra próxima. Os portugueses haviam já conquistado a aliança de índios belicosos, como os tamaquiús,²⁸ vizinhos próximos, prometendo-lhes os despojos da guerra com os cariris; e como eles eram desassisados, já haviam firmado compromisso.

Informado de tudo pelos nossos índios, que me comunicavam que já não havia segurança para eles, e que estavam pensando em massacrá-los como aos outros já vencidos, tomei logo a decisão de impedir a luta. Fui sem demora à casa de um português, capitão de ordenança, chamado Emanuel de Sousa, homem muito honesto e meu amigo, dizendo-lhe tudo que se estava passando e de que ele também já estava informado. Consegui que se decidisse a fazer-me companhia, para tranquilizar os ânimos, respondendo pela atitude dos índios de nossas missões. Partimos os dois, com um índio chamado Tapicuru, de que já falei, e, a quatro léguas acima de nossa aldeia, encontramos dois ou três portugueses armados, acompanhados de seus negros, dos quais um deles era muito violento e perigoso e, por isso, muito temido: havia já assassinado um ou dois homens. Ele perguntou ao capitão Emanuel de Sousa aonde ia e se não viria juntar-se aos outros para se defender dos cariris, que os queriam massacrar. Tomei a palavra e lhe disse muito honestamente que ele estava enganado e que se alarmava sem motivo, assim como os outros que o acompanhavam.

Respondeu-me desabridamente, com injúrias. Respondi-lhe no tom que as injúrias mereciam; ele me encostou o fuzil ao peito, ameaçando-me de morte. Retruquei-lhe que não tinha tanto medo da morte quanto ele de me matar e que, se eu não fosse o que realmente era, ele não teria tido o tope de empregar a linguagem que usara. Nesse momento, o capitão português lhe disse: "Ah desgraçado! tens a ousadia de atacar um sacerdote e um missionário que nos é tão querido!" Ele se acalmou um pouco, mas esse pobre infeliz não custou a ser assassinado por outro português, a quem havia injuriado.

Continuamos nosso caminho, de um e outro lado do rio, tranquilizando por toda parte os portugueses até quinze ou dezoito léguas acima de nossa aldeia. Nessa altura, o capitão me disse que precisava voltar a sua casa para atender a outro assunto, acredi-

tando que tudo estivesse pacificado, pois o que faltasse, estava ao meu alcance resolver; mas, logo depois de sua partida, soube que um certo moço, português, muito violento, atiçava o fogo da revolta e que havia atraído os tamaquiús para o seu partido, com outros portugueses que ele havia ludibriado. Tudo isso na esperança de conseguir escravos. Atravessei o rio para ir ao seu encontro, em companhia de meu escravo. Encontrei na sua casa cerca de uma dúzia de tamaquiús, com os quais estava combinando planos. Informei-o de todas as razões da minha visita e o que nós já havíamos conseguido, com a presença do capitão Emanuel de Sousa. Não omiti coisa alguma que pudesse concorrer para acalmar o seu espírito e para convencê-lo; mas ele me respondeu atrevidamente, como quem não pensava senão em conseguir escravos. Então, depois de haver usado todos os meios divinos e humanos para o convocar ao cumprimento de seus deveres, deixei de lado os meios de doçura e de súplica e me servi de ameaças com tal firmeza, que ele ficou surpreso.

Dirigi então a palavra aos tamaquiús na língua dos cariris, que eles entendiam, e lhes disse que eles estavam cegos e que, depois de usados para destruir os outros índios, seriam também destruídos. Recordei os exemplos que eles já conheciam. Em seguida, voltando-me para o moço português, disse-lhe com voz alta e ainda mais enérgica: "Podeis vir, meu amigo, com os vossos tamaquiús e os que quiserem vos seguir, certos de que nos encontrarão firmes e decididos. Não será uma luta com índios, fáceis de enganar, mas com gente que, com a minha presença e a de meus companheiros, sabemos tanto quanto vós, como não ignorais. Sabemos prever e prevenir vossos ardis, que serão grosseiros para nós. Podeis estar certos de que não admitiremos que sejam massacrados os nossos filhos espirituais, nem que se transformem em escravos. Vou comunicar vossas intenções e vosso procedimento ao senhor governador." Não omiti coisa alguma para que verificasse que não o temíamos.

Esse procedimento pode parecer excessivo para um capuchinho missionário; mas, se soubessem o crédito conquistado pela nossa intrepidez, nas ocasiões perigosas em que nos encontramos, o padre Anastácio e eu, junto aos portugueses do rio, dos quais alguns haviam sido testemunhas oculares, não poderiam deixar de julgar tais processos prudentes e necessários. Os caminhos da doçura de nada valiam em tais extremidades.

O efeito foi o desejado, pois que consegui dominar a arrogância do valentão até o ponto de o fazer mudar inteiramente de

linguagem e de atitude. Depois disso, falava-me como um homem amedrontado e eu lhe respondia com autoridade.

Notifiquei-o, assim como a todos os outros, a que comparecessem à capela do Pambu, no dia que lhes marquei, para deslindar todo esse mistério. Todos compareceram, no dia fixado, a vinte léguas dali, por meio de bilhetes que foram remetidos por intermédio dos negros. Estando todos reunidos no Pambu, mostrei vivamente o perigo a que se haviam cegamente exposto, tanto para a alma, como para o corpo, sem se informar do que se estava passando. Acrescentei que, depois de tantas provas de minha afeição e de todos os missionários, deveriam estar persuadidos de que estávamos com os índios para os transformar em bons cristãos e súditos fiéis ao rei de Portugal, e não para nos juntarmos aos que queriam guerreá-los.

Alonguei-me muito nessa demonstração, assim como no apontar os serviços prestados, e lhes disse tudo o que era capaz de lhes dar completa confiança em todos nós. Ouviram-me com prazer e reconheceram de boa fé que estavam errados. Disse-lhes em seguida que era preciso conhecer o autor desses pérfidos boatos e que eu o descobriria facilmente se eles o quisessem, no que todos concordaram.

Então, enfileirando-os, os portugueses de um lado e os negros do outro, dirigi-me aos primeiros dizendo: “Senhor, quem vos disse que os cariris queriam revoltar-se?” Ele acusa logo o seu autor, e este, interrogado, aponta um terceiro; o segundo revela o terceiro e assim por diante. Não passei do número dos nove ou dez interrogados, que não houvesse encontrado o primeiro autor desses rumores. Era um portuguesinho de perto de quinze anos, que já me havia servido e que eu havia afastado por causa de algumas velhacarias, havia seis meses passados. Interrogado por que havia espalhado tal coisa, respondeu que o medo o arrastara, porque, ouvindo uns e outros dizer que os cariris não estavam tão amigos dele quanto antes, imaginou que queriam revoltar-se e massacrar os portugueses. Sofreu, como devia, a devida correção.

Obtive grandes vantagens dessa descoberta, ao fazer ver aos portugueses os perigos a que os havia exposto a sua imprudente credulidade, não fosse a minha diligência no caso. Reconheceram o seu erro e me agradeceram muito: cantei a missa solene, em ação de graças a Deus. Fizeram-me uma esmola de cerca de vinte e dois escudos, como demonstração de reconhecimento, e prometeram consultar-me sempre, se acontecesse alguma coisa parecida.

Novos trabalhos

Acreditei que depois disso viveríamos uma fase de muita paz com os portugueses; mas os interesses de duas pessoas provocaram grande perseguição contra nós.

O coronel Dias de Ávila, sob pretexto de que o rei de Portugal lhe havia doado todas as terras devolutas do rio de São Francisco, a fim de as povoar com rebanhos, para o serviço das cidades da Bahia e de Pernambuco, desejava apoderar-se, e na realidade se apoderou, do que o rei excetuava formalmente nas provisões que o contemplavam. De sorte que ele espalhava rebanhos não somente de um, como do outro lado do rio, em terra firme, mas também punha cavalos nas ilhas em que os índios se haviam refugiado, cedendo-lhe tudo o mais para poderem viver em paz. Havia na ilha de Pambu mais de cento e cinqüenta, na de Uracapá pelo menos sessenta; e como sobreviesse uma grande seca, esses cavalos, já muito incômodos para os índios, obrigando-os a cercar suas lavouras, e estando premidos pela fome, forçavam as melhores cercas e tudo devoravam.

Avisei a Francisco Dias de Ávila, pedindo-lhe, por todos os meios capazes de o enternecer, para retirar seus cavalos, pois que reduziam os índios a morrer de fome. Ele apareceu, certo domingo, na região, para ouvir missa e, depois do que eu lhe expus de viva voz, respondeu-me que o que eu lhe pedia não o incomodava e que por isso não faria nada. Mudando de tom, eu lhe respondi com bastante firmeza: "Como, Senhor, não tendes por lei senão o que vos incomoda ou acomoda? Pois também não acomoda aos índios que esses cavalos estejam aqui." E, animando-me com o zelo pela defesa da justiça, lhe disse: "Senhor, tendes um corpo tão pequeno (era realmente muito pequeno) e precisais de tão pouca fazenda para vos vestir, e tão pouca coisa para vos alimentar, e não vos contentais com cinqüenta mil libras de rendimento? Usurpais o pouco que resta aos índios de todas estas terras que lhes pertencem pelo direito das gentes! Eles nasceram aqui e quereis que morram de fome para contentar a vossa ambição! Isso é contra todas as leis divinas e humanas. O rei de Portugal nunca vos deu e nunca vos dará o que seja necessário aos índios para viverem. Os pobres índios não têm nem mãos nem palavras para se defenderem; esperam tudo de mim; eu os defenderei e não suportarei essa afronta, que vai prejudicar a minha missão, e o que é mais para notar é que os cavalos não vos pertencem. Pertencem a João Álvares Fontes e vós oferecestes a ele o que pertence a outros.

Preferis torná-lo rico às custas desses índios recentemente convertidos, em vez de os deixar viver no seu próprio país e depois de haver prestado, a vós e ao Estado, o serviço que prestaram, um serviço assinalado e tão recente (falava da guerra de que eles haviam participado). Vós me forçareis, Senhor, contra minha vontade, a queixar-me ao governador contra o vosso procedimento.”

Enfim, não omiti nada, nessa ocasião, para levá-lo a compreender qual era o seu dever e qual a minha resolução, que o deixou surpreendido.

Dáí a poucos dias, ele partiu para a Cidade da Bahia, onde, esquecendo o serviço que eu lhe havia prestado com os meus índios, foi acusar-me, junto ao novo governador,²⁹ atribuindo-me todas as calúnias que inventou e me fazendo passar por um sedicioso e um homem em que o Estado não devia confiar. O governador era um homem direito e resoluto, muito ligado ao serviço do príncipe, e tinha espírito realmente penetrante. Francisco Dias não se contentou com o caluniar-me junto a esse senhor, que se chamava Roque da Costa; procurou desacreditar-me diante das pessoas mais consideradas da cidade e, como era o homem mais rico do Brasil e o melhor aparentado, facilmente levantou contra mim todos os espíritos. Fui visto como um inimigo e não como um missionário, visto que me opunha ao bem do Estado e às ordens, que o rei havia dado, para povoar as terras do rio para a subsistência das cidades da Bahia e de Pernambuco. Foi assim que Dias me apontou. Dizia, também, que eu tinha grande crédito junto aos índios e que se podia temer que me valesse deles, em alguma ocasião, contra o próprio Estado.

Não era preciso mais para tornar meus inimigos todos os habitantes da Bahia, entre os quais os mais importantes também possuíam rebanhos em terras dos índios. Assim, como interessados, reuniram-se todos contra mim e se juntaram para me indispor com o governador, fazendo-lhe admitir que eu era um homem empreendedor e resoluto.

Eu nada sabia do que se estava passando. Era muito fácil a Francisco Dias ganhar a sua causa e me fazer condenar, não havendo ninguém que me defendesse, uma vez que ainda não existiam capuchinhos na Bahia.

Conquanto fossem muito grandes as necessidades dos índios, procurei tudo fazer para torná-las mais suaves ou para aliviá-las, a fim de evitar censuras e de não expor a perigos os nossos índios. Tomei, por isso, a iniciativa de eu mesmo escrever ao go-

vernador, relatando a injustiça de Francisco Dias de Ávila para com os índios, a impossibilidade em que estavam de viver e, em consequência, a impossibilidade de continuar a nossa missão e como eram justas as reclamações desses infortunados. Não omiti coisa alguma para defender os interesses deles e a justiça da causa, suplicando-lhe que mandasse retirar os cavalos da ilha de Uracapá.

O governador não respondeu.

Fiz-lhe, então, uma segunda carta mais insistente, reportando-me à primeira e suplicando que acudisse aos oprimidos. Também não respondeu, pois que esses senhores, que ele continuava a ouvir, continuavam a atacar-me, persuadindo-o de que tudo o que eu dizia era falso ou muito exagerado.

Escrevi-lhe então uma terceira carta, incumbindo dois índios de a levar, com a recomendação de que a levassem por intermédio de minha ordem. Insistia, ainda com maior veemência, que se estava levando os índios ao desespero e a mim à necessidade de abandonar a missão, com muito prejuízo para a salvação de tantas almas e até mesmo para o serviço do próprio Estado.

Os índios permaneceram oito dias na Bahia, esperando a resposta, que foram três vezes procurar no palácio. Da última vez lhes disseram que não havia resposta a dar. Pensava-se que eu iria abandonar tudo, tendo tais senhores convencido o governador de que era esse o meio mais próprio para o caso.

Os índios regressaram sem resposta, no termo de sete semanas, tendo percorrido, na viagem, pelo menos trezentas léguas. Ficamos surpreendidos com o silêncio do governador e então decidi, com a concordância do padre Anastácio e do padre José, ir pessoalmente para conhecer a causa do silêncio e para concluir definitivamente o que era necessário fazer em tal extremidade. Tudo isso, e o que em seguida se verificou, merece muita reflexão.

Todavia a seca aumentara, a fome perseguia nossos índios e, vendo-os em extrema penúria e forçados a procurar na selva condições de vida, com prejuízo grande para as suas almas, como consequência de longas ausências, decidi dizer-lhes que se valessem do direito natural e, uma vez que não faziam justiça às suplicas que apresentavam, que eles pusessem fora da ilha os cavalos que os estavam matando de fome. Tomei esta última decisão diante do dano imenso que sofrera, na noite anterior, um pobre índio cheio de filhos. De tarde, tinha ainda seu campo de milho, de feijão e de mandioca, fruto de seus melhores cuidados e de sua

vigilância; creio que era a única lavoura que houvesse escapado dos dentes dos cavalos. Mas, no dia seguinte, encontrou tudo devastado. Fui vê-lo e fiquei tão revoltado, quanto ele, que decidi não mais contemporizar. Dei-lhes os meios de retirar os cavalos, usando um caminho que mandei fazer, e que lhes custou quatro dias de trabalho, e a mim a alimentação deles e o meu esforço, uma vez que se tratava de cavalos nem domesticados nem domados. As mulheres e as crianças trabalharam também na abertura do caminho e pode-se dizer que foi como uma caçada aos veados. Atravessando o rio várias vezes, quatro cavalos se jogaram e os outros morreram de fome pela seca, que estava matando tantos rebanhos. Pensei como tudo isso irritaria Francisco Dias de Ávila e o faria esbravejar junto aos ouvidos do governador, em companhia dos outros interessados. Por essa razão, decidi partir sem tardança, não obstante o rigor da estação e os perigos a que me ia expor.

Segunda viagem à Bahia e seu objetivo

Parti com dois índios corajosos e de muita confiança. O trabalho foi extraordinário, a provisão limitada à carne seca, com a farinha de mandioca para um mês de duração e a água que pudéssemos encontrar no caminho. Muitas vezes não encontramos água para nós e para os dois cavalos. Houve três dias em que não foi possível encontrar nada para eles.

Enfim, chegamos à Cidade da Bahia num sábado, muito cansados. Era a véspera de uma grande cerimônia, que se devia realizar na catedral, para festejar o casamento da infanta de Portugal com o duque de Sabóia.³⁰ Acreditava-se que o casamento já estivesse concluído, uma vez que a fragata, que trouxera a notícia, despachada de Portugal, trazia também a data da partida da frota, em número de doze navios de guerra, para ir buscar o duque de Sabóia em Villefranche, onde deveria embarcar.

Assisti a essa cerimônia, em que foram pronunciados elogios magníficos em homenagem aos dois contratantes e aos Estados respectivos. Foi no princípio das vésperas e era grande a concorrência do povo. Entrei no coro e me fizeram a honra de dar um lugar em frente ao governador, para que me reconhecesse; eu já havia aparecido na mesma catedral, no episódio de meu jovem holandês, quando lhe dei pública e solenemente a absolvição de sua heresia, pregando em francês, como já contei. Tendo

visto o senhor governador, fiz-lhe uma profunda reverência, a que ele teve a bondade de retribuir, e conheceu logo, pelo meu hábito, que eu era aquele de que já lhe haviam falado. Parece mesmo que já estava informado de minha chegada.

Depois da cerimônia, que foi em tudo magnífica, fui ao colégio dos padres jesuítas e, tendo sabido que o reverendo padre provincial estava, pedi-lhe uma audiência. Era um homem sem dúvida à altura do cargo; recebeu-me com uma honestidade e afaabilidade que me trouxeram confiança e me animaram a narrar-lhe o objetivo de minha presença. Ouviu-me com muita bondade, apreciou minhas razões e me disse que o meu procedimento fora justo e que ele já estava informado das queixas que estavam fazendo contra mim e que elas estavam muito espalhadas na cidade e que eu ia encontrar grande oposição, uma vez que o governador estava muito prevenido contra mim, assim como toda a cidade, pois que haviam deturpado todos os fatos que eu lhe havia narrado. Acrescentou que Francisco Dias de Ávila e seu tio Antônio Pereira, que era um sacerdote, também os haviam perseguido muito nas suas missões, até o ponto de incendiarem duas igrejas e duas casas; que esse assunto havia sido encaminhado à Corte de Portugal e que eles haviam sido obrigados a ceder, pois que haviam iludido a própria Corte.

Respondi-lhe: “Meu Reverendo Padre, é assunto de Deus e não meu. Deposito n’Ele toda a minha confiança. Farei, como homem, o que puder; Deus fará o restante, se Lhe aprouver. Nunca me perdoaria, se abandonasse a causa pelo trabalho que me estava dando. Acredito que não estou perdendo tempo, tenha ou não êxito. Peço-vos somente, pelo interesse que tendes no serviço de Deus, procurar o governador e lhe dizer que solicito humildemente a honra de uma audiência; nada mais lhe peço.”

O reverendo padre provincial me concedeu a graça que lhe solicitava e no dia seguinte foi procurar o senhor governador. Informou-o de minha chegada e do que eu desejava dele. “Eu o vi na catedral”, disse o governador, “e podeis dizer-lhe que venha livremente, que o ouvirei com atenção.” Voltei ao reverendo padre provincial para conhecer a resposta do senhor governador. Dela informado, decidi ir no dia seguinte ao palácio.

O reverendo padre provincial teve a bondade de me advertir de que o senhor governador era um homem direito, com uma inteligência penetrante, mas também muito ríspido; que o importante era dizer o necessário, sem cansá-lo.

Recebida essa caridosa advertência e depois de agradecer ao reverendo padre e de me haver recomendado às orações dessa grande comunidade (porque havia cento e trinta e três religiosos, professos ou noviços, nesse colégio), voltei ao mosteiro de São Bento, em que estava hospedado. Um padre italiano vindo de Angola, capuchinho missionário que ali se encontrava, me havia obtido esse favor do reverendo padre Abbé, logo que soube de minha chegada. Foi para nós uma recíproca consolação o encontrarmos-nos juntos. Informou-me do que havia ouvido a meu respeito, nas conversações. Cuidei de informá-lo de tudo.

Na manhã do dia seguinte, depois de haver dito a missa e de haver entregue a Deus o êxito de minha audiência, pedi-lhe para me acompanhar ao palácio. Recusou, desculpando-se com o pesar que teria ao me ver repellido e deu outras razões. Mas acabou se rendendo à minha solicitação, quando eu lhe mostrei que gostaria de ter uma testemunha para o que acontecesse na audiência.

Cheguei no momento do levantar do governador, pelas oito horas, e fui o primeiro a ter a honra de lhe falar. Recebeu-me polidamente e foi mesmo, na minha frente, até à sala de entrada. Os portugueses respeitam muito os religiosos, sobretudo os missionários; tanto mais quando, por mais coisas que houvessem contado a meu respeito, ninguém me atacava os costumes; ao contrário, como ele próprio se informara, havia muita generosidade nas informações que lhe levavam.

Entrando na sala em que ele dava audiência somente às pessoas de distinção, teve tanta delicadeza, que me ofereceu o lugar de honra, e se assentou numa cadeira, e ofereceu uma cadeira ao meu acompanhante, ao meu lado. Depois de uma profunda reverência, eu lhe disse, sem mais delongas: "Meu Senhor, eu sou frei Martinho, o que teve a honra de lhe escrever três vezes, sem que Vossa Senhoria me honrasse com uma palavra de resposta. Foi o que me obrigou a vir em pessoa à procura dessa resposta, se lhe aprouver dar." Respondeu de imediato: "É verdade que não vos respondi", por tais e quais razões, que me apresentou com muita vivacidade, reprovando-me, e acrescentando, no fim, que eu não teria como me defender.

Todas essas objeções, que ouvi sem interrompê-lo, não me surpreenderam. Mas observei que meu acompanhante empalidecera, acreditando-me esmagado sob a autoridade do governador e sob o peso de razões que lhe pareceram irretorquíveis.

Quando ele terminou, pedi-lhe, respeitosamente, permissão para responder, prometendo-lhe fazer ver tão claramente a verdade, que não lhe restasse nenhuma dúvida, a respeito de tudo que me havia objetado. É verdade que nessa ocasião senti a verdade das palavras de Nosso Senhor Jesus Cristo aos seus apóstolos: *Cum fueritis ante Reges et Proesides, nolite cogitare quomodo aut quid loquamini; dabitur enim vobis in illa hora quid loquamini*, etc.³¹ Nunca tive tão grande presença de espírito, nem senti tanta coragem para defender a verdade. Em lugar de me atemorizar, ou de me sentir confundido pela autoridade daquele senhor, senti grande alegria interior ao me ver forçado ao combate e grande confiança na ajuda infalível de Deus.

Comecei a responder à primeira objeção, que ele acreditava irrespondível, pois que estava mal informado. Consegui destruí-la facilmente, com a verdade que lhe fiz sentir, de sorte que não tivesse mesmo o que replicar. Estava surpreendido com o que lhe dizia e com a facilidade de minhas explicações, expostas em palavras tão seguras e sucintas, a respeito de fatos que não chegara a imaginar. Percebi que ele mesmo estava surpreendido, não tendo nada para me objetar que eu não destruísse de pronto, mas sempre com expressões de muito respeito.

Enfim, todas as objeções respondidas, tomei a liberdade de lhe falar a respeito de um pequeno índio de doze anos que eu havia retirado, mediante a quantia de cem francos, das mãos de um português que o escravizara. O governador me criticara pelo fato de eu o haver adquirido nessa condição de escravo. “Meu Senhor”, lhe disse, “eu o adquiri por afeição a esse índio (era daqueles apesados na primeira guerra em que me encontrei) e, porque era vivo e inteligente, estava procurando ajudá-lo em lugar de o prejudicar. Eu o tratava, não como escravo, mas como filho, e não tinha outro intento do que o de fazer-lhe todo o bem ao meu alcance. Embora não tenha a obrigação de lhe dar condição melhor do que aquela em que o encontrei. Não mereço censura pelo fato de o haver comprado como escravo; a falta não é minha, e já o declarei formalmente, por escrito que não sei se Vossa Senhoria leu, que, se todos os outros, que foram escravizados com ele, fossem libertados, eu adotaria a mesma providência. Os casuístas mais liberais não poderiam condenar-me, pois que, nesse caso, não haveria senão um pecado venial. Ao contrário, realizei obra de caridade, pondo-o à sua vontade e livrando-o da miséria. Mas, meu Senhor, permiti demonstrar a minha surpresa quando, manifestando tanto zelo pela liberdade desse índio, deixais qui-

nhentos da mesma nação sujeitos à escravidão sob os vossos olhos, nesta mesma cidade, todos eles escravizados na mesma ocasião.”

Esta réplica o perturbou e, para se desculpar, disse-me que, se eu desejasse, iria incontinenti me dar ordem para que eu os libertasse das mãos dos que os possuíam. “Meu Senhor”, lhe respondi, “vós o podeis fazer, se assim o quiserdes, e não faltam aqui pessoas zelosas e de crédito para o cumprimento de vossas ordens. Vim aqui tão-somente para a minha missão; não faria senão multiplicar meus inimigos, se me encarregasse dessa execução, que tantos problemas me criariam.”

Ficamos nisso; mas, querendo justificar seu procedimento a meu respeito, depois de estar convencido da falsidade das acusações que haviam sido feitas contra mim, ele me disse que, numa carta, eu lhe havia apresentado, como testemunhas, pessoas que haviam sustentado o contrário do que eu lhe escrevia. Respondi que sabia muito bem que os que eu apresentava como testemunhas de minha verdade me desmentiam como interessados, mas que, sendo pessoas que se atribuíam sentimentos de honra, e que passavam por bons cristãos, eu não conseguia persuadir-me de que, por um mesquinho interesse, quisessem trair sua consciência em coisas de tão grandes conseqüências, nas quais estavam em causa a glória de Deus, a salvação das almas e mesmo o serviço de seu príncipe; e que meu procedimento bastava para comprovar a minha sinceridade e a justiça de minha atitude.

Enfim, ficou convencido da verdade, mas ainda me objetou que havia contradição nas minhas cartas, pois que eu lhe dizia que elas eram claras e sinceras. Respondi-lhe com muito respeito:

“Meu Senhor, creio que não rasgastes minhas cartas. Fazei o favor de me convencer, com a exibição delas, que incorri na contradição de que me acusais, pois que a verdade é sempre a mesma e não admite contradição.”

“É certo”, disse-me ele, “que as guardei, mas onde irei agora encontrá-las?”

Voltei a dizer-lhe, sempre com muito respeito e igual firmeza:

“Meu Senhor, estudei filosofia e teologia, sei escrever melhor do que falar, pois que me dá mais tempo para refletir. Assim, peço a Vossa Senhoria não levar a mal que eu vos diga, com um respeito cheio de sinceridade, que não posso convencer-me de haver incorrido em contradição, se não a demonstrem, pelo confronto.”

Confesso que foi ousada a resposta; mas a verdade quer ser sustentada corajosamente quando a repelem, e pode-se falar com decisão, quando se está certo de seu direito e quando se vê aquele que se combate já desarmado pela evidência dos fatos. Foi o que aconteceu nessa ocasião em que, com a ajuda de Deus, convenci de tal forma o senhor governador, que ele me disse que o haviam enganado e que ele aprovava meu procedimento; que, se voltassem os cavalos para a ilha, ou se se fizesse algum mal a mim ou aos índios, bastava que eu lhe escrevesse, que não voltariam de novo a fazê-lo e que eu poderia regressar em paz.

“Meu Senhor”, disse-lhe, “tenho necessidade de descanso depois de viagem tão penosa e tão longa.”

“Não estou vos despedindo”, respondeu, “mas explicando apenas que o vosso assunto está decidido e não vos prende mais aqui. Já estou informado de tudo e não me enganarão de novo.”

“Meu Senhor, permiti dizer-vos que, sem uma ordem por escrito de Vossa Senhoria, dirigida a todos os habitantes do rio, minha viagem não terá resultados na região.”

Chamou logo o secretário e lhe deu ordem para me procurar na parte da tarde, no mosteiro de São Bento, para tomar nota do que eu lhe pedia. E, dizendo-me adeus, acrescentou:

“Amanhã mesmo a ordem será expedida.” Fiz-lhe profunda reverência e me despedi.

Com o receio de aborrecê-lo, sem contudo o prevenir de minha intenção, deixei para outra vez a informação das ordens de seus antecessores, assim como cartas de meus atuais acusadores, que destruíam de todo as suas novas queixas.

Meu companheiro ficou muito surpreendido com o êxito da audiência, de que havia receado tanto. Sentiu muita alegria em haver estado presente. Há que ter sempre confiança em Deus, quando se trabalha pela Sua glória. Nunca nos falta, sempre que é necessária.

Fui incontinenti participar ao reverendo padre provincial dos jesuítas e ao reverendo padre reitor o êxito da audiência que eles me haviam proporcionado. Revelaram tanta alegria quanto eu próprio e reconheceram, como eu, que tudo se devia à presença de Deus. Tive, em seguida, demorada conversação com eles a respeito das missões. Fiz-lhes relatório pormenorizado do relacionamento com os índios, o que eles aprovaram, dando-me demonstrações de estima e de amizade.

Durante a minha estada na Cidade da Bahia, que foi de perto de um mês, vi os eclesiásticos, os religiosos, os seculares de maior consideração, e até mesmo os parentes de Francisco Dias de Ávila, conquanto muito prevenidos contra mim. Deixei-lhes, de começo, que manifestassem o seu ressentimento e ouvi pacificamente tudo o que queriam dizer-me, sem os interromper. Em seguida, em vez de me lamentar ou de censurar a atitude deles, disse-lhes, amavelmente, que até a considerava moderada, à vista das informações que haviam recebido; que era muito que admitissem que eu tivesse a honra de lhes expressar o meu respeito; que, contudo, se haviam sido amáveis, eu lhes faria ver de maneira sensível a falsidade das acusações que me haviam difamado. Conseguia assim o seu consentimento e dava, em pormenores claros e sucintos, a narrativa de meu procedimento, sem qualquer sinal de paixão ou de ressentimento contra todos os meus acusadores. Expunha-lhes afinal a verdade de maneira tão evidente e tão fácil, e a sinceridade de minhas intenções, e o fruto de nossos trabalhos na missão, que os mais encarniçados contra mim mudaram de atitude, aprovando o meu procedimento e censurando Francisco Dias de Ávila, conquanto parente deles, pela injustiça com que me havia tratado. De tal sorte que os converti em amigos e benfeitores. Houve dois que deram esmolas à nossa missão.

No fim de oito dias, voltei ao palácio, sob o pretexto de receber ordens do senhor governador e de lhe agradecer os favores, mas sobretudo com a intenção de lhe fazer ver as ordens dos predecessores e as cartas diversas que havia levado para que conhecesse melhor as nossas missões. Desde que entrei, ele me entregou a ordem solicitada e me assegurou de sua proteção para o futuro. Depois de humilde agradecimento, eu lhe disse:

“Meu Senhor, eis-nos aqui, pela vossa bondade, certos de vossa proteção, enquanto aqui estiverdes; mas mal nos deixeis, de volta a Portugal, e a perseguição continuará.”

“Isso não pode acontecer, meu Padre”, disse-me ele emocionado; “não se desobedece assim às ordens de um governador.”

“Meu Senhor, trago aqui comigo as ordens de dois de vossos predecessores, que não serviram senão no tempo em que eles ainda estavam no Brasil.”

Exibi então as ordens. Ele me colocou mais perto dele, leu as cartas e batendo com mão no joelho, disse:

“Eis aí gente muito temerária! Não são nem cristãos!”

“O interesse cega e faz esquecer a Deus, meu Senhor”, disse-lhe eu. E, apresentando-lhe algumas cartas, disse-lhe ainda:

“Eis agora, meu Senhor, cartas dos que me acusaram e que destroem o que agora disseram de mim.”

Ele as leu e disse logo:

“Desgraçados! Essa gente não tem alma!”

“Podeis ver, meu Senhor, ao que estão expostos os pobres missionários a serviço de Deus e do próximo; mas não há o que admirar. O Demônio não pode admitir, pacientemente, que lhe arrebatem as almas que cativou; faz guerra aos que as conquistam e sempre encontra quem o auxilie. O próprio Jesus Cristo foi perseguido e nos deu os exemplos de que precisávamos.”

Vendo-o tomado de sentimentos muito cristãos, diante do que eu lhe dizia, acrescentei que certo dia, em que desejava evitar um levante no rio, um português me havia apontado ao peito o seu fuzil. Não disse o nome do português, mas parece que ele suspeitou que fosse Francisco Dias de Ávila, sem que eu o houvesse mencionado e sem que eu mesmo desconfiasse de sua suspeita, uma vez que ele já admitia que ele fosse o autor, ou a causa, de toda essa perseguição; todavia, não foi nem dele, nem por sua ordem, que recebi o ultraje.

Enfim, depois de demorada conversação, tomei a liberdade de lhe dizer:

“Meu Senhor, vós me obrigastes a fazer uma grande viagem e muita despesa, que poderia ter sido feita em proveito dos Índios, pois que, quanto a mim, não me afetaram, pois que não sou rico nem o quero ser. Peço a Vossa Senhoria me mandar dar alguma coisa do dinheiro real para cobrir a despesa que foi feita, assim como a de meu regresso.”

Replicou-me dizendo que não podia dar o dinheiro do rei, mas que me daria do seu. Invoquei o capítulo quarto do governo do Brasil, em que havia ordem do rei para ajudar os missionários e que eu já havia recorrido duas vezes a esse preceito, tendo sido atendido. Ele me disse que o dispositivo havia sido revogado havia dois anos. Despedi-me dele com humildes agradecimentos, levando comigo a ordem que me havia entregue.

Não pensava senão no meu regresso, quando me vieram dizer que o coronel Dias de Ávila, que então se encontrava na sua Casa da Torre, a doze léguas da Bahia, informado pelos seus agentes de minha chegada à Bahia e da ordem que eu havia recebido do governador, partira sem demora muito aborrecido, a fim de me encontrar e de procurar a revogação da ordem que me havia sido dada. Foi mal recebido e o governador lhe exprou a conduta,

tratando-o como inimigo da missão e lhe censurando abusar dos favores do rei, agindo dessa forma contra as suas intenções. Mas o que o irritou mais foi a censura de que havia atentado contra a minha vida. O coronel protestou vivamente e jurou que era falsa a acusação. Mas, como eu disse, o governador se enganara a respeito, atribuindo-lhe fato de que não era culpado e de que eu não o acusara.

Francisco Dias de Ávila voltou do palácio mortificado, à vista da recepção que encontrara e que não esperava. Enviou-me o seu agente, que tinha casa na cidade: era um capitão de ordenança. Fez-me a queixa de que o havia acusado de atentado contra a minha vida. Respondi-lhe que não fizera tal acusação, nem tivera a intenção de fazê-la, mas que tudo se devia a que o senhor governador compreendera mal o fato que eu lhe havia relatado, sem mencionar o nome do autor.

Má fé do coronel Dias de Ávila

Todavia, o coronel Francisco Dias de Ávila encontrou meio de obter outra audiência mais favorável do governador. Mostrou-lhe uma carta minha, em que eu lhe pedia, para os índios, os cavalos que estavam na ilha de Uracapá, nas mesmas condições em que ele concedia aos portugueses. Dessa carta, tirava ele a conclusão de que não era verdade que os índios não podiam viver na ilha com os cavalos, uma vez que os pedia para os próprios índios. A conclusão parecia certa, se não houvesse circunstâncias que a invalidassem e que ele soube ocultar; porque eu não lhe pedia esses cavalos, senão depois de lhe fazer mil instâncias para que os retirasse. Não querendo romper com ele, com receio dos males que daí poderiam resultar em seguida, propunha-lhe essa acomodação, a fim de reduzir em parte os prejuízos que os índios sofreriam, uma vez que não podia conseguir a retirada dos animais. Como quem abre mão da capa para conservar a roupa.

Logo que eu pude falar ao senhor governador, para justificar Francisco Dias de Ávila quanto ao suposto atentado, ele me disse:

“Isso está bem. Mas me enganastes ao dizer que os índios não podiam viver na ilha com os cavalos. Francisco Dias de Ávila me entregou uma carta vossa, na qual lhe pedíeis cavalos para os índios; logo, podem viver juntos.”

Quis explicar-me, mas nada quis ouvir e me despediu bruscamente, dizendo:

“Não gosto que me enganem.”

Retirei-me dizendo:

“Meu Senhor, não vos enganei; não vos pedi senão justiça, e não favores.”

Ele se retirou e eu também, muito perturbado.

O lugar-tenente da praça estava presente. Era um homem muito prudente. Seguiu-me, acompanhando até a grande sala, consolando-me da despedida que eu acabava de sofrer. O governador percebeu e o chamou com um tom severo. Achei que tudo estava perdido e regressei ao mosteiro de São Bento muito triste e aflito. Não obstante, comecei a apresentar todos os meus argumentos por escrito, em silogismos curtos e claros, que todos procuravam fazer ver ao governador que o coronel Francisco Dias de Ávila abusava ao se valer de minha carta para enganá-lo, declarando que eu não lhe havia escrito senão depois de muita insistência para tirar os cavalos da ilha de Uracapé, admitindo esse novo caminho para não romper com ele, muito embora fosse desvantajoso para os índios; mais valia perder uma parte do que perder tudo, como mostrava a própria carta. Ele não havia mostrado senão o que lhe convinha, ocultando o resto. Dizia, enfim, que o que eu procurava mostrar era que tudo fora tentado para conseguir viver em paz com ele.

Fui sem demora procurar o reverendo padre provincial dos jesuítas e lhe dei a triste notícia de minha desgraça. Ele pareceu muito comovido. Expus-lhe todo o fato e lhe apresentei minha resposta por escrito. Ele a aprovou e me disse que estava muito clara, muito precisa e muito sólida, mas que o governador, tendo tomado um novo caminho, seria muito difícil conseguir que mudasse, pois que evidenciava a sua confusão. Eu também assim o entendia, tanto mais que ele havia sido obrigado a reconhecer, pela ordem que me havia dado, que tinha sido enganado pelos meus inimigos e que me havia maltratado sem razão. Acreditando, pois, que ele desejava revogar a ordem que me havia dado, pedi insistentemente ao reverendo padre provincial dos jesuítas que o procurasse ainda uma vez, para lhe fazer ouvir minhas razões, uma vez que não as quisera ouvir de minha boca, e declarar-lhe, no caso de que desejasse revogar a sua ordem, que eu estava absolutamente decidido a embarcar na frota que estava pronta para partir rumo a Portugal, para me queixar junto à Corte; e decerto o teria feito.

O reverendo padre provincial aceitou dificilmente o encargo. Foi procurar o governador e usou de muita prudência para que ele

ouvisse as minhas razões. Disse-me que precisou de três horas para o persuadir, e que enfim lhe disse que eu estava convencido de que ele desejava revogar a ordem que me havia dado, e que por isso é que me havia solicitado que o fosse procurar, para saber de sua vontade.

“Não”, respondeu o governador, “não tive a intenção de revogar a ordem que lhe dei; que regresse em paz e, se alguém o inquietar, que me dê aviso, que o remédio não faltará.”

Esta resposta me consolou e, dando ordem aos meus negócios, dispus-me a partir.

Sutilezas capciosas do coronel

O coronel Francisco Dias de Ávila, vendo que não tinha podido triunfar, serviu-se de um estratagema malicioso, para me surpreender. Sabia que um certo português, que lhe devia muitos favores, era um de meus amigos. Mandou chamá-lo e pediu-lhe para me procurar, da parte dele, e dizer-me que gostaria de me ver antes de minha partida, solicitando minha amizade e pedindo o esquecimento do passado.

Conheci bem que se tratava de uma manobra política; contudo, a fim de que não tivesse motivo de queixa de minha parte, fui a sua casa. Passando diante de sua porta, ele me esperava à janela e, logo que me viu na rua, desceu prontamente e saiu para me receber. Convidou-me com extrema polidez a subir. Os índios ficaram na porta, guardando a minha bagagem, pois que já estava de partida para a missão.

Desdobrou-se em gentilezas. Disse-me que estava pesaroso com tudo que se passara, que sabia bem que eu tinha razão ao pedir tudo o que pedira, que ele próprio me teria atendido, mas que temera que, retirando os cavalos de Uracapé, eu não quisesse que ele também os retirasse da ilha de Pambu. Fez-me, enfim, mil protestos de amizade e de obsequiosidade. Eu lhe devolvia gentileza por gentileza e cuidei de superar as dele, dizendo-lhe quanto prezava a sua amizade, por saber quanto seria vantajosa para a conversão dos índios, uma vez que os maus se aproveitavam de nossas divergências. Não omiti coisa alguma, para significar a imensa alegria de nosso entendimento e para garantir a sinceridade de minhas intenções. Perguntou-me se eu precisava de alguma coisa para a minha viagem e se estava levando tudo de que precisava,

oferecendo-se para proporcionar o que me faltasse. Agradei cordialmente. Fez-me levar logo seis caixas de marmelada e me pediu para lhe dizer se me não faltava coisa alguma.

Vendo tanta boa vontade, disse-lhe que alguém havia deixado de cumprir sua palavra, na retribuição de cinquenta missas encomendadas (são cinquenta libras naquele país), o que concorrera para que eu deixasse de levar algumas coisas de que ia precisar. De imediato, ele as contou, que a pessoa a que eu me referira estaria na Bahia dentro de oito dias e que as restituiria, com o meu recibo. Aceitei o oferecimento, agradecendo, sentindo-me muito obrigado, e acreditando que tudo isso decorria de um coração sincero. Disse-lhe:

“Senhor, tantas demonstrações de lealdade me obrigam a dar-vos uma prova incontestável da sinceridade de meu coração. Sabeis que não vim aqui voluntariamente, e só depois de vos haver advertido, várias vezes, que me obrigaríeis, contra minha inclinação, a recorrer ao governador, tendo procurado todos os caminhos imagináveis de entendimento, por meios suasórios. Mas, porque hoje me destes demonstrações tão significativas de vossa amizade, eu vos entrego, de boa vontade, a ordem que o senhor governador me entregou, pois que não é mais necessária, uma vez que tudo se pacifica. Fazei-me o favor de me dar uma palavra escrita com a vossa mão, destinada aos habitantes do rio, a fim de que saibam que mereço a honra de vossa estima e que desejais que vivamos numa perfeita paz, de sorte que eles imitem o vosso exemplo, e que Deus seja glorificado.”

Recebeu a ordem: leu-a e ma devolveu. Mas eu persisti no oferecimento, com palavras enternecidas, para estimular ainda mais seus sentimentos de estima. Tomou a ordem do governador com muitos agradecimentos e me deu, por escrito, a ordem que lhe pedira para os moradores do rio São Francisco.

Acreditei que, com essa demonstração, lhe conquistaria de todo a amizade, uma vez que a ordem do governador não deixava de valer como censura ao seu procedimento. Disse-me, em seguida, com extrema gentileza:

“Tenho um favor a vos pedir, meu Reverendo Padre. Uma vez que consolidamos nossa amizade, tenho alguma coisa a esperar de vossa bondade.”

“Senhor”, lhe disse eu, “será para mim prazer verdadeiro servir-vos no que puder.”

Então, assim me falou:

“Conheceis, meu Reverendo Padre, as grandes despesas que fiz na guerra a que estivestes presente. O rei não me forneceu senão pólvora e chumbo; tudo o mais correu por minha conta. Estive ausente da Casa da Torre perto de quatro anos, vivendo no rio, com todos os seus incômodos, a fim de impedir levantes com que nos ameaçavam. Não peço ao rei o reembolso de minhas despesas, mas honrarias que supponho merecer. O senhor governador me deu uma certidão para esse fim; os outros quatro mestres-de-campo fizeram a mesma coisa. Os reverendos padres jesuítas me honraram com o mesmo favor. Vou enviá-las à Corte, na frota que se prepara para a viagem a Portugal. Solicito que junteis a vossa certidão, a respeito de vossas missões: é o favor que vos peço.”

Desconfiei logo de sua intenção. Acreditei que ele me queria surpreender. Razão pela qual lhe respondi:

“Senhor, de que pode valer uma certidão de um desconhecido estrangeiro, de um particular?”

“Valerá de muito, meu Reverendo Padre, não a recuseis, peço-vos.”

Desculpei-me ainda o melhor que pude, mas ele insistiu tanto, que percebi que não poderia continuar a recusar sem ofendê-lo e sem lhe dar motivos para de novo me perseguir, através dos habitantes do rio S. Francisco, que tanto dele dependiam e que estavam ligados a ele por interesses comuns. Assim, poderia perseguir-me de cem maneiras diferentes e, quando eu me queixasse e o acusasse, teria, facilmente, desmentido ou justificado o seu procedimento. Foi grande a minha perplexidade. Se recusasse, eu o fortaleceria contra mim; se concordasse, corria o risco de deixar nas mãos dele armas suficientes para me derrotar. Considerei tudo isso naquele momento e, cheio de angústia, que não demonstrava, senti a necessidade de lhe dar a certidão, confiando em Deus quanto ao futuro. Pacifiquei assim o meu coração, desde que tomei tal decisão; e tomando a pena, sem haver premeditado a redação da certidão, comecei a escrever à medida que chegavam os pensamentos. Eu o consegui fazer tão conciso, que não tinha mais de seis linhas e, usando um vocábulo equívoco e que bastava para tornar equívoca toda a certidão, concentrei de tal forma a minha atenção, que até me surpreendi de que o vocábulo houvesse surgido sem o haver procurado. Tive a intenção de lhe dizer e de lhe escrever no sentido que me era mais favorável, e que era o único verdadeiro. Ele a recebeu, no sentido que desejava, lendo a certidão. Assinei-a, com a presença de duas testemunhas, que ele desejou para torná-la válida. Assim, ficamos todos contentes, ele e eu.

Despedindo-me então dele, depois de muitos abraços, leais de minha parte, mas cheios de perfídia da parte dele, iniciei a minha viagem, muito contente e considerando-me triunfante, pelo êxito alcançado.

Traição contra mim

Tinha completado dois dias de viagem, quando ele foi procurar o governador, levando na mão a ordem dele e a minha certidão, e lhe fazendo um cumprimento malicioso de homem de espírito, ele lhe disse, como o soube depois de pessoa a quem o governador o relatara:

“Senhor Governador, ide conhecer agora o caráter desse missionário que aqui chegou com máscara de santidade, para surpreender a Vossa Senhoria. Eis aqui uma certidão escrita por ele, contrária a tudo que vos contou, e eis aqui a ordem que Vossa Senhoria lhe deu e que ele me entregou por desdém, não se dignando conservá-la.”

Deixo ao Leitor o pensar qual foi a surpresa do governador, vendo coisas tão contraditórias. Ele me censurará, sem dúvida, por haver dado a certidão e de lhe haver entregue a ordem que levava. Terá toda razão de me suspeitar de infidelidade, depois de tantos benefícios com que me havia cumulado. Não há como contestar a conclusão.

Os acontecimentos, entretanto, farão ver que minha simplicidade foi o meio com que Deus gloriosamente desejava me justificar, e descobrir com maior evidência a malícia de meu adversário, e que era por ordem da providência que eu havia sido tão imprudente. Mas isso me custou caro, como se verá na continuação da narrativa. No momento, prossigo na viagem para a minha aldeia.

Depois de sete ou oito dias de caminho, faltou-nos a água num lugar em que pensávamos encontrá-la, para depois repousar. Foi preciso seguir para diante, tendo ainda mais de nove léguas a vencer, sem encontrar água. Marchamos de noite e, depois de três horas de caminhada, resolvemos parar para descansar. Os cavalos estavam tão fatigados quanto nós mesmos, pois que não haviam bebido nada desde a manhã da partida. Não tiveram o que comer, nem nós também. Retomamos a viagem duas horas antes de o Sol aparecer, para aproveitar o fresco da madrugada. Apenas havíamos feito meia légua, quando percebi que um dos cavalos mancava de cansaço. Saltei do cavalo e montei no outro, que, no fim de meia légua, não podia mais me agüentar. Foi preciso, pois,

por absoluta necessidade, seguir a pé e fazer das fraquezas força, para não morrer. Todo o caminho era um frouxo areal, que cedia muito ao caminhar, e, quando o Sol nele batia, queimava os nossos olhos e acabava de nos exaurir. Creio que, se os nossos índios não houvessem encontrado, de tempos a tempos, algumas frutinhas, que chamam mangaba, que são parecidas com os nossos *cormes*,³² teríamos morrido de sede, infalivelmente.

Enfim, depois de esforços inauditos, chegamos a um lugar em que havia água, muito boa para os cavalos, mas não para nós, que ainda nos consideramos felizes por a haver encontrado. Depois de cerca de três horas de descanso, partimos para a aldeia do reverendo padre jesuíta, chamado Jacob Rolland,³³ holandês de nascimento e verdadeiramente um santo. Havia ainda duas léguas de caminho, todas de areia frouxa, em que os pés afundavam, ao subir ladeiras. O cansaço não tinha mais medida, tanto mais quando era preciso marchar a pé.

Chegados tarde da noite, tive forças tão-somente para pronunciar algumas palavras, para saudar o reverendo padre jesuíta e seu companheiro. Recebeu-me com uma caridade digna de um apóstolo e me deu um pouco de vinho para me levantar as forças. Fiquei quatro dias na casa dele para descansar, com meus índios, e em cada refeição teve a caridade de me oferecer um copo de vinho. Conto esse fato como uma coisa notável, pois que ele não dispunha senão de pequena quantidade de vinho, para o officio da missa. Teve ainda a caridade de me emprestar um cavalo para me conduzir até à aldeia de outro reverendo padre jesuíta, chamado Jacob Clé, flamengo de nação,³⁴ distante da sua perto de doze léguas. Foi a essas duas aldeias que o reverendo padre Anastácio levou os pobres escravos que conseguira libertar do cativeiro. Esse último padre jesuíta era um homem de mérito, muito virtuoso e que tinha muito talento. Ele já me conhecia de Pernambuco e o encontrara de novo outra vez. Deu-me o melhor acolhimento possível; prestei-lhe também um serviço considerável a respeito desses índios.

Depois de dois dias de descanso, continuei minha viagem, não tendo ainda percorrido setenta e duas léguas, restando outro tanto. Não se encontrou cavalo para me emprestar, uma vez que a seca os havia tornado imprestáveis. Vali-me dos nossos, que tinham melhorado de fôlego; mas desde o segundo dia tornaram a mancar, por falta de alimentação; foi preciso prosseguir a pé. Conseguira marchar ainda três léguas para alcançar a água, quando dois portugueses bem montados, que vinham da Bahia, me encontra-

ram. Desmontaram logo e eu montei num dos cavalos deles, não tendo mais forças para continuar, com aquele calor terrível. O português caminhou a pé duas léguas e eu lhe restitui seu cavalo, contra a vontade dele. Fiz a pé essa última légua e cheguei a Jeremoabo para dormir. Não tinha consciência de meu esgotamento. Comi um pouco de bacalhau seco, que era toda a minha provisão desde a Cidade da Bahia. Mas, no dia seguinte, querendo levantar-me, caí de fraqueza. Foi preciso ficar. Despachei um de meus índios com uma carta aos padres Anastácio e José, que logo me enviaram seus cavalos e novas provisões.

Permaneci seis dias nesse lugar, para me restabelecer um pouco, pois que não podia me sustentar em pé, tão grande era a minha fraqueza. No sexto dia, dei quatrocentos passos para ir pedir um cavalo a um mulato da região. De catorze que tinha, um só estava em condições de transportar um homem, a seca tendo posto todos os outros em condições de não poderem servir. Teve a bondade de mo emprestar, até que eu encontrasse os que deveriam vir em meu auxílio. No fim de três dias de caminho e doze dias após a partida de meu índio, chegaram-nos felizmente dois de nossos índios, com dois cavalos, que vinham ao meu encontro. Grande foi a alegria e recíproca. Devolvi ao seu dono, com muitos agradecimentos, o cavalo emprestado; mas os nossos, que nos acompanharam, acreditávamos que morressem nessa travessia, em que a água de todo nos faltou, durante nove grandes léguas.

Novo acidente ao sair de Canabrava

Não devo omitir um caso considerável que me sucedeu, cerca de meia légua depois de haver saído da casa do reverendo padre Jacob Clé, jesuíta. Encontrei no caminho um sujeito chamado Francisco Pereira, meu vizinho do rio São Francisco, que ia apressadamente à Bahia, para levar a notícia, a Francisco Dias de Ávila e a João Álvares Fontes, de que os cavalos da ilha de Uracapá, que tinham sido levados para fora da ilha, haviam morrido e que os cariris estavam levantados contra os portugueses. Pedi-lhe pormenores da revolta e verifiquei que não havia senão a retirada dos cavalos da ilha e o não haver permitido que lá ficassem. Pedi instantemente que regressasse comigo, mostrando-lhe a carta do coronel Francisco Dias de Ávila e dizendo que nos havíamos tornado grandes amigos. Não consegui demovê-lo.

Ele continuou o seu caminho e eu, depois de o haver perdido de vista, admiti que ele poderia, a poder de calúnias, me criar grandes dificuldades. Voltei para a aldeia do reverendo padre Jacob Clé, que ficou muito surpreendido com o meu regresso. Dei-lhe as razões e pedi que um de seus índios fosse levar à Bahia uma carta que ia escrever, não estando em condições de viajar eu mesmo e o assunto sendo de muita importância. Ele me disse que o português se encontrava, para descansar, em casa de um de seus vizinhos, a duzentos passos dali, e que ainda poderia ser convencido a regressar ao rio. Nós o encontramos na casa indicada e eu lhe disse amavelmente:

“Uma vez que não quisestes me acompanhar ao rio, tenho que vos acompanhar à Bahia e assim voltaremos juntos.”

Então o reverendo padre Jacob Clé instou com ele, assim como o vizinho que o hospedava, para que desistisse da viagem. Não quis de nenhum modo nos atender. Sem me mostrar preocupado, perguntei-lhe muitas coisas a respeito da situação dos reverendos padres Anastácio e José, dos índios, dos rebanhos e particularmente dos cavalos. Ele se perturbou em várias respostas, o que o reverendo padre jesuíta observou muito bem, assim como o seu vizinho. Eu não disse nada, para levá-lo a outras contradições.

Quando o supus suficientemente comprometido, retomei tudo o que ele havia dito e o convenci de sua falsidade, revelada nas contradições em que caíra. Ele ficou realmente envergonhado. Então, instei de novo para regressar comigo, mas não tive resultado. Consegui apenas que ele protestasse que nada diria contra nós, nem contra os índios. Perguntei-lhe se queria levar uma carta minha ao coronel Francisco Dias de Ávila, pois, se o recusasse, eu a iria mandar por um próprio. Jurou que a entregaria. Li a carta e a lacrei. Ele partiu e eu continuei a viagem para o rio. Aconteceu que o português perdeu na viagem um cavalo de valor e sofreu outras desgraças. Dele é que já contei que perdeu todos os seus bens, que ficou odiado de todos e obrigado a refugiar-se em nossa missão, na aldeia de Uracapá, onde o chamavam o “Excomungado”. Com efeito, estava de tal modo desfigurado, que fazia pena vê-lo e continuou a definhar.

Retomo aqui o fio de minha narração.

Terminada a nossa refeição, que fizemos a cem passos do lugar em que nos havíamos encontrado, sob a sombra de algumas árvores, e que consistiu de peixe fresco que um índio acabava de pescar, e de um pouco de vinho que me haviam remetido da aldeia num pequeno frasco, continuamos nossa viagem com muita ale-

gria. No fim de seis a sete dias, chegamos à aldeia de Uracapé, onde nossos companheiros vieram me receber com todas as possíveis demonstrações de alegria e de ternura. Todos os nossos índios vieram em pessoa apresentar-me as suas boas vindas.

Esquecia facilmente todos os trabalhos passados e os acreditava bem empregados, pelo êxito feliz de minha viagem, pois que não sabia nada da traição que Francisco Dias de Ávila preparara, depois de nossa partida. Estávamos realmente jubilosos e eu comunicava a todos os portugueses a perfeita reconciliação com Francisco Dias de Ávila. Todos estavam encantados, pois que a maior parte nos amava, sem terem a coragem de manifestá-lo.

Pouco tempo depois, recebi uma carta do reverendo padre Luís de Tisange,³⁵ capuchinho, chegado havia pouco de Lisboa para a Bahia para aí fundar um convento,³⁶ trazendo para esse fim as cartas patentes do rei de Portugal. Eu mesmo havia escrito a esse respeito junto aos padres de Lisboa e havia aceito um posto que me haviam oferecido desde a minha primeira viagem à Bahia.

Grande surpresa

Esse religioso, pois, com quem eu tomara o hábito e profesara, escreveu-me, três meses depois de minha saída da Bahia, que o senhor governador estava terrivelmente zangado comigo e que lhe havia dado as razões. Eram aquelas que já relatei: ter dado uma certidão ao coronel Francisco Dias de Ávila e lhe ter entregue com desdém a ordem que dele recebera. Estava, decerto, com muita razão, ignorando o que se passara com o coronel e a traição que ele fizera.

Convoquei logo nossos queridos companheiros, que não demoraram a comparecer. Comuniquei-lhes a carta aflitiva; eles ficaram, tanto quanto eu, surpreendidos e consternados. Então, com o coração tomado pela dor, eu lhes disse estas palavras:

“Meu Deus, fiz até agora tudo que podia como criatura humana; minhas forças não vão além. É Vosso o problema: fazei, se Vos aprouver, o resto.”

Não esqueci, todavia, nada do que eu acreditava dever fazer e, na presença de meus dois companheiros, escrevi uma ampla justificação de meu procedimento ao senhor governador e a remeti aberta ao referido padre Luís de Tisange, que tinha fácil acesso junto a ele. Redigi três vezes a carta, ouvindo a opinião de meus companheiros, reformando sempre alguma coisa. Mas na terceira redação o padre Anastácio me disse: “Enviai corajosamente a car-

ta; não se pode aumentar nem reduzir. Estou certo de que ele não se recusará a fazer justiça.”

Remeti a carta e ela foi fielmente entregue ao padre Luís de Tissange. Ele procurou a melhor ocasião para levá-la às mãos do senhor governador. Mas, quando quis falar a meu respeito, ele, irritado, lhe devolveu o documento. Avisou-me logo da reação do governador e que ele não lhe ousara dar a carta, com o temor de que a rasgasse, sem a ler, encolerizado como estava. Enfim, um mês depois dessa recusa, o padre Luís de Tissange me escreveu, da parte do senhor governador, que ele estava inteiramente informado de meu procedimento, que o aprovava em tudo, menos na certidão que eu havia dado a Francisco Dias de Ávila, sem a qual ele lhe teria confiscado todos os bens e o haveria mandado exilado para Angola; que eu lhe desse oportunidade de me prestar serviços e à missão, enquanto ele estivesse na Bahia; e que depois de seu regresso a Portugal me faria conhecer a estima que me votava; que, entretanto, um capitão de ordenança do rio tendo morrido na Bahia (era Emanuel de Sousa, a que já me referi, e que nos acompanhou na debelação de uma revolta), lhe haviam apresentado três nomes para substituí-lo (citava os nomes) e que eu verificasse qual dos três era mais conveniente e nosso melhor amigo, para que ele lhe remetesse a patente de capitão; que, se nenhum dos três fosse nosso amigo, eu lhe indicasse um nome, para que ele o nomeasse.

Eis aí uma mudança total na questão! Não podia humanamente esperar favores tão grandes; assim, é preciso dizer: *Hoc mutatio dextera excelsi**: era a mão de Deus.

Nunca tive surpresa maior nem maior alegria. Fui logo à igreja, para agradecer a Deus, e mandei logo chamar os padres Anastácio e José que, sem tardança, partiram de suas casas e vieram ao nosso encontro. Cantamos na igreja o *Te Deum Laudamus* em ação de graças. Nossos índios fizeram uma festa. Não houve, enfim, senão alegria e júbilo.

Não pude saber realmente por que meio o senhor governador havia sido informado da verdade, o padre Luís não dando nenhuma informação na sua carta e, quando eu fui para a Bahia, como superior, o dito padre havia partido duas horas depois para o Rio de Janeiro, sem que eu tivesse o tempo de lhe fazer perguntas.

Acreditei, todavia, que era provável que o padre Luís tivesse encontrado algum momento favorável para levar o governador a receber e a ler a carta que lhe enviara. Ocupava toda uma folha

(*) Na edição de 1888, Frei Apollinaire de Valence preferiu a frase latina *hoc mutatio dexteræ Excelsi*.

de papel, e eu não havia omitido nada do que pudesse dizer para levá-lo a conhecer a verdade e a sinceridade de meu procedimento, tudo escrito sucintamente e com a maior clareza, não havendo nenhuma palavra supérflua, nem esclarecimentos a acrescentar. Ela provava e evidenciava que eu havia feito tudo o que se pode fazer humanamente, e honradamente, para merecer a amizade do coronel Francisco Dias de Ávila e para viver com ele em paz. Supus, também, que outras pessoas de probidade, conhecedoras do esforço que eu havia feito para conquistar a amizade do coronel, assim como de meu procedimento na missão, lhe houvessem falado em alguma ocasião e que o reverendo padre provincial dos jesuítas e o reverendo padre reitor incluíam-se nesse número, pois que estavam ao corrente de tudo e possuíam cópia de um manifesto que eu havia escrito contra o coronel Francisco Dias de Ávila, dois ou três anos antes, e remetido ao reverendo padre superior de Lisboa, para que o apresentasse à Corte. Dele haviam resultado censuras ao coronel.

Depois da alegria de notícia tão feliz, julgamos todos que havia necessidade de escrever ao padre Luís de Tisange, e não ao governador, sobre o que ele nos havia comunicado, mas de maneira que o governador pudesse também ler a nossa carta. Fui incumbido de redigi-la. Comecei por meio de amplas manifestações de graças a Deus, cuja providência amorosa vela sempre por todos, para que as nossas tribulações venham sempre a acabar em Seu louvor. Pedia, também, que significasse ao governador o nosso mais terno reconhecimento e o de todos os nossos missionários pela extrema bondade com que nos sensibilizara. Esclarecia o sentido de minha certidão e a justificava com o equívoco, que viera do exemplo dos santos, dos anjos e de Jesus Cristo no Evangelho, mostrando que é possível ocultar a verdade aos que nos querem enganar injustamente, permitindo que eles mesmos se enganem na inteligência do que se disse. Citava os autores e recordava os exemplos do anjo Rafael a Tobias, de Jacob a Isaac, de Jesus Cristo aos judeus e até mesmo aos apóstolos. Concluía que minha certidão teria sido um falso testemunho em outro sentido, pois que nossas queixas, que haviam sido levadas à Corte de Portugal, justificavam o contrário e que a palavra que expressava o equívoco podia ser tomada em dois sentidos:

Eis aqui a certidão:

“Eu, frei Martinho de Nantes, capuchinho francês, missionário apostólico no Brasil, junto aos índios chamados cariris, no rio São Francisco, terras do senhor Francisco Dias

de Ávila por doação do sereníssimo rei de Portugal, certifico que há sete anos nós fazemos pacificamente, meus companheiros e eu, nossa missão entre os índios cariris referidos.

Feito na Bahia de Todos os Santos, tal dia e tal mês, do ano de 1683.

Frei Martinho”

O equívoco está nos seguintes termos: “há sete anos nós fazemos pacificamente, meus companheiros e eu, nossa missão”. Ele entendia que nós fazíamos pacificamente nossa missão em relação a ele, o que seria falso. Por mim, não o entendia senão em relação a nós, que tínhamos realizado a nossa missão em paz, não procurando senão a salvação desses pobres índios: esse o sentido exato, o sentido verdadeiro, na inteligência do qual eu o deixava intencionalmente enganar-se. Da mesma forma, Nosso Senhor Jesus Cristo deixou os judeus enganar-se quando lhes disse: *Solvite templum hoc, et in tribus diebus reedificabo illud*.³⁷ “Destruí este templo e em três dias o reconstruirei.” Entendia falar do templo de Seu corpo, e os judeus, ao contrário, acreditavam que Ele falava do templo de Jerusalém. Nosso Senhor viu bem que eles tomavam essas palavras num sentido diferente do que Ele lhes estava atribuindo, e os deixou no erro.

A mesma coisa havia feito o anjo Rafael com Tobias, que lhe perguntava quem era ele. E respondia que era o filho do grande Ananias. Que se essas razões não contentam o meu Leitor, para a justificação de meu equívoco, não quero contestar com as minhas palavras. Deixo a coisa para o que possa valer diante de Deus, submetendo-me voluntariamente ao justo julgamento dos sábios. Recordo tudo isso para não omitir nada do que aconteceu naquela ocasião, que mais adiante tão caro me custou, como o relatei.

Em seguida, suplicava humildemente ao senhor governador, pois que ele me fazia a honra de deixar à minha escolha a eleição de um capitão de ordenança, no lugar do que morrera, de enviar a patente ao que eu lhe estava indicando, por sua ordem. Pedia-lhe também que mandasse uma patente de capitão a um índio que lhe indicava e um hábito e um bastão de comando, que ficaria de posse do capitão de ordenança, demitindo aquele que estava ocupando esse posto, pois que era um mau cristão, que mantinha surdamente os outros nas superstições do paganismo.

O senhor governador, Roque da Costa, concedeu-me tudo que eu pleiteava; mandou as patentes para o capitão português e para o capitão dos índios, com o hábito e o bastão de comando, que

chamam *ginerra*, com as extremidades de prata. Ordenou ao capitão português que tirasse do cargo o capitão índio de que me queixara, empossando o outro no seu posto. Não era possível haver demonstrações mais evidentes e mais significativas do apoio que nos dava de novo o senhor governador, nem da ajuda de Deus para me livrar da calúnia e sobretudo da opressão.

Algum tempo depois, o reverendo padre Bernardo de Nantes, capuchinho, religioso de mérito e de talento, veio nos encontrar no rio S. Francisco e me trazer a ordem do reverendo padre provincial para ir, na qualidade de superior, para a Cidade da Bahia e aí construir um convento. Não existiam ali senão pequenos casebres de taipa, no terreno de que nos empossamos, e uma igreja semelhante, que se havia construído apenas enquanto aguardávamos a construção de um convento definitivo. O rei de Portugal teve a bondade de nos dar cem libras por ano, durante dez anos, para auxiliar a nossa construção.

Retardei cinco meses a minha partida do rio de São Francisco, a fim de ensinar a língua dos índios ao reverendo padre Bernardo e torná-lo capaz de administrar os sacramentos aos índios das duas aldeias que eu dirigia. Deixei-lhe o dicionário, que havia preparado, da língua dos cariris, a arte, ou rudimento, um exame de consciência e direção da confissão e algumas vidas de santos, tudo traduzido na língua dos cariris, com o português do outro lado. E como ele tinha muita inteligência e excelente memória, eu o deixei em condições de exercer seu ministério, e lhe dei ciência de tudo que era necessário para governar os indígenas, além do que ele vira praticar durante cinco meses.

Despedi-me dele e disse adeus aos meus caros filhos espirituais, o que não foi possível fazer sem lágrimas recíprocas. Vários índios me acompanharam no primeiro dia da viagem, com todas as demonstrações imagináveis de ternura. Conservei apenas dois até Penedo, pequena vila que está a sete léguas da foz do rio de São Francisco. Era o caminho mais longo, pois que havia pelo menos cem léguas de nossa aldeia de Uracapá a Penedo; mas eu desejava ver dois novos missionários chegados para o baixo São Francisco. O primeiro, chamado padre Boaventura de Bécherel,³⁸ ocupava a aldeia dos aramurus, onde o padre Anastácio d'Audierne havia permanecido seis anos, e o outro, padre José de Ploermel, irmão do reverendo padre provincial, Clemente de Ploermel, que ia ficar a vinte léguas dali, na aldeia de Poquim.³⁹

Prestei serviços aos dois, durante os doze dias em que permaneci nas suas aldeias, comunicando-lhes a experiência que em doze anos de missionário havia aprendido no governo dos índios.

Tiveram, um e outro, muita deferência comigo, pois que estavam informados dos felizes acontecimentos com que Deus me havia favorecido no exercício de minha missão. Fiz-lhes conhecer a índole dos índios e a maneira de os dirigir e também como se deviam comportar com os portugueses; uma vez que, pela falta de experiência, muitos erros podem ser cometidos.

Aguardava a partida de um barco, que devia seguir para a Bahia; mas pouco antes da partida senti um medo extraordinário dessa viagem por mar. Procurei todos os meios de fazê-la por terra; disseram-me que era impossível naquela estação. Vi-me, então, obrigado a embarcar. No dia marcado, subimos todos para o barco. Havia pessoas de importância que iam para a Cidade da Bahia e que, me conhecendo, e vendo o grande medo que me tomara, diziam tudo que podiam para me tranquilizar. Contudo, à minha revelia, continuava num estranho abatimento. O tempo estava bom, o barco era novo, deslocando quarenta toneladas, e a carga era pequena.

Depois de haver levantado a vela, chegamos logo à barra do rio, onde estava o perigo. As vagas, por maior que seja a calmaria, são sempre enormes, por causa do encontro com o mar, no choque com o curso desse grande rio, e tanto descem como se levantam, o que basta para encher de horror. Já havia passado uma vez por ali, entrando no rio; e todos os passageiros, por ordem do piloto, ficaram amarrados, por meio de cordas ou qualquer outra coisa, que os impedisse de serem levados pelas ondas, que algumas vezes passavam por cima do barco.

Quando nos aproximávamos, acreditei que o piloto ia virar o leme para tomar o rumo verdadeiro; mas ele atacou a barra pelo lugar em que, tendo sido arrastados pela primeira onda, na sua queda caímos tão violentamente sobre um banco de areia, que um dos gonzos do leme se quebrou. A segunda vaga nos levantou como a primeira e nos deixou cair violentamente sobre o mesmo banco de areia: quebrou-se o segundo gonzo do leme. A terceira onda nos deu um abalo tão grande, que acreditamos que o navio se quebrara. Então o piloto, os tripulantes e passageiros começaram a gritar, desesperados, abandonando tudo e acreditando que todos estávamos perdidos. O navio ficou à deriva e poderia tomar a qualquer momento. Ninguém poderia escapar à morte.

Então, a coragem começou a voltar-me e eu gritei com força: "Segurai as escotilhas; governai-vos com as velas." Eles fizeram o que eu dizia e vencemos esse momento de perigo. Acionou-se de imediato a bomba, para ver se o navio estava fazendo água, a fim de nos dirigirmos para as praias; mas ao se verificar que o navio

estava inteiro, pois que era novo e tinha pequena carga, nos pusemos, uma hora depois, no rumo certo e fizemos, com algumas pranchas, uma espécie de trave para substituir o leme. Com essas providências, chegamos afinal à Bahia, em dois dias e meio de viagem, levando poucas velas, porque nossa trave não era capaz de suportar maior esforço e se houvesse acontecido alguma tempestade, ou vento contrário, não tínhamos como resistir. Por felicidade, o vento fora favorável e constante.

Quando nos sentimos fora de perigo, disse a todos, que antes se mostravam tão tranqüilos e haviam sido depois dominados pelo medo: “Então, Senhores, o medo é comum a todos; por mim, eu o senti antes de embarcar e reconquistei depois a coragem. E vós, que estáveis tranqüilos antes do perigo, perdestes vossa coragem quando ele chegou.”

“É verdade, meu Padre”, disseram eles, “e sem vós teríamos todos perecido. Não pensávamos mais em nos salvar, mas em morrer. Parece que Deus vos deu realmente o pressentimento do que ia acontecer.”

“Não sei o que foi, Senhores, mas estava dono de mim mesmo e até surpreendido com o vosso medo.”

É preciso acrescentar que a presença da morte, em plena vida, e sem haver pensado nela, dá terrível impressão da eternidade. Eu acreditava, num *Miserere* de tempo, comparecer diante de Deus. Nesse momento, pensei em mais coisas do que poderia contar e vi a importância e as conseqüências do julgamento que eu ia enfrentar, com mais evidência do que o poderia relatar através de raciocínios. Não achei outro consolo, nem outro refúgio, nessa passagem para a eternidade, do que me atirar aos braços da misericórdia de Deus, dizendo-lhe:

“Meu Deus, aqui estou, uma insignificante criatura, e me lanço aos Vossos braços. Tende piedade de minha alma.”

Esse ato de abandono às mãos poderosas de Deus fortaleceu-me logo e me fez superar o grande medo interior, a que a presença da eternidade me havia exposto.

Chegado afinal à Bahia, fui recebido pelos reverendos padres Luís de Tissange, Basílio de Faouet e João Batista, todos capuchinhos de Croisic, com todas as demonstrações possíveis de amizade. Mas o padre Luís partiu duas horas depois para o Rio de Janeiro, num barco que levantou velas imediatamente, de sorte que não tive tempo de me informar do que se havia passado com o senhor governador Roque da Costa, que já havia partido para o reino de Portugal havia cerca de três meses e tinha por sucessor

um fidalgo chamado Francisco de Sousa, ou o Braço de Prata,⁴⁰ porque tinha com efeito uma mão de prata, sempre enluvada, a mão lhe tendo sido arrancada com um tiro de canhão, num combate, durante a guerra de Portugal contra a Espanha.

Era um homem de sessenta anos, mais ou menos. Mal havia chegado, e já o coronel Francisco Dias de Ávila o prevenira contra mim e também contra os outros missionários, e procurou, por todos os meios possíveis, convertê-lo num inimigo figadal, tanto sofrera vivamente as repreensões recebidas do governo anterior do senhor governador Roque da Costa.

Fui sem demora manifestar meu humilde respeito ao novo senhor governador. Recebeu-me com muita polidez da primeira vez; mas, fazendo-lhe algum tempo depois uma segunda visita, declarou-me abertamente que lhe haviam levado muitas queixas contra mim e contra todos os outros missionários. Tendo explicado o assunto das queixas, deu-me ocasião para me justificar amplamente e de lhe fazer conhecer então o procedimento de nosso pérfido acusador. Razão pela qual, quando o coronel Francisco Dias de Ávila, que não sabia que o governador me havia dado a conhecer as queixas que ele havia feito contra mim, foi fazer-lhe novas queixas, não havia saído do palácio e já o senhor governador me mandou buscar por um de seus oficiais, para responder às novas acusações, de que logo lhe fiz ver a falsidade.

O coronel voltou três vezes à carga. Na última vez, apresentou uma suposta carta recebida do rio São Francisco, com imensas queixas dos habitantes contra os nossos missionários, que estavam sublevando os índios contra os portugueses, sustentando-os em diversas coisas contra os interesses dos portugueses. Infelizmente para ele, havia posto na carta uma data recente, de tal modo que era impossível que tivesse tempo de haver chegado. Razão pela qual, não podendo responder a acusações que me surpreendiam e comprometiam os nossos pobres missionários, pedi ao senhor governador que me dissesse quando ela havia sido escrita. Mostrou-me a carta e a data e logo lhe disse:

“Meu Senhor, esta carta foi escrita na Casa da Torre, sendo impossível que pudesse chegar em tão pouco tempo. Há cento e cinquenta léguas daqui ao rio São Francisco e nossos padres missionários me teriam escrito se houvesse qualquer agitação, de acordo com as minhas recomendações, por ocasião da minha partida.”

O senhor governador reconheceu a falsidade do processo e ficou persuadido de que o coronel Francisco Dias de Ávila era

nosso inimigo mortal e um verdadeiro impostor. De sorte que, daí por diante, não ousou mais me atacar e o senhor governador me fez a honra de me testemunhar uma grande confiança.

Fui então visitar as pessoas mais importantes da cidade, tanto eclesiásticos quanto seculares, e todas as casas religiosas, e de todas recebi demonstrações de apreço e de amizade. Só não visitei o coronel Francisco Dias de Ávila, julgando que o não devia fazer, para me não arriscar a novos perigos ou a novos incidentes; mas quando o encontrava nas ruas, transportado na sua rede, parava logo para o deixar passar e ele, ao me reconhecer, saltava logo da rede e me fazia as mesmas demonstrações de deferência, de sorte que me vencesse em cortesias.

Foi assim que convivemos durante muito tempo, dissimulando os nossos sentimentos, sempre desconfiados um do outro, pela experiência mútua de nossas lutas. Já sabia que ele não podia mais me prejudicar, conquanto não lhe faltasse para isso a vontade, e eu também sabia que não poderia demovê-lo. Desejava, de coração, a sua conversão, sem poder prudentemente demonstrá-lo, à vista do conhecimento de sua maldade. Assim, eu o considerava como um inimigo declarado, mas sem forças para nos prejudicar, à vista da proteção visível de Deus, e ele me considerava, de seu lado, como um obstáculo aos seus desígnios, presente sempre para apagar seus golpes e para responder às suas acusações.

Daí a algum tempo chegou o senhor arcebispo da Cidade da Bahia,⁴¹ que vinha de Lisboa, onde havia sido sagrado. Era também um religioso de São Francisco, muito douto e sobretudo grande pregador. Havia sido provincial. Já havia muitos anos que a Bahia estava privada de seu primeiro pastor, o último havendo falecido durante a guerra de Portugal com a Espanha.

Estava no lugar que me cabia, como superior, na fila dos cumprimentos pela sua chegada. Daí a três semanas, fiz-lhe uma visita particular e lhe pedi a sua bênção e a sua proteção para as nossas missões. Ele, felizmente, não tinha ninguém com ele. E me falou como pai e como irmão:

“Eu sou”, disse ele, “vosso irmão de religião, como sabeis. Eu vos aprecio e vos amo e desejo servir-vos; mas trago muitas queixas contra vós e contra os vossos missionários. Recebi-as em Lisboa e pouco faltou para que eu não trouxesse comigo oito missionários, para tomar vossos lugares: tinha já o compromisso deles.”

Revelou-me as queixas em pormenores, que logo me fizeram conhecer o autor, e era sempre o mesmo. Tinha amigos a quem

mandava presentes e eles haviam prevenido muito o arcebispo contra nós.

Ouçõ tranqüilamente todas as acusações. Ele terminou dizendo:

“Se eu não vos amasse, não vos contaria o que disse; servir-me-ei de minha autoridade. Dai prontamente o remédio, pois que sois o superior.”

“Monsenhõ”, respondi eu, “é evidente que Vossa Grandeza não podia nos dar uma prova mais apreciável e mais evidente de que nos honra com a sua amizade, quando nos comunica as queixas que recebeu contra nós, a fim de nos dar ocasião para nos justificar ou para dar os remédios necessários. Seria muito difícil em tão pouco tempo, justificar a nossa atitude e responder a todas essas queixas, de maneira que possa persuadir Vossa Grandeza da falsidade das acusações. Peço, tão-somente, suspender o vosso julgamento e espero que Deus o fará conhecer, sem demora, a pura e exata verdade, que é muito justa, para ser por tanto tempo sacrificada.”

“Eu o desejo”, me disse ele. E despedi-me dele, pois que viham entrando outras pessoas.

Entreguei a Deus a questão, que era tanto d’Ele mesmo, e pus toda a minha confiança na Sua bondade todo-poderosa, e de que tantas provas já havia recebido. Minha inquietação era bem menor, nessa ocasião, uma vez que já havia respondido às mesmas acusações diante do governador e confundido meus acusadores. Todavia, não estava livre de apreensões vendo o senhor arcebispo delas tão convencido.

Voltei daí a seis semanas, para lhe fazer a reverência, sem saber a disposição de espírito em que se achava. Entrei com algum temor, mas muito resignado à vontade de Deus. Logo que me viu, veio ao meu encontro com um ar alegre e risonho e me abraçando me disse:

“Sede benvindo, meu caro Padre, eu desejava ver-vos.” E, depois de haver feito sentar-me, disse-me:

“Estou informado, graças a Deus, de vosso procedimento. Tinham-me enganado e tenho prazer em fazer-vos justiça, para o serviço e a glória de Deus. Podeis contar com a ajuda de minha autoridade e com a minha amizade e apoio à vossa missão. Continuai a fazer como no passado e não vos impressionem os protestos; não podem ser evitados, quando estamos a serviço de Deus.”

Foi tão grande a minha alegria, diante de tão amistoso acolhimento, que me trouxe as palavras mais ternas e mais afetuosas,

para lhe expressar o meu profundo reconhecimento, e ia expor os pormenores das perseguições sofridas; mas, tendo principiado, chegaram diversas pessoas, que interromperam a nossa conversa, com muita pena de minha parte. Despedi-me de Sua Grandeza.

Nunca pude saber quem havia informado o senhor arcebispo de maneira tão favorável. Tive sempre a impressão de que haviam sido algumas pessoas de grande probidade e das mais consideráveis da cidade, às quais eu havia contado as nossas questões e que me haviam sempre tratado com muita amizade. Não posso duvidar de que o senhor arcebispo tomou informações de pessoas dignas de fé; pois que já me havia significado que dava muita importância ao caso. Eis aí, pois, mais uma vez, a mina de nosso inimigo descoberta; ou, se estourou, foi sobre ele e não ousou mais me atacar daí por diante, estando eu na trincheira para me defender.

Soube-se logo na cidade que o senhor arcebispo me honrava com a sua amizade e com o seu apoio, assim também como o senhor governador. Isso me trouxe muitos pedidos para solicitar favores. Desculpava-me mais facilmente em relação ao senhor governador, embora lhe solicitasse alguns, quando a caridade o exigia, e ele mos concedia comumente; mas não sabia como me livrar, quando se tratava do senhor arcebispo. Eu o fui procurar e lhe disse com muito respeito:

“Monsenhor, propalou-se que vós me distingufeis com a vossa benevolência, o que foi bastante para que eu fosse procurado para que vos viesse pedir favores. Sabeis que nosso estado nos coloca na dependência de toda a gente, tanto mais quando somos estrangeiros. Admitis que eu vos apresente pedidos daqueles que me procuram para interceder por eles, junto a Vossa Grandeza?”

Ele respondeu autorizando-me a que os recebesse.

“Eu vos peço então, como um primeiro favor, Monsenhor, que não sejam atendidos senão quando os julgardes merecedores de vosso deferimento.”

“Eu o concedo de toda a boa vontade”, me respondeu. “Vosso pedido é muito justo e não tenho como recusá-lo. Recebei os pedidos que considerardes justos, depois de os haver examinado, porque então me louvarei no vosso julgamento.”

Assim o fiz até à morte do senhor arcebispo, ocorrida daí a três anos ou mais, vítima de uma moléstia contagiosa que matou muita gente no Brasil.

Eu o visitei já doente, estando eu mesmo convalescendo da mesma moléstia, e assisti aos seus funerais. Ele nos havia dado, um ano antes de sua morte, duzentas libras de esmola para auxiliar

a nossa construção. Perdemos com ele um verdadeiro protetor de nossa missão. Ele havia escrito antes uma carta cheia de zelo ao nosso reverendo padre provincial, para lhe pedir ainda maior número de missionários. Escreveu também para a Corte, com muitos elogios ao nosso trabalho. O senhor governador fez o mesmo, escrevendo para a Corte.

Cerca de seis meses antes da morte do senhor arcebispo, houve uma grande disputa entre o coronel Francisco Dias de Ávila e os reverendos padres jesuítas, por causa de uma missão no rio São Francisco, pois que atirara os índios contra os referidos missionários, por meio de seus emissários, levando os índios a fugir, dando-lhes presentes, não querendo que os reverendos padres jesuítas tivessem missões em terras do rio São Francisco. Em consequência, os reverendos padres jesuítas apresentaram queixas a monsenhor o arcebispo e ao senhor governador contra o coronel e o fizeram citar perante a Relação, que é o parlamento do país. O coronel Francisco Dias de Ávila, sentindo-se em dificuldades, foi me procurar. Foi a primeira vez que ele entrou em nosso convento. Recebi-o com extrema polidez, atônito com aquela visita inesperada. Depois dos cumprimentos de praxe, expôs o motivo de sua visita e me disse que vinha se aconselhar. Depois de sua exposição, que ouvi com a maior atenção, disse-me que estava resolvido a antes perder todos os seus bens do que admitir os padres jesuítas naquela missão, conhecendo bem, dizia, os seus desígnios e a sua habilidade para se tornarem senhores dos lugares em que pusessem os pés, e muitas outras coisas que a paixão lhe inspirava. Disse-lhe precisamente estas palavras:

“Senhor, é por isso que me pedis conselho?”

“Sim, meu Reverendo Padre, dou-vos minha palavra de honra.”

“Permiti então”, respondi, “que vos dê francamente a minha opinião. Eu sei que sois um homem inteligente e de bom senso, mas muitas vezes o interesse nos cega em nossas próprias causas.”

Repetindo então o que ele me havia contado, demonstrei claramente que ele estava enganado e, para convencê-lo de maneira mais completa de seu erro, perguntei-lhe quanto calculava perder com o estabelecimento daquela missão a que se estava opondo e, sem esperar resposta, estipulei a quantia mais alta que se poderia admitir.

“É verdade”, disse-me ele.

“Então, Senhor”, retruquei, “é coisa de pessoa sensata querer arriscar todos os seus bens por tão pequena importância? E, com

os vossos bens, arriscaí também vossa honra e vossa salvação, opondo-vos ao serviço de Deus e à salvação das almas desses pobres índios, que o rei de Portugal tanto estima e que levaram o papa a lhe dar o domínio das terras do Brasil. Um cristão deve, para alcançar fins tão gloriosos, estar pronto a dar tudo o que tiver. Jesus Cristo procurou resgatar essas pobres almas à custa de Seu sangue e vós, por um pequeno interesse, quereis impedir a salvação delas? Além disso, nada se pede do que é vosso, ao se estabelecer essa missão entre os gentios. Receais somente que vos peçam ou que vos usurpem alguma pequena parte de toda essa vasta extensão de terras que possuís por doações sucessivas do rei, o qual nunca vos deu, e nunca vos poderia dar, o que é de toda a necessidade para os índios. Ele o tem declarado expressamente nas provisões com que vos favoreceu e, conquanto os índios não reclamem contra o que quereis tomar de suas terras, porque não têm efetivamente nem inteligência nem poder, contudo, se tomais a esses pobres índios o que é necessário à vida deles, procedeis contra a intenção do rei e contra a própria justiça.”

Continuei: “Será sempre tempo de defender o que é vosso, quando o quiserem usurpar; mas impedir a missão, pelo receio de que se venha a usurpar alguma coisa, é uma violência que ninguém suportará.” Disse mais: “Quando não o puderdes fazer, deveríeis fazê-lo? Estaríeis justificado diante de Deus? Como, Senhor, tendes feito liberalidades importantes em relação a pessoas e a particulares que vos são de pouca utilidade e talvez, podeis vós mesmo reconhecer, pouco agradecidas; e recusais a Jesus Cristo, para a salvação de almas resgatadas com o Seu sangue, uma pequena porção do que Ele vos deu! Admitindo mesmo que vos pedissem esses lugares, de que se trata, a verdade é que nem isso mesmo vos estão pedindo, nem nunca vos pedirão.”

Dei-lhe, enfim, tantos argumentos e razões, e as fiz tão evidentes, que ele não me pôde responder. Concluí dizendo que, se ele agisse como cristão, receberia com segurança a recompensa, diante de Deus, e mesmo diante dos homens; que ele teria evitado um processo que lhe seria desagradável e custoso; que lhe recordariam todo o passado; que os jesuítas eram poderosos junto à Corte; que o confessor do rei, que era um jesuíta, era homem para fazer ver vivamente ao rei qual era, no caso, a sua obrigação; que lhe fariam acusações terríveis, nos arrazoados, e que o único nome de inimigo da missão indisporia toda a gente contra ele; que os jesuítas estariam presentes a todos os lugares para o acusar e que ele não poderia agir senão por procuradores, aos quais teria que dar muitos presentes, numa causa dessa natureza, para obter

o seu favor, e que se ele oferecesse generosamente aos reverendos padres jesuítas as terras que estavam em disputa e se ajudasse a construir a igreja, que eles projetavam e se se mostrasse interessado na missão, seria esse o meio de atrair as bênçãos de Deus e a estima geral; levaria os reverendos padres jesuítas a tornarem-se seus panegiristas; que ele sabia muito bem que eles estavam prestando grandes serviços a Deus e edificando o próximo com os seus exemplos e com as prédicas e as doutrinas que pregavam, o que ele não poderia contestar.

“Eis aí, Senhor, o conselho que vos dou e creio que é o melhor que vos poderia dar.”

Parei aí. Mas a conversação havia durado mais de hora e meia. Agradeceu-me muito e me disse que partiria no dia seguinte para a Casa da Torre, para refletir sobre o que eu lhe havia dito e em cinco dias, o mais tardar, me comunicaria a sua decisão.

No dia seguinte, dois reverendos padres jesuítas me vieram procurar, da parte do reverendo padre reitor, e me contaram minuciosamente toda a disputa com o coronel Francisco Dias de Ávila. Eu me fiz ignorante do caso, não julgando útil revelar o que eu tinha sabido, na tarde precedente, do mesmo coronel. Depois da exposição, disseram-me que estavam decididos a levar por diante a questão com energia e que, infalivelmente, obteriam todo o êxito que poderiam desejar, uma vez que diversas queixas já haviam sido produzidas contra ele na Corte, no passado, sempre por motivos semelhantes; que ele já era conhecido como inimigo das missões por interesse; que vinham me pedir, da parte do reverendo padre reitor, que me reunisse a eles, que fariam todas as despesas e todas as diligências necessárias; que não teria senão que juntar minhas reclamações às que eles estavam formulando.

Respondi, depois de agradecer vivamente a participação que me estavam proporcionando na questão, que havia pouco tempo que estávamos gozando paz, e que ela nos era muito preciosa e necessária para a nossa missão, uma vez que éramos estrangeiros; que demais eu seria de pouco préstimo e que, o crédito deles, junto à Corte de Portugal, sendo muito grande, não teriam nenhuma necessidade de minha aliança, na defesa de tão justa causa.

Replicaram, entretanto, que eu lhes seria de grande importância no apoio daquela causa, tendo, já, sozinho, dado tanto trabalho ao nosso adversário, em risco de ser colocado em desgraça.

“É verdade”, disse eu, “meus Reverendos Padres, que eu tive grandes e graves questões com ele; mas não possuo cópia dos manifestos, nem dos outros escritos que pude fazer contra ele.”

Retrucaram ainda que não me preocupasse com isso, que eles tinham tirado cópia de tudo o que eu havia escrito.

Fiquei muito surpreendido, e compreendi, então, a razão pela qual, quando eu fora levar ao reverendo padre provincial, ou ao reverendo padre reitor, as cartas que havia redigido, e as deixara com eles, para verificarem se não haveria nada a corrigir ou a acrescentar, eles as guardavam de oito a quinze dias antes de mas restituir. É verdade que defendia também a causa deles, comunicando-lhes todos os meus escritos. Percebia que me estimavam e que algumas vezes me haviam prestado serviços, e sabia bem que estavam muito interessados no êxito de meu empreendimento, tendo sido maltratados, como eu próprio, pelo referido coronel, como já contei.

Vendo-me, assim, sem desculpas, a menos que os desgostasse e me revelasse ingrato, disse-lhes:

“Meus Reverendos Padres, a coisa é importante; merece que eu a medite seriamente e é necessário que a comunique aos religiosos. Conquanto tenha suportado sozinho o fardo de todos os meus problemas, sei muito bem que eles não gostarão que me engaje em novas lutas, não obstante o êxito das anteriores. Mas, como tenho grande interesse na missão e acredito que o reverendo padre reitor está disso persuadido, peço-vos dizer-lhe, de minha parte, que me conceda cinco dias de prazo antes de lhe dar resposta definitiva e que em seguida lhe darei as explicações que me pede, se alguma coisa do que estou a esperar não vier a positivar-se.”

Aludia, assim, à resposta que estava esperando do coronel Francisco Dias de Ávila, como resultado da conversação que eles desconheciam e da qual eu não poderia, prudentemente, nem caridosamente, lhes dar conhecimento. Em conclusão, partiram muito satisfeitos, ao que me parece, com o que eu lhes dizia.

O coronel Francisco Dias de Ávila voltou um dia antes do combinado à Cidade da Bahia e, depois de haver estudado, com os seus amigos, o conselho que eu lhe havia dado, e de ter ele próprio refletido maduramente, concluíram todos que o melhor seria adotá-lo. Foi procurar imediatamente o reverendo padre reitor dos jesuítas, disse-lhe que mudara totalmente de idéia a respeito da atitude que deveria ter para com os jesuítas, levando em consideração os seus próprios sentimentos cristãos.

“Longe”, disse-lhe, “de pretender, de futuro, opor-me à vossa missão, desejo cooperar com ela. Não é a má vontade a causa de minha atitude, influenciada pelos acontecimentos. Admito os árbi-

tros e farei o que eles determinarem e quero mesmo dar espontaneamente, por minha própria vontade, mais do que se supõe, para o êxito da missão.”

O reverendo padre reitor reuniu o seu conselho. O assunto foi logo levado a monsenhor o arcebispo e ao senhor marquês das Minas, que era então o governador. Reuniram-se os membros da Relação (é assim que se chama o parlamento da região). Convieram todos, facilmente, nas condições propostas pelas duas partes, estando presente o coronel Dias de Ávila, disposto a concordar com tudo. Lavraram um documento autêntico, firmando o acordo realizado, e todos ficaram satisfeitos.

Assim, essa questão desagradável terminou com a aceitação do conselho que eu havia dado; mas os reverendos padres jesuítas não souberam de minha intervenção, uma vez que o coronel Francisco Dias de Ávila me pediu segredo, que eu lhe prometi. Queria ficar com o merecimento de ter feito tudo por sua própria vontade.

Estava em vias de embarcar por esse tempo, em consequência de minhas contínuas doenças, que me tornavam incapaz de continuar a trabalhar, sem ter a esperança de um restabelecimento completo. Esperava usar os banhos térmicos de Portugal, recomendados por todos os médicos que consultei. Sofria de um reumatismo geral, que em pouco tempo teria impedido todos os movimentos de meu corpo.

O senhor marquês das Minas lamentou muito a minha partida; mas, com a promessa de regressar depois de haver recuperado a saúde, não pôde deixar de concordar. Teve a bondade de me proporcionar uma fragata, para a viagem a Portugal, com a mesa e o camarote do capitão, prometendo que nada me faltaria. Aceitei o oferecimento, com muitos agradecimentos, como devia; mas um comerciante flamengo, chamado Carlos de Moor, que eu assistira na doença que o atacara, ia, naquela ocasião, viajar no navio de que era proprietário. Insistiu tanto, dizendo-me que pela consideração que me dedicava havia posto no navio toda a sua fortuna e havia disposto da melhor maneira a equipagem contratada, garantindo que não haveria senão ele e eu no camarote, cada qual com o seu próprio leito, que eu fui forçado a contar tudo ao marquês das Minas, para que me autorizasse a aceitar o convite. Contei-lhe tudo e o próprio comerciante foi pedir ao marquês que concordasse com a viagem. Obtido o assentimento do governador, tudo ficou preparado para a viagem.

Entretanto, o coronel Francisco Dias de Ávila, ao saber de minha viagem, informado por um portador especial que o seu

agente mandara à Casa da Torre, enviou-me logo quatro carneiros muito gordos e deu ordem ao seu agente para me oferecer dois bois para a equipagem e fizesse todas as despesas que fossem necessárias.

Escreveu-me uma carta muito cordial, lastimando que eu não o houvesse avisado de minha viagem, dizendo que teria prazer em dispor tudo de outra maneira. Fez-me entregar, ao mesmo tempo, duzentas e cinquenta libras para as nossas construções, prometendo concorrer, de futuro, com outros auxílios. O convento já estava pronto, mas a igreja não, e nós devíamos ao senhor arcebispo dois mil francos. Aceitei somente os quatro carneiros e a esmola pecuniária para as construções, não tendo necessidade de mais, e deixei três carneiros aos religiosos e comemos juntos o restante. Não precisei levar senão a roupa, o manto e o breviário; o resto me foi oferecido pelo negociante a que me referi.

Agradei ao coronel Francisco Dias de Ávila numa carta, a mais polida que pude fazer, pedindo que continuasse a honrar com a sua amizade os missionários, prometendo-lhe, por minha vez, regressar e lhe trazer um par de Horas que me havia pedido. Era, sem dúvida, a minha intenção.

Assim nosso inimigo capital se tornou nosso amigo, quando a necessidade o obrigou a procurar-me. E creio que a minha palavra lhe foi útil.

Foi mais ou menos o que sucedeu a esse homem de que já falei e que foi à Bahia trabalhar contra nós, e que em seguida se viu reduzido à pobreza, tendo perdido tudo o que tinha acumulado em dez anos e que chegava a alcançar cinco ou seis mil francos. Foi odiado e abandonado por todos e obrigado a procurar asilo em nossa missão, na ilha de Uracapá, onde o padre Bernardo de Nantes o recebeu caridosamente.

Nossa viagem durou três meses completos, dia por dia, da mesma forma que a minha primeira viagem de Lisboa ao Brasil. Foi agradável pelas atenções de que fui cercado, sem as quais ficaria em perigo de morte na travessia, em que morreram dois outros passageiros que regressavam a Lisboa por força de doenças, que não puderam ser assistidas como pediam.

O coronel Francisco Dias de Ávila soube, pela frota seguinte, que eu não regressaria mais ao Brasil, uma vez que não mais permitiam aos capuchinhos franceses a presença no país, em consequência de uma divergência surgida entre a Corte de Roma e a de Portugal quanto ao trabalho missionário. A Corte de Portugal exigia de todos os missionários estrangeiros um juramento de fi-

delidade que, no começo, era legítimo na sua forma, e estava mesmo de acordo com o direito natural e divino. Mas depois lhe acrescentaram indevidamente um prazo obrigatório. A Corte de Portugal, cheia de desconfiança, acrescentou circunstâncias de tal forma onerosas, que a Sagrada Congregação proibiu o juramento. Assim, todos os nossos missionários, que haviam vindo da França, em número de oito, foram obrigados, como eu mesmo, a deixar nossas missões. A obediência me convocou em primeiro lugar; os outros vieram depois.

O coronel Francisco Dias de Ávila, informado dessa notícia, começou de novo a dificultar, embora menos que no passado, a ação de nossos missionários, não sendo os mesmos os problemas em questão. Sinal infalível de que somente o interesse político o havia forçado a dar-me as provas de sua recente cortesia. De resto, já desconfiava disso, uma vez que, na carta que me escreveu de sua Casa da Torre, já me pedia que lhe fizesse as melhores ausências: *“Faça-me Vossa Paternidade boas ausências no Reino”*, são as palavras de sua carta.

Enfim Deus, que vê o âmago dos corações e que julga segundo os méritos de cada um, o tirou deste mundo poucos anos mais tarde, com o idade de cerca de cinqüenta anos. Ficou demente um ano antes de sua morte, abandonado e desprezado por todos, inclusive por seus próprios filhos. Morreu sem qualquer socorro e, o que foi ainda pior, sem sacramentos.⁴² Deixo a Deus o julgamento de uma morte tão desastrosa. Daí por diante, a Casa da Torre sofreu grandes prejuízos e não creio que possa subsistir por muito tempo, tendo sido erguida e enriquecida à custa dos pobres índios e, sobretudo, pela oposição que fez, movida tão-somente por interesse temporal, à conversão deles ao cristianismo.

Desde que cheguei a Lisboa, o reverendo padre superior, Gabriel de Serrent, achou que eu devia ir beijar a mão ao rei.⁴³ Ele mesmo me apresentou a Sua Majestade, dizendo-lhe que eu havia chegado do Brasil depois de ali haver permanecido, durante muito tempo, no meio dos selvagens. O rei perguntou o meu nome. Disse-o, fazendo profunda reverência. Ele me respondeu, em português:

“Sois o Padre Frei Martinho? Conheço-vos pelo nome; sou informado de que tendes feito muito a serviço de Deus no Brasil e ao meu Estado e muito vos agradeço.”

Falou-me assim, uma vez que as questões que eu havia enfrentado na missão tinham sido levadas ao conhecimento da Corte e muitas vezes se havia falado de mim, tanto contra como a meu favor.

Tive ainda a honra, por duas vezes, de ser recebido em audiência pelo rei, que teve a bondade de me ouvir sempre com evidentes manifestações de benevolência, recebendo de minhas próprias mãos uma petição, o que ele não permitia senão a pessoas de maior consideração; as outras as entregavam a um funcionário encarregado dessa tarefa e ao qual eu não quisera dar a minha petição. Levou a sua bondade até a me beijar a manga do hábito, me fez levantar logo que lhe fiz a reverência e me escutou com benignidade. Teve mesmo a complacência de me permitir que um pequeno índio, que eu trouxera comigo do Brasil, filho do capitão Tomé Álvares, de Uracapé, fosse introduzido na sala, pois que eu o havia deixado à porta e recomendado aos guardas, instruindo-o de tudo que devia fazer se entrasse na sala, se fosse chamado, e como se devia conduzir diante de Sua Majestade, para lhe beijar a mão, se ele o permitisse. Fez tudo perfeitamente, como eu lhe havia ensinado; o rei o acariciou em minha presença e lhe permitiu que lhe beijasse a mão. Eu já havia informado o rei de que o pai dele era um bom cristão e que havia prestado muitos serviços a Sua Majestade, nas ocasiões de guerra, em que tivera sido forçado a bater-se como todos os soldados.

Fui depois manifestar meus respeitos a monsenhor o núncio, chamado Francisco Piccolomini, arcebispo de Rodes, que pouco depois morreu em Paris no exercício da nunciatura. Não conseguiria exagerar as demonstrações de cordialidade com que me recebeu e as manifestações de amizade e de ternura que me proporcionou, depois de haver sabido dos resultados de minha missão e do tempo em que lá vivera. Obrigou-me a escrever a pequena narrativa, com que esta começou. Enviou-a à Sagrada Congregação, depois de a haver lido, e me prometeu todos os favores que dependessem dele, em Roma ou em Portugal, em benefício de nossa missão. Teve mesmo a bondade de escrever duas vezes ao nosso reverendo padre provincial, para lhe pedir ainda mais missionários. Dirigia-se ao reverendo padre Ange de Saint-Briene.

Tive ainda a honra de apresentar meus cumprimentos ao senhor embaixador da França, senhor Amelot, que quis ver minha breve *Relação* e com ela ficou alguns dias.

Fui ainda reverenciar dois ministros de Estado, sempre por causa de minha missão. O primeiro chamava-se o senhor conde de Licerna,⁴⁴ muito amigo dos capuchinhos, muito inteligente, e que atualmente trabalhava na história do Brasil, que ele ditava em latim a um de seus secretários, fazendo-me ler alguns trechos. Perguntou-me se não tinha alguma coisa interessante a acrescentar. Disse-lhe o que me parecia e ele o fez incluir logo no seu relato.

Toda essa excelente acolhida foi, em parte, consequência das cartas favoráveis que haviam sido escritas à Corte, em apoio de nossa missão, pelo senhor arcebispo e pelo senhor governador da Cidade da Bahia e, sobretudo, do senhor secretário de Estado do Brasil, cheias de grandes elogios à nossa missão. Ele me favorecia particularmente com a sua amizade e nos encontramos várias vezes.

Assisti ainda à sagração do novo arcebispo da Bahia,⁴⁵ que era ainda um religioso da ordem de São Francisco, e à dos bispos de Pernambuco e do Rio de Janeiro, sagrados no mesmo dia pelo cardeal D. Veríssimo de Alencastro. Fui beijar-lhe a mão na sua residência.

Alguns dias mais tarde, o senhor arcebispo da Bahia me convidou a seguir com ele, fazendo-me a honra de me oferecer lugar a sua mesa e um camarote cômodo no seu navio, a fim, disse-me ele, de o instruir, na viagem, quanto ao estado do Brasil, sobretudo no que dizia respeito aos eclesiásticos. Aceitei e agradei. Prometeu-me permitir que se ordenasse o meu pequeno índio e de lhe dar, mais tarde, algum benefício, se eu o capacitasse para isso. Tinha muita inteligência e era muito virtuoso.

Mas tudo se alterou. Não pude voltar ao Brasil, como todos os meus companheiros de missões.⁴⁶ O pequeno índio, forçado à regressar à sua aldeia, morreu numa guerra em que tomou parte, a serviço do rei, quando já era capitão.

Parti de Lisboa a 19 de dezembro e cheguei a Saint-Malo a 21 de janeiro de 1688, depois de terrível tempestade, que durou doze dias completos e que chegamos a acreditar que não a venceríamos.

O navio ficou muito avariado e houve necessidade de lançar ao mar vinte ou vinte e duas toneladas de mercadorias, para aliviá-lo.

Desde a minha partida da França até o meu regresso, contaram-se dezessete anos, menos trinta dias, vividos nessa distante e perigosa viagem, Deus seja para sempre abençoado, glorificado e louvado ao me livrar de tantos perigos!

Segue-se a narração sucinta de uma tradição desses pobres índios, que eles acreditavam artigo de fé de sua religião, e que revela a extravagância de seu espírito, e que não se valiam de sua razão no assunto, nem na maior parte dos que se relacionavam com as suas crenças.

Eles me contaram várias vezes que o grande deus do céu, a que eles chamam Touppart,⁴⁷ tinha mandado para a Terra um

grande amigo para morar com eles, e que vivia como eles, e vivia também nu. Parecia velho, mas não sentia as fraquezas da velhice. Uma ou outra vez, podiam verificar que a rede em que ele dormia era muito bonita e muito branca, conquanto de dia parecesse com as outras. Chamavam-no o Grande Pai; recorriam a ele em todas as aflições, a que ele sempre dava remédio.

Um dia, tiveram o desejo de comer porcos selvagens, ou os javalis desses lugares, que nós, em França, chamamos *marcassin*. Pediram ao seu Grande Pai, que o prometeu. Saíram todos de sua casa e foram, como de costume, para as tarefas de todos os dias, deixando apenas os filhos menores de dez anos com esse Grande Pai. Ele os chamou a todos, um por um: "Vinde comigo, meus meninos." Vieram todos. Depois, passando a mão pela cabeça, ele os transformou em pequenos javalis e os despediu. Quando seus pais regressaram, por volta do meio-dia, não encontrando nenhum de seus filhos, rezearam que o Grande Pai houvesse feito com eles alguma coisa. Mas não ousaram perguntar-lhe onde estavam seus filhos, pois que muito o respeitavam e temiam. Então, ele lhes disse: "Vocês queriam javalis (no seu idioma, *malanhoua*); vão à caça e os encontrareis." Foram à caça, mas o Grande Pai fez subir ao céu todos esses javalis, galgando a grande árvore que encontraram no caminho, e o Grande Pai subiu com eles. Os índios perceberam que os javalis haviam subido ao céu pela árvore que haviam encontrado. Foram atrás deles, mas demoraram muito na perseguição. Desde que chegaram, encontraram muitos javalis; correram atrás deles e mataram muitos. No entanto, o velho, encontrando-os no céu, na perseguição aos javalis, encomendou logo às formigas que abatessem a grande árvore em que eles haviam subido. As formigas se puseram logo em ação. É uma espécie de formiga vermelha, que tem dois pequenos bicos ou antenas na cabeça, com os quais corta facilmente as folhas das árvores. Os sapos se reuniram para deter as formigas, cercando a árvore com os seus braços. As formigas, para que sássem, picaram-lhes rudemente as costas e eles abandonaram a árvore, pela dor das picadas, e é daí que os sapos têm a pele rude e como empolada nas costas. Mas as formigas derubaram a árvore, de sorte que os cariris, concluída a caça, quiseram descer do céu pela mesma árvore em que haviam subido, mas a encontraram derrubada. Ficaram espantados e temerosos. Atiraram diversas flechadas na árvore, com o intento de a levantar de novo. Ela fazia também esforços nesse sentido e chegou a levantar-se um pouco, mas de novo caía no solo.

Resolveram, então, prender-se uns aos outros pela cintura, para fazer uma corda que lhes permitisse descer; mas a corda era curta.

Caíram uns depois dos outros e quebraram os ossos, na queda. Daf, dizem eles, é que temos os dedos das mãos e dos pés partidos em tantos lugares e dobramos o corpo pelas fraturas que nossos pais sofreram na queda. Enfim, regressaram às suas casas arrebatados. Cheios de caça, fizeram grandes banquetes à custa de seus filhos transformados em javalis. Em seguida, rogaram ao Grande Pai para que voltasse em companhia deles. Mas ele não os quis atender e lhes deu o fumo como compensação. Eles o denominam *batzé*. Essa a razão pela qual fazem oferendas com o fumo em diversas ocasiões.

A maior parte de suas outras tradições, em matéria de religião, não são mais racionais, o que revela o excesso de sua cegueira antes de se converterem ao cristianismo.

Têm também outra crença, não menos ridícula, a respeito das mulheres. Os cariris eram numerosos e não tinham mulheres, senão uma única, que era bela e jovem, mas ainda não se casara. Pediram ao Grande Pai que lhes desse mulheres. Ele o prometeu e os mandou a todos que fossem caçar. Em seguida, disse a essa moça que catasse piolhos na sua cabeça. Ela obedeceu, mas adormeceu e morreu. O Grande Pai a dividiu em tantos pedaços quantos eram os homens da tribo e deu a cada um o seu pedaço, recomendando que o envolvesse em algodão e o pendurasse em determinados lugares de sua casa, e que fossem depois à caça e não voltassem senão depois de alguns dias. Regressaram no tempo marcado e escutaram, ao se aproximar de casa, o vozerio de todas essas mulheres, já ocupadas em preparar a comida de seus maridos.

Não se pode imaginar nada mais extravagante. Isso basta para conhecer a sua ingenuidade e a mostrar como se precisa trabalhar para transformá-los em homens racionais e, depois, em bons cristãos.

Laus Deo, Mariae, Francisco.

Aprovações

Aprovação de nosso Reverendíssimo Padre Geral

Nos Frater Augustinus a-Tisana, Ordinis Fratrum Minorum Capucinatorum Minister Generalis, licet immeritus. Cum opusculum cui titulus est: Relation de ce qui s'est passé dans la Mission du

Brésil, etc., a R.P. Martino Nannetensi, ordinis nostri concionatore et guardiano compositum, duo theologi ejusdem ordinis nostri examinauerint, facultatem facius ut imprimatur, si iis quorum interest ita videbitur.

Datum in conventu nostro Alttestensi, in provincia Veneta, die 27 septembris 1706.

F. Augustinus, qui supra.

Aprovação do Rev. Pe. Anastácio de Nantes
Provincial

Nós, padre Anastácio de Nantes, provincial dos capuchinhos da provincia da Bretanha, damos permissão, tanto quanto nos compete, para a impressão de uma *Relação* que os padres capuchinhos fizeram nas missões do Brasil, composta pelo muito reverendo padre Martinho de Nantes, pregador e capuchinho, quando dois teólogos da Ordem, que a leram, lhe deram sua aprovação, de acordo com o requerido.

Dado em nosso convento de Saint-Briene, a 14 de agosto de 1706.

Frei Anastácio, como supra.

Aprovação dos teólogos da Ordem

Na moral, tanto mais que no natural, os contrários servem para se fazer conhecer; e sem dúvida estimaríamos mais nossa dignidade e nossa qualidade de cristãos, se nós nos representássemos, em opposição, a vergonha e a miséria do estado dos homens que não o são. Podemos tirar esse fruto precioso da leitura desta *Relação* oferecida ao público pelo nosso muito reverendo padre Martinho de Nantes, capuchinho de nossa provincia da Bretanha, de presente nosso guardião do convento de Quimper, outrora missionário apostólico em nossas missões do Brasil e que, junto ao zelo que o recomenda, ali fez, para a salvação desses pobres idólatras, e aumentar a glória de Deus pela conversão dos índios, que esse perfeito evangelista pretende em todo o seu livro, referido num estilo ingênuo e simples, que não contém nada que não seja conforme à nossa santa fé, eu o julgo digno de ser impresso.

Em Morlaix, a 7 de setembro de 1706

Frei Laurent de Guingamp
Pregador e leitor em teologia

Outra aprovação

Li esta *Relação* e creio que nela se encontrará a sabedoria que o Eclesiástico (caps. 8, 9 e 10) nos promete da leitura do que as pessoas mais prudentes nos deixam de sua conduta, nos momentos mais difíceis. Assim, eu a aprovo.

Em Morlaix, 3 de setembro de 1706

Frei Augustin, de Quimperlé

Capuchinho, pregador e leitor em teologia

Permissão do Senhor Grande Vigário

Permitimos a impressão da *Relação* acima

Jacques Furic, sacerdote

Vigário Geral do Capítulo, sede do Episcopado

Vacante

Notas

- (1) *Frei Martinho de Nantes*. No livro do padre frei Fidelis M. de Primério, *Capuchinhos em Terras de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX*, consta na página 261: "1671. Pe. frei Martinho de Nantes (ou de S. Macrobe?) entrou na ordem em 1659; catequizou a aldeia de Aracapá, no rio S. Francisco, foi superior da Penha, Pernambuco, e, em 1682, da Bahia; doente, retirou-se para a Europa em 1688; ainda vivia em 1706 em Quimper." 1706 é a data da publicação da *Relação*, dedicada ao bispo de Cornualha, nome de um bispado que tinha sede em Quimper, na Bretanha, segundo anotação de Frederico G. Edelweiss. Nela, frei Martinho, para justificar a simplicidade de seu estilo, alega a sua idade avançada, que já não lhe permitia "procurar as flores do estilo" da época em que escrevia. O padre Francisco Leite de Faria, no excelente estudo *O Padre Bernardo de Nantes e as Missões dos Capuchinhos Franceses na Região do S. Francisco*, separata do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, publicado em Coimbra, em 1965, completa os dados de frei Fidelis de Primério, dizendo que o padre Martinho de Nantes se fez capuchinho em 11 de novembro de 1659 e se preparou para pregador. Sumaria os elementos de sua biografia, tais como se apresentam na sua *Relação*. Relata como não se permitiu que nenhum capuchinho francês viesse para o Brasil, o que levou o padre Martinho a receber ordem de regressar à França. Em 19 de dezembro de 1689 embarcou de Lisboa para Saint-Malo, aonde chegou em 21 de janeiro de 1688. Em 1706, o padre Martinho era guardião do Convento de Quimper, na Bretanha, e em meados de 1712 a meados de 1714 foi superior do Hospício dos Capuchos Franceses de Lisboa. Acrescenta o padre Faria que "em fins deste ano (1713) ouviu, comovido e esperançoso, que o ex-governador Pedro de Vasconcelos, ao regressar do Brasil, tinha referido ao rei de Portugal que os povos daquele Estado pediam com instância capuchinhos franceses para os evangelizar". (Ob. cit., p. 38-40).
- (2) *Cariris, ou Kiriris*. Preferimos a grafia *cariris*, que nos parece mais corrente e é a que se encontra na *Relação* de frei Martinho. São tribos que suscitam numerosas controvérsias quanto às suas origens e quanto à sua língua, sobretudo no seu relacionamento com a língua geral dos tupis. Batista Caetano, que foi dos primeiros a estudar a fundo o problema (*Arte da Grammatica da Língua Braslica da Nação Kiriri*, Rio, 1877), já dizia que não "fica resolvido que o Kiriri seja, efetivamente, e no rigor da palavra, dialeto da Língua Geral; mas vê-se que tem muito dele, assim como do Kechuacabu e, principalmente, dos dialetos pampeanos, como o dos chiquitos, de cujo extenso vocabulário desgraçadamente não temos senão ligeiro extrato. Limitamo-nos a fazer apenas o confronto dos Kiriris com a língua geral. Vemos, também, que ele está mais ou menos eivado de vozes do português e talvez ainda de vozes africanas. As línguas americanas parecem-se extremamente na estrutura gramatical e as maiores diferenças que apresentam dão-se na parte léxica". Rodolfo Garcia apresenta útil bi-

biografia do assunto, no prefácio do *Catecismo Kiriri*, do padre Luís Vincencio Mamiani, Rio, 1942. Acrescenta que os cariris se localizavam “desde o Paraguaçu e o rio de S. Francisco até ao Itapicuru (talvez mesmo até ao Gurupi...)”, quando os portugueses começaram a ocupar o Norte e o Nordeste do Brasil. Descendo pelo litoral, seriam detidos, primeiro pelos tupiniquins, que os teriam acossado para o interior, rumo ao Oeste. Internaram-se nas serras da Borborema, dos cariris velhos e dos cariris novos, nas ribeiras do Acaraçu, do Jaguaribe, do Açú, do Apodi e outros, no baixo S. Francisco e territórios adjacentes. Sob o nome genérico de tapuias andaram confundidos, nos primeiros tempos, com outros índios que infestavam a região do seu domínio. Por isso mesmo torna-se hoje difícil saber, com absoluta certeza, entre tantas alcunhas tribais, quais eram as de origem cariri, quais os caribas e os gês. Cariri, ou quiriri, significa *calado*, *silencioso* — uma característica não muito generalizada, acrescenta Rodolfo Garcia, no lugar citado.

- (3) *Teodoro de Lucé*. Segundo frei Fidelis de Primério, ob. cit., Teodoro de Lucé entrou na Ordem dos Capuchinhos em 1656, foi superior da Penha, em Pernambuco, sucedendo ao padre Cirilo, catequizou os cariris e faleceu, de volta para a Europa, em 1686. Frei Martinho informa que ele era muito estimado em Pernambuco. Foi missionário da aldeia da Parafba, na qual deve ter principiado sua ação em julho de 1670. Mais tarde substituiria o padre Anastácio d’Audierne na aldeia dos aramurus, junto ao rio S. Francisco, na região da atual vila de Traipu ou de S. Pedro do Porto da Folha.
- (4) *Portugueses*. Encontra-se, freqüentemente, na *Relação* de frei Martinho, a referência a *portugueses* que já habitavam o vale do rio S. Francisco. Como só havia uma nacionalidade, que era a portuguesa, o termo era empregado sempre que se não tratasse de índios ou de negros, ou de escravos, denominação que tanto poderia servir para os índios como para os africanos. O que se deve salientar é como se havia aprofundado o povoamento no médio S. Francisco, nessas alturas do século XVII, atingindo o rio Salitre, junto da curva que o rio faz, quando se dirige para o sul. O famoso sobrado, que dera nome à cachoeira de Sobradinho, ficava nessa região da curva do rio.
- (5) *Aldeia da Parafba*. Lê-se nas *Notas sobre a Parafba*, de I. Joffily — obra que Capistrano de Abreu apreciava e prefaciou —, que essa aldeia a que se refere o padre Martinho de Nantes podia ser o lugar que hoje se chama Boqueirão. E explica: “A aldeia em que esteve, distava 50 léguas da cidade da Parafba e 70 da do Recife; portanto, não podendo ser Pilar, acreditamos que fosse Boqueirão, embora não seja essa realmente a distância que a separa daquelas capitais; mas é natural a quem viaja, abrindo caminho para passar, como sucedeu ao padre M. de Nantes, calcular as distâncias para mais. O modo como descreveu a solidão que atravessou, onde as árvores estavam sem folhas, como se fosse em França em tempo de inverno, só pode adaptar-se a uma região sertaneja, ou de criação, segundo o sentido em que é empregado lá este termo. Além disto, na citada obra, há outra passagem interessante, que diz: ‘Essa aldeia foi descoberta em 1670, por um português chamado Antônio de Oliveira, que, procurando pastagens para criar gado, encontrou no rio Parafba.’ Esse

Antônio de Oliveira era, provavelmente, da família de Teodósio de Oliveira, se não era seu pai, porque diversos descendentes deste tiveram aquele nome, talvez em memória do seu antepassado. Há ainda poucos anos, vimos em Boqueirão as ruínas de um edifício que o povo chamava convento, onde antigamente moraram religiosos, segundo a tradição. Portanto, talvez a missão ou aldeia mais antiga dos cariris seja a do Boqueirão, que, comunicando-se somente com Pernambuco, vivia isolada na Paraíba." I. Joffily, *Notas sobre a Paraíba*, Rio, 1892, p. 39-40).

As conclusões talvez não passem de conjecturas. Que seria esse Antônio de Oliveira daquele Teodósio de Oliveira Ledo que, segundo a lenda, atravessou a nado, com a mulher raptada, o rio S. Francisco? (I. Joffily, ob. cit., p. 39.) Ou daquele Oliveira Ledo, apontado como o iniciador do povoamento do sertão paraibano? Pai de Teodósio de Oliveira Ledo, como sugere o autor? Há que observar que frei Martinho já o encontrou instalado na região, lá pelas alturas de 1670. João Lyra havia registrado uma sesmaria na ribeira do Comaratuba em 1615, a favor de um Francisco Gomes de Oliveira. (*História Territorial da Paraíba*, p. 36-37.) Elias Herckman, ainda ao tempo dos holandeses, havia percorrido o interior da Paraíba e conhecera diversos afluentes do rio Paraíba, registrando que do Espírito Santo partiam "caminhos através de desertos (chamados sertões) para Pernambuco". (Elias Herckman, "Descrição Geral da Capitania da Paraíba", in *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, n. 31, p. 256).

Na sesmaria requerida por Teodósio de Oliveira Ledo, intitulado "capitão-mor do sertão", em 1702, há referência "a terras do capitão Antônio de Oliveira e seus companheiros", sem qualquer alusão a parentesco. Daí é provável que Joffily tenha admitido que Antônio de Oliveira pudesse ser o pai de Teodósio de Oliveira Ledo. Mas Teodósio não viera da Bahia? Problemas, como tantos, que complicam a história do povoamento nos sertões do Nordeste.

- (6) *Padre Francisco de Domfront*. Foi missionário da aldeia dos cariris, em Rodelas. Não é pacífica a localização dessa aldeia ou do que seja a região dos Rodelas. Pela dependência em que ficava de Pernambuco, onde o padre Domfront ia buscar recursos para sua aldeia, tudo indica que fosse na margem esquerda do rio S. Francisco ou, quando muito, numa de suas ilhas. Numa das passagens, diz frei Martinho que o padre "Francisco de Domfront viera a Pernambuco para refazer suas provisões" (p. 4 da edição fac-similar). Mais adiante informava que o padre retornara ao S. Francisco com as provisões que trouxera de Pernambuco. (*Id.*, p. 71.)

Mais tarde, os jesuítas estavam numa aldeia instalada na margem direita do rio. Halfeld se refere a essa aldeia dos jesuítas. Mas na margem esquerda havia uma povoação, que ainda hoje se encontra, sob o nome de Jatinã, sede de um município pernambucano (antiga Belém).

A primeira notícia dessas aldeias apareceu na fase da guerra com os holandeses, com a presença do índio Rodela, mencionado nas crônicas da época. Felipe Camarão o trouxe da região encachoeirada do médio S. Francisco com duzentos tapuias "di mostruosa corporatura", na linguagem de frei Giuseppe di S. Teresa. (*Istoria delle*

guerre del Regno del Brasile, liv. II, p. 91.) Já em 1674 se falava numa aldeia do Rodela. (Vide meu livro *Pernambuco e o S. Francisco*, p. 100-101.) Os limites da região eram indefinidos.

(7) *Missão dos rodela*s. A missão dos rodela, em que se estabeleceu o padre Francisco de Domfront, tudo indica que deveria ficar na margem esquerda do rio S. Francisco, provavelmente na região em que atualmente se encontra a cidade de Jatimã, antiga Belém. Houve outra missão do lado baiano, isto é, na margem direita do rio, que acabou ficando a cargo dos jesuítas. Tanto era assim, que o padre Domfront ia buscar os auxílios de que precisava em Pernambuco. Halfeld ainda encontrou a aldeia do lado direito, sob a invocação de S. João Batista de Rodelas. Uma das primeiras notícias dessa região foi a presença do índio Rodela, na guerra contra os holandeses, quando Felipe Camarão o foi buscar na região encachoeirada do rio, trazendo de lá aqueles duzentos índios de "mostruosa corporatura", a que se refere frei Giuseppe di S. Teresa, em *Istoria delle guerre del Regno del Brasile*, liv. II, p. 91. Já em 1674 se falava "na aldeia do Rodela". Nesse mesmo ano, em consulta ao Conselho Ultramarino se falava também em "outra nação a que chamam Rodelas". (Consulta do Conselho Ultramarino de 16 de setembro de 1674.) Em *Pernambuco e o S. Francisco*, cheguei à conclusão de que os limites dessa região eram imprecisos e podiam alcançar o Piauí. (Vide p. 100-101 do livro citado.)

(8) *Frei Anastácio d'Audierne*. A *Relação* de frei Martinho de Nantes revela a atuação dele, diante do potentado da Casa da Torre, Francisco Dias de Ávila. Já os *Documentos Históricos*, publicados pela Biblioteca Nacional, põem em relevo, nessa luta com os titulares de sesmarias, a figura de frei Anastácio d'Audierne, que havia sido o missionário da aldeia dos aramurus, no baixo S. Francisco, a cerca de vinte e duas léguas da foz do grande rio. Frei Anastácio havia sido companheiro de estudos de frei Martinho de Nantes. Viera com ele para o Brasil. Suas missões, ao longo do rio, eram vizinhas. Era, por igual, um homem decidido e corajoso, como se depreende da própria *Relação* de frei Martinho. Precedera a frei Martinho nas missões do rio S. Francisco, pois que já estava com a aldeia dos aramurus, enquanto frei Martinho se dirigira à Parafba. Quando frei Martinho se decidira pelo rio S. Francisco e retornara da Parafba, é que se foi fixar numa aldeia dos cariris, na ilha de Aracapá, que chamara Ura-capá, a oitenta léguas acima, pelo curso do rio, num cálculo que se aproxima do que devemos a Halfeld.

A ordem do governador Roque da Costa, que frei Martinho obtivera a custo, a acreditar no seu relato, já havia sido antes obtida do antecessor de Roque da Costa, o governador Afonso Furtado de Castro Rio de Mendonça, em 23 de outubro de 1672, nos seguintes termos:

"Porquanto o Reverendo Padre Frei Anastácio de Odierno (sic) me representou o que tinha obtido na redução dos índios bárbaros a que chamam aramurus, que assistissem nas terras do Mestre-de-Campo Pedro Gomes, e convém muito que conheçam acham todo o favor da nação portuguesa todos os que conhecimento da fé católica

e se sujeitam à doutrina cristã, ordeno a todos os oficiais de guerra e justiça, e mais deste Estado não molestem em cousa alguma as aldeias dos aramurus, que estiverem à obediência deste governo, antes os ajudem e lhes dêem todo o favor, não consentindo que a gente da Vila nem qualquer outra lhe faça guerra, nem os moleste, e a qualquer que lha fizer castigarei rigorosamente. Bahia, em outubro 23, de 1672. Afonso Furtado de Castro Rio de Mendonça". (*Documentos Históricos*, vol. II, p. 110-111.)

Ainda caberia ao governador Afonso Furtado de Mendonça ordenar ao provedor-mor da Fazenda Real que desse ao padre frei Anastácio tudo que ele solicitasse para a construção de uma igreja na sua aldeia. (*Documentos Históricos*, vol. XIII, p. 156-157.) Providenciava também, junto ao capitão-mor do rio S. Francisco, Domingos Pinto do Rego, para que desse toda a cooperação, para o cumprimento da ordem anterior, recomendando "todo o favor que é justo achem na nação portuguesa aqueles religiosos, para que sem escândalo ou perturbação alguma possam conseguir os fins a que vieram, e façam a Nosso Senhor o serviço que Sua Alteza tanto encarrega a este Governo pelo que todo e (a) tudo o de que (dele) dependerem". (*Documentos Históricos*, vol. VIII, p. 360.) No mesmo sentido se dirigiu a Teodósio da Rocha, Manuel Gomes Rabelo, ao capitão Cosme Roiz Delgado, ao capitão Domingos Roiz e José da Costa da Silva. (*Id. ib.*, p. 371.)

O maior adversário das missões continuava a ser o poderoso chefe da Casa da Torre, Francisco Dias de Ávila. No Conselho Ultramarino esses episódios repercutiriam, através de carta do mesmo frei Anastácio d'Audierne, endereçada ao vigário provincial de Lisboa, como se vai ler a seguir:

"Neste Conselho apresentou uma carta Freire Gabriel, religioso capuchinho francês, escrita ao seu vigário provincial de Frei Anastácio Audierno, religioso, missionário apostólico, que assiste nas missões do Brasil, na qual lhe refere que a ele toca o procurar, por obrigação de seu cargo, o progresso daquelas missões e, como custódio delas, defendê-las contra o inimigo infernal que por todas as vias as intenta estorvar e, quando o não fizesse, daria estrita conta a Deus da perdição daquelas almas.

Que era para louvar a Deus ver a facilidade, gosto e fervor, com que o gentio tomara a fé depois que lhe souberam a língua, largavam as suas abusões, envergonhados dos seus erros gentílicos, ouvindo-se nas aldeias só louvores a Deus, entoando todas as noites o terço a coros, grande reverência às igrejas, devoção particular a Nossa Senhora, e quando pediam alguma cousa era em seu nome, e já começavam a frequentar o Sacramento da Confissão, de tal sorte que os brancos davam graças a Deus de ver tanto progresso em tão pouco tempo que o inimigo, buscando caminhos para perder as almas, incitara ao Coronel Francisco Dias de Ávila, donatário daquela terra, para estorvar este serviço a Deus e posto que sempre fora contrário àquelas missões nas suas terras, não era com o excesso

com que agora o fazia, pois se tinha declarado abertamente e reconciliado com eles a falsa fé para alcançar do Padre Frei Martinho uma certidão de que não impedia a missão e depois de alcançada tivera o rebuço da dissimulação para os perseguir às públicas mandando publicar nas suas terras, que havia de lançar delas a quem os favorecesse com esmolas ou ajudasse, lançando seis ou sete pessoas principais fora dos partidos que tinham por serem seus amigos, atemorizando os mais com este exemplo, sendo que não tem outro que lhes dê pasto espiritual senão eles mais de cem léguas à roda e da banda de riba mais de 150 e para os sacramentos da igreja havia mais de três anos que não houvera outros que os administrasse e mais de cinquenta léguas à roda.

Que agora mande o dito Coronel para aquela Capela de Pambu um capelão Manuel da Costa Carrilhos, homem de vida escandalosa, o qual começara a amotinar o gentio contra eles, os quais depois de perderem o respeito aos Padres, tomando armas contra eles, e dando-lhes algumas pancadas, mandara-o chamar o principal da sua aldeia, chamando-o persuadira a fugir para o mato com a sua gente, para que ele de enfadado largasse a missão e como a maior parte deles, e os filhos estavam já batizados, os sossegara, e estando outra vez em bom caminho e indo batizando os adultos com grande fervor que tomavam a fé com muita alegria, voltando este padre da Bahia.

Mandara chamar outra vez ao dito Ricuthe (sic) e o persuadira com tanta eficácia para se ir que em termo de três dias fugiram alguns vinte e três casais cristãos e casados em face da igreja e todos os mais estavam também para fugir e o protetor da fé, ficando um Ministro de Jesus Cristo feito Ministro do diabo, tantos trabalhos baldados, e tantas esperanças perdidas e gente disposta a fundar uma cristandade pervertida por um sacerdote, impedindo os mesmos brancos a propagação da nossa Santa Fé só por agradarem ao dito Coronel Francisco Dias de Ávila, metendo mil errôneas abusões ao gentio, até o persuadirem que se deixarem batizar os filhos morrerão e que o batismo os há de matar e para que se não possam queixar os ministros de Deus e de Vossa Alteza dera o dito Coronel ordem de lhe mandar as cartas que lhe mandassem para a Bahia ou que dela lhe fossem, as quais manda se lhe parece, que se lhe tem humilhado muitas vezes, com submissão menos conveniente ao seu estado, escrevendo-lhe sem poderem que se haviam como pastos e em certo impossibilitando-os para sustentar aquelas missões, as quais pela extrema pobreza do gentio e distância das praças requeriam notáveis gastos, que já não podiam remediar com esmolas procedidas das suas ordens, sendo impossível contar em uma carta as vexações que o dito Coronel lhe faz por todas as vias e daquele capelão, pois só a prossegue no exercício da sua missão, fazendo fugir o gentio para o mato, mas começara de aviventar seus excessos contra suas pessoas.

Que a vista da necessidade tão urgente buscasse os meios mais altos para remediar aquela desolada missão que uma re-

apresentação que Vossa Alteza mandasse aquele Coronel o fizera aquietar e remediaria tão grande aperto, e quando os não provesse com toda a presteza de tão necessário remédio, não se poderá sustentar a missão, pois a invidia dos inimigos vai fazendo perder e até aqui tem feito naquele sertão toda a diligência para reduzir aquele gentio a Jesus Cristo, e já o demônio em grande parte ia perdendo o seu domínio por meio das verdades evangélicas, obrando naquelas almas a nossa santa fé católica, e assim iriam cada vez mais a eficácia da divina palavra, mas que a malícia dos homens pudera mais, e assim vendo que já não podiam contra ela, faziam esta última vontade, digo, diligência antes de largar tudo pois a sua consciência não permitia deixar ao desamparo e perecer à míngua tantas almas cristãs que tanto trabalho lhes custaram a converter, sem primeiro fazer toda a diligência para procurar o remédio eficaz a tanta desordem.

Ao Conselho parece representar a Vossa Alteza a queixa deste religioso e dano que faz àquela Missão Francisco Dias de Ávila perturbando a conversão daquelas almas e impedindo reduzir aquele gentio à luz da igreja, sendo este exercício tanto do serviço de Deus e de Vossa Alteza em aqueles índios, tenham conhecimento do verdadeiro Deus e que Vossa Alteza tanto encomenda.

E como esta matéria seja tão gravíssima e de tanto escândalo deve Vossa Alteza ordenar ao Mestre-de-Campo Geral, Roque da Costa Barreto, que ele mande tirar uma devassa com todo o segredo de todos os procedimentos de Francisco Dias de Ávila, e dê conta a Vossa Alteza com toda a brevidade, para que nisto se dê aquele remédio que convém e se proceda contra esse sujeito, quando o mereça a exaltação com que nisto se houve.

E ao cabido deve Vossa Alteza mandar encomendar visto não haver prelado naquela diocese, que ele faça recolher este clérigo da aldeia donde assiste para que não sintam estes religiosos aquela perturbação que referem e enquanto o mestre-de-campo geral não informar lhe deve Vossa Alteza mandar encomendar que ele faça com que estes religiosos não tenham nenhum estorvo na sua missão e não continuando no introduzir naqueles sertões o sacro evangelho e assim tenha particular atenção a que não experimentem o de que se queixam a Vossa Alteza.

Lisboa, 18 de março de 1681. O Conde. Malheiros. Teles. Melo.

A margem. Como parece ao Conselho. Lisboa, 21 de março de 1861."

(*Documentos Históricos*, vol. LXXXVIII, p. 204-207.)

Como resultado desse pronunciamento do Conselho Ultramarino, veio a Carta Régia de 28 de março de 1681, nos seguintes termos:

Carta Régia.

"Carta de Sua Alteza sobre se tirar devassa dos procedimentos de Francisco Dias de Ávila.

"Roque da Costa Barreto, amigo. Eu, o Príncipe, vos envio muito saudar. Por carta de Frei Anastácio de Audierno Religioso Capuchinho, francês, Missionário Apostólico, que assiste na aldeia de Pambu nas Missões desse Estado, escrita ao seu Vigário Provincial, me foi presente o grande dano que faz àquella Missão Francisco Dias de Ávila, Donatário daquellas terras, perturbando a conversão daquellas almas e impedindo o reduzir aquele gentio à luz da Igreja sendo este exercício tanto do serviço de Deus e meu para que aqueles índios tenham conhecimento da fé que é o que eu tanto encomendo. E por esta matéria ser tão gravíssima e de tanto escândalo me pareceu ordenar-vos mandeis tirar uma devassa, com todo o segredo, dos procedimentos de Francisco Dias de Ávila e me deis conta com toda a brevidade para que nisto se dê aquele remédio que convém e se proceda contra este sujeito quando mereça a extorsão com que nisto se houve; e enquanto me não informardes como vos ordeno encomendo-vos muito façais com estes religiosos não tenham nenhum estorvo na sua missão e vão continuando no introduzir nesses sertões o Santo Evangelho, e assim tereis particular atenção a que não experimentem o de que se queixam. Escrita em Lisboa a 23 de março de 1681. Príncipe. Conde de Val de Reis, Presidente. Para o Mestre-de-Campo General do Estado do Brasil, Bernardo Vieira Ravasco."

(Documentos Históricos, vol. LXVIII, p. 3.)

A luta com os missionários jesuítas não foi menor do que com os capuchinhos franceses, como se pode ver na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do padre Serafim Leite, vol. 5, p. 296 e seguintes. Tem razão o historiador quando escreve que "os senhores das terras, esquecidos de que as tinham de sesmaria, com a condição de nelas reservarem terras bastantes para sustento dos índios que as habitavam, em vez do auxilio que se impunha, fomentavam e moviam secretamente os seus dependentes e feitores contra as missões, com as quais afinal se meteram".

A autoridade régia costumava tomar o partido das missões. Os latifundiários, mais perto das terras e de seus habitantes, rendeiros ou foreiros, agiam à discrição, certos da impunidade. Já era o começo da luta em torno das reservas dos índios. Uma luta que ainda não acabou e que durará enquanto houver índios com reserva de terras.

A carta de frei Anastácio d'Audierno confirma aquella certidão de frei Martinho de Nantes a Francisco Dias de Ávila, mas registro que o seu efeito não foi o que esperava frei Martinho.

- (9) *Francisco de Lucé*. Até agora não foi encontrada essa descrição ou depoimento do padre Francisco de Lucé. Admite-se que poderia esclarecer tantas dúvidas que ainda persistem, a respeito dessas tribos do rio S. Francisco, sobretudo quanto aos aramurus, de que veio a ser missionário, depois de haver abandonado a aldeia da Parafba.

(10) O revisor Heitor Ferreira da Costa recorda o trecho de Gândavo: "A língua deste gentio toda pela costa é uma; carece de três letras, scilicet não se acha nem F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente." Pero de Magalhães Gândavo, *Tratado da Terra do Brasil*, edição Anuário do Brasil, 1924, p. 49.

(11) *Aracapá ou Aracapé. Ouracappa* é como escreve frei Martinho. Mas a grafia Aracapá veio a prevalecer. É uma ilha do rio S. Francisco, que Halfeld descreve na légua 278, o que vale dizer a cento e quatro léguas da barra do rio, a quatro léguas do arraial de Nossa Senhora da Assunção, na ilha da Assunção. No *Roteiro de 1738*, publicado por José Antônio Gonçalves de Melo, traçado ao longo do vale do Ipojuca, Aracapá se situa a seis léguas de Cabrobó e a dez léguas de Coripós e a uma légua de Orocó. Lê-se no *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, de Sebastião de Vasconcelos Galvão, o seguinte:

"*Aracapá*. Ilha. No rio São Francisco, entre este Estado e o da Bahia, na altura do Município de Cabrobó, e próximo das cachoeiras de Emburema e Desacata Calção. Fica situada em frente ao riacho da Brígida. Primeiramente foi uma aldeia de índios Cariris, da qual se encontram notícias positivas de sua existência já em 1674, como se vê de uma patente passada pelo Visconde de Barbacena, Governador Geral do Brasil, em 29 de agosto daquele ano, conferindo ao índio Tomé de Urará o posto de capitão dos Cariris da ilha de Aracapá. Em 1724 era esta aldeia dirigida por um missionário capuchinho, como consta de uma carta do Vice-Rei do Brasil, Vasco Ferrandes Cesar de Meneses, dirigida em 14 de novembro daquele ano ao Padre Frei Agostinho, capuchinho missionário da Aldeia de Aracapá, sobre negócios da mesma Aldeia, conforme se vê do competente registro. Em meados do século XVIII ainda existia a aldeia de Aracapá, de índios da nação Cariris, e pertencia a termo do sertão de Cabrobó, em Pernambuco, como refere D. Domingos de Loreto Couto na sua obra *Desagravo do Brasil e glórias de Pernambuco*."

Loreto Couto registra a presença da aldeia de Aracapá. (Liv. III, 76.) Noutra passagem de sua obra se refere ao índio Leandro da Silva, "natural da aldeia de Aracapá, sertão do Cabrobó, da nação cariri, filho do insigne Martinho da Silva, capitão-mor dos índios da mesma nação". (Liv. VI, n. 123.) O nome *Martinho* deixa a impressão de ser uma homenagem ao seu primeiro missionário. Aquele *Tomé de Urará*, a que se refere Sebastião Galvão, será aquele capitão *Thomé Alurez*, cujo filho frei Martinho levou com ele para a Europa e chegou a apresentar ao rei? Não se esqueça que o governador Roque da Costa lhe dera uma patente para o capitão dos índios de Aracapá.

(12) ... *ubi abundavit peccatum, ibi superabundavit gratia*. O texto, na edição da *Vulgata* de Aloisius Grammatica, é este: *ubi autem abundavit delictum, superabundavit gratia*. (Epístola aos Romanos, 5:20.) A tradução de João Ferreira de Almeida é literal: "mas onde abundou o pecado, superabundou a graça".

- (13) *Preboste*. *Provôt* é como escreve frei Martinho. A grafia atual, já registrada no *Litré*, é *prevôt*. Em português, *preboste*, que era um magistrado encarregado de uma determinada jurisdição, incumbido de uma alta vigilância. Na Idade Média, o preboste era designado pelo rei ou pelo senhor, para fazer justiça na sua circunscrição ou no seu domínio, investido, também, de atribuições administrativas, militares e financeiras.
- (14) *Feijão*. Escreve frei Martinho: "Les hommes font un labourage particulier pour fournir aux frais de la Fête, à savoir de cassave, de pois et de mil." (p. 34.) Embora a tradução de *pois* seja *ervilha*, preferimos outra leguminosa, muito mais usada pelos índios, qual seja o *feijão*. A palavra francesa que significa *feijão* é *haricot*. Mas, com esse sentido, era um vocábulo relativamente novo no tempo em que escrevia o capuchinho francês. Há quem a suponha importada do asteca *ayacotl*, como José Maria Heredia, de certa forma apoiado pelas autoridades de Dautat e Wartburg. *Litré* lembra que Génin admitira que a palavra *haricot* houvesse começado a ser usada na França no século XVI. Antes, preferia-se outro vocábulo, *fèves*. É ainda *Litré* quem informa que na Normandia chamava-se *pois* ao *haricot*. "En plusieurs provinces, en Normandie entre autres, on nomme pois les haricots." Frei Martinho era de Nantes, como o nome o indicava, e escrevia em Quimper, convento também situado na Normandia. Os autores que se referem às culturas dos índios, autorizariam a tradução adotada, se pensarmos como era generalizada a plantação do feijão.
- (15) *Ballier*. Frei Martinho escreve *ballier* — forma antiga de *balayer*, que já está registrada na edição de 1888.
- (16) *Padre João de Barros*. Jesuíta. Não era ainda padre, quando entrou pelos sertões da Bahia, em companhia do padre Jacobo Rolando. Foi um dos fundadores da aldeia de Canabrava. Serafim Leite o intitula "Apóstolo dos Quiriris". Foi autor de um *Catecismo quiriri*, informa. (Serafim Leite, ob. cit., vol. V, p. 293-296 e 429 e 326.)
- (17) *Na guerra com os holandeses*. A cooperação dos capuchinhos franceses, na luta com os holandeses, está relatada na obra de frei Fidelis de Primério, p. 262 e segs. Curioso é que, no tempo de Maurício de Nassau, até lhe prestaram serviços ou não se recusaram a aceitar funções que o governante lhes atribuía. Havia chegado a Pernambuco como prisioneiros de navios holandeses que os encontraram em Angola. Iniciada a insurreição, depois da partida de Maurício de Nassau, entenderam que se tratava de uma causa em defesa da fé que professavam e ajudaram como puderam, embora pareça excessiva a exaltação de frei Martinho. Depois da guerra, teve o sentido de uma demonstração de gratidão dos moradores da terra a doação feita para a construção de um hospício e de uma igreja em Pernambuco.
- (18) *O hospício em Pernambuco*. O hospício, ou convento, em Pernambuco, resultara de uma doação feita pelo casal Belchior Alves e D.^a Joana Bezerra. A escritura fora lavrada a 19 de abril de 1656. Até 1654, os capuchinhos franceses haviam ficado em Olinda. Com a doação do terreno no Recife, construíram um convento e edificaram uma igreja, que, reformada, é um dos monumentos da cidade. Como se vê pelo relato de frei Martinho, já devia estar pronta em 1676.

Joaquim Guennes da Silva Melo, em *Ligeiros Traços sobre os Capuchinhos, contendo a descrição do novo templo de N. S. da Penha, que ora se levanta em Pernambuco* (Recife, 1871), transcreve o texto da escritura na sua parte essencial. E acrescenta: "É lamentável que a história pátria não tenha recolhido os importantes serviços prestados por estes capuchinhos, que, grosseiramente e em virtude de falsas arguições, foram retirados para Lisboa no ano de 1700, e levaram consigo todo o arquivo, deixando quase em completa ignorância seus grandes serviços. Apenas podemos colher que eles se achavam encarregados das aldeias de Aracapá, S. Pedro, S. João da Rodela e Boldrina, que depois se chamou Taypu" (p. 51-52).

- (19) O padre Bernardo de Nantes concluiu ou completou a tarefa de frei Martinho. Publicou em 1709, em Lisboa, o *Katecismo Indico da Língua Kiriri*. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro tem um exemplar dessa edição. O padre Martinho de Nantes havia antecipado que o padre Bernardo "dará conhecimento do que acontecer de notável, desde que saíra daqueles sítios até ao seu regresso a Portugal". Escreveu realmente uma *Relação*, que se considerara até há pouco perdida, quando foi recentemente posto à venda um manuscrito, que figurou num catálogo da Librairie Orientale et Americaine de J. P. Maisonneuse de Max Besson, do Boulevard Saint-Germain, em Paris. Creio que foi esse manuscrito que tive oportunidade de ver na excelente biblioteca do erudito brasileiro José Mindlin. O padre Francisco Leite de Faria se refere longamente a esse manuscrito e creio que tem a intenção de traduzi-lo e comentá-lo, com os profundos conhecimentos que já possui, em torno da ação dos capuchinhos franceses no Brasil. Vide p. 5-8 da obra citada na nota n. 1.
- (20) *Caminho do Recife para o S. Francisco*. O caminho do Recife a Penedo era o mais usado ou, pelo menos, já existia. Existe um *Itinerário da cidade Maurícia até o forte Maurício*, situado junto ao rio de S. Francisco, datado de 1640 e estimando em noventa horas o percurso com os meios de comunicação usados. (*Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, n. 31, p. 311-321.) É provável que se considerasse mais cômoda a viagem por mar, indo do Recife a Penedo, viajando depois, ainda de barco, até Traipu, e seguindo daí por diante o curso do rio, para alcançar as aldeias que ficavam para cima da cachoeira de Paulo Afonso.
- (21) *Pambu*. Na estimativa de frei Martinho ficava a vinte e duas léguas da aldeia de Rodelas. Segundo Halfeld, a distância era de quinze léguas, uma vez que Pambu se situava na légua 282 e Rodelas na légua 297. De Pambu a Aracapá a distância era de dezoito léguas, pelos cálculos de Halfeld.
- (22) *Rainha de Portugal*. Francesa de nação. Era Dona Maria Francisca Isabel de Sabóia. Fora esposa de D. Afonso VI, que foi afastado do trono, para que o ocupasse o irmão, D. Pedro II, que acabou ficando com o trono e a mulher do irmão, pela anulação do casamento anterior, com D. Afonso VI. O segundo casamento se concluiu no ano de 1666, com D. Pedro II. D. Maria Francisca nascera em Paris e fora conhecida, quando solteira, como Mademoiselle D'Aumale, filha do Duque de Nemours. Duas vezes rainha de Portugal, veio a morrer em setembro de 1683, substituída no trono de Portugal, por D. Maria

Isabel de Neuburgo, filha de um eleitor do palatinado do Reno, o duque de Neuburgo.

Com a morte da rainha D. Maria Francisca, perderam os capuchinhos franceses a sua grande protetora. (Vide Antônio Alvaro Dória, no *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão.)

(23) *Um ex-governador de Pernambuco.* Frei Martinho conta que, tendo regressado a Pernambuco e indo a palácio do governador, encontrara nele um "ex-governador de Pernambuco, muito pouco amigo dos capuchinhos franceses". É provável que se tratasse de um governador que, passando o governo ao substituto, estivesse à espera do comboio que o transportasse a Portugal. Sabemos que frei Martinho embarcara para o Brasil a 15 de fevereiro de 1671 e chegara à Bahia a 3 de agosto de 1671. O governador de Pernambuco, Bernardo de Miranda Henriques, deixara o cargo a 28 de outubro de 1670. Teria ele ficado tanto tempo em Pernambuco, à espera de transporte? Ou se tratava de seu sucessor, Fernão de Sousa Coutinho, sétimo governador de Pernambuco, que assumira o cargo a 28 de outubro de 1670 e governara até 17 de janeiro de 1674, data em que faleceu? Nesse caso, não se poderia falar em ex-governador, pois que morrera no exercício do cargo. Seria então a pessoa a que se referira frei Martinho o ex-governador Bernardo de Miranda Henriques? Faltam elementos para ir além dessa interrogação.

(24) *Cem léguas para cima de Aracapá.* A aldeia de Aracapá estava situada a cento e três léguas da barra do rio S. Francisco, segundo o cálculo de frei Martinho. Se os índios levantados estavam cem léguas acima de Aracapá, deviam estar localizados numa região próxima do que se chamava o Sobrado. E, como eles alcançavam até quarenta léguas para cima desse ponto extremo, estavam, então, aproximados da região da barra do Rio Grande e da atual cidade da Barra do Rio Grande. Mais uma demonstração da profundidade do povoamento, no chamado médio S. Francisco.

(25) *Despesas das guerras contra os índios.* Por este trecho da narrativa de frei Martinho, vê-se que não deviam ser grandes as despesas dos cabos, que promoviam as lutas contra os índios, amplamente compensadas pelo apresamento da escravaria adquirida nas guerras consideradas "justas", isto é, aprovadas ou autorizadas pelas autoridades. A despesa maior seria a das munições, balas e pólvora, que o próprio governo se incumbia de fornecer, como se depreende da portaria de 18 de junho de 1676, baixada pelo governo provisório, que substituíra o governador Afonso Furtado:

"Porquanto convém ao serviço de Sua Alteza mandar socorrer com suma brevidade o Coronel Francisco Dias de Ávila com dez arrobas de pólvora fina e vinte de bala de chumbo que pede pelo aviso que agora se recebeu por ficar pelejando com os Bárbaros do Rio de S. Francisco: o Provedor-Mor da Fazenda mande logo entregar à pessoa que lhe apresentar esta ordem as ditas dez arrobas da melhor e mais fina pólvora que houver, e vinte arrobas de balas, e com recibo de tal pessoa se levarão em conta ao Almojarife. Bahia e Junho 18 de 1676. Azevedo, Guedes." (*Documentos Históricos*, vol. VIII, p. 247.)

Sem falar nas promoções e honrarias que as guerras justificavam e que eram muito disputadas pelos que prestavam serviços aos potentados.

O governo da Bahia, interino, era composto de Agostinho de Azevedo Monteiro, Alvaro de Azevedo e Antônio Guedes de Brito, que haviam substituído ao governador Afonso Furtado de Mendonça. (*Documentos Históricos*, vol. VIII, p. 430, e vols. LXXXV e LXXXVIII.) O governo provisório se constituiria, na falta de substituto previamente designado pela Coroa, com o chanceler, o mestre-de-campo mais antigo e o juiz da Câmara mais velho. Para essa indicação se procederia a uma eleição ou escolha, num colégio eleitoral composto com os ministros da Relação da Bahia, todos os oficiais do Senado da Câmara da cidade, os prelados das religiões, os oficiais maiores da Milícia, o provedor-mor da Fazenda Real "e alguns sujeitos da nobreza e cidadãos a que propusera o estado de sua pessoa". (*Id., ib.*, vol. LXXXVIII, p. 85.)

Não seria Paranaguá "esse pequeno lago, ou brejo," a que se refere a narrativa de frei Martinho?

- (26) *O governador havia morrido.* Esse governador era Afonso Furtado de Mendonça, que morreu a 26 de novembro de 1675. Sucedeu-lhe um governo provisório, a que nos referimos na nota anterior. Um dos atos desse governo provisório foi a patente de coronel concedida a Francisco Dias de Ávila, tendo em consideração que "Vossa Mercê há procedido nesse negócio [luta contra os bárbaros] que se lhe encomendou, tanto com o Sr. Afonso Furtado lhe encarregou, e nele fez um tão particular serviço a Sua Alteza, respeitando nós todos os que Vossa Mercê e a sua casa lhe há feito, nos pareceu mandarlhe passar a Patente de Coronel que será com esta, para que, com maior posto, sejam maiores os progressos que Vossa Mercê tenha feito em seu real serviço." (*Documentos Históricos*, vol. VIII, p. 430.) Era uma demonstração da solidariedade das autoridades baianas com o potentado da Casa da Torre, para ver que se tratava da defesa de interesses comuns.
- (27) *Guerra à missão de Canabrava.* Essa outra guerra à missão de Canabrava deve ter sido, como calcula Frederico G. Edelweiss, de 1678 para 1679 (nota à página da edição fac-similar).
- (28) *Nação dos tamaquiús.* A ilha de Tamaquiú deve o seu nome à aldeia que a habitava. Ficava na légua 267 do relatório de Halfeld, conseqüentemente a cento e dezesseis léguas da barra do rio S. Francisco. Halfeld havia encontrado ainda, no barranco da margem pernambucana do rio, as últimas casas da povoação dos tamaquiús. Não ficava muito distante da situação atual de Petrolina ou de Coripós. Juazeiro ficava na légua 247 de Halfeld, conseqüentemente a vinte léguas acima da aldeia dos tamaquiús.
- (29) *O novo governador.* O novo governador era Roque da Costa Barreto, que tomou posse a 15 de março de 1678 e deixou o governo em 13 de maio de 1688 e, no mesmo dia, embarcou para Lisboa, como lembra Frederico G. Edelweiss, baseado no padre Antônio Vieira, segundo João Lúcio de Azevedo, *Cartas do Padre Antônio Vieira*, vol.

3, p. 454 e 456. Frei Martinho deve ter chegado à Bahia em agosto de 1682.

- (30) *Casamento da infanta de Portugal*. Houve o desejo, e o projeto, de casar a infanta de Portugal com o duque de Sabóia, Vitório Amadeu. Mas, como esclarece Frederico G. Edelweiss, "o enlace comemorado por antecipação, na Bahia, nunca se realizou, pois o duque de Sabóia recusou-se mesmo a receber, em Turim, o emissário português, o duque de Cadaval".
- (31) *Inspiração divina*. "Quando vos levarem perante reis e governadores, não vos preocupe o que tiverdes de responder; recebereis a inspiração do que tiverdes de dizer." A citação, ao que me parece, não é literal, mas expressa o ensinamento de diversos Evangelhos, o de S. Mateus, 13:11, 13, o de São Lucas, 12:13, e o de São Mateus, 10:18, 20. São palavras de Jesus Cristo. Em S. Lucas, lê-se: "Quando vos levarem às sinagogas e perante os governadores e as autoridades, não vos preocupeis quanto ao modo por que respondereis, nem quanto às cousas que tiverdes de falar. Porque o Espírito Santo vos ensinará, naquele momento, as cousas que deveis dizer." (Tradução de João Ferreira de Almeida.)
- (32) *Cormes*. É o fruto da sorveira. Era o nome vulgar da sorveira doméstica (*sorbus*) da família das rosáceas. Os frutos são pomos de gomos abertos, de fina membrana, os gomos não contêm senão uma semente. É um fruto comestível, quando está muito maduro. Herckman descrevia assim a mangaba: "Há aí uma outra fruta chamada *mangaba*, completamente semelhante ao damasco. Depois de colhida, deve ser guardada durante dois ou três dias, e então se acha em melhor estado. Interiormente tem alguns caroços, como a nêspera, mas em maior número. É uma das frutas mais agradáveis do Brasil; mas não dá nesta Capitania [Parafba] em tanta abundância quanto em Pernambuco." (Elias Herckman, "Descrição Geral da Capitania da Parafba", na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, vol. 31, p. 273.)
- (33) *Padre Jacob Rolland*. O padre Jacob Rolland, que frei Martinho considerava "um verdadeiro santo", não mereceu o mesmo elogio dos seus companheiros da ordem de Santo Inácio, que o consideravam teimoso, aborrecido e inconsistente, como lembra Frederico Edelweiss, na nota à página 173 da edição fac-similar, baseando-se em Serafim Leite, vol. 9, p. 102, de sua *História*.
- (34) *Jacob Clé*. Frei Martinho de Nantes se refere a um jesuíta de nome "Jacob Clé, flamengo". O nome exato, como se pode ver em Serafim Leite, *História*, vol. 5, p. 289, era Jacques Cocle, aporuguesado para Jacobo Cocleo. Era francês, nascido perto de Reims, provavelmente de origem flamenga. No encontro com frei Martinho deveria estar na aldeia de Santa Teresa dos Quiriris, em Canabrava, aldeia fundada em 1667 pelos jesuítas João de Barros e Jacobo Rolando.
- (35) *Luis de Tissange*. *Louis de Tisange* é a grafia adotada por Frei Martinho de Nantes. Frei Fidelis de Primério registra *Tifauge*. Observa Frederico G. Edelweiss que não encontrou nenhuma localidade francesa com o nome de Tifanfe, mas, em compensação, havia uma locali-

dade Tiffauge (com s final), que era um povoado célebre onde se situava o castelo do mesmo nome do de Barba Azul. O responsável pela reedição de 1888 registra *Tissange*.

- (36) *O convento da Piedade*. Frederico G. Edelweiss, na edição fac-similar da *Relação* de frei Martinho de Nantes, atribui aos capuchos franceses a precedência, na idéia da construção do convento da Piedade, confirmando, assim, a declaração do capuchinho. Acredita, também, que a interferência dos capuchos italianos foi uma espécie de manobra, para prejudicar a ação dos missionários franceses, e chega a admitir que o pedido dos italianos "rescende a *curraleiro* e trai, por demais visível, a chancela da Casa da Torre". (Ob. cit., p. 18 do apêndice.) Conclui, também, que a construção do convento (ou da igreja) se deve também a frei Martinho de Nantes, concordando com a sua afirmativa na *Relação*. E conclui: "Não pode assim haver a menor dúvida, quanto a frei Martinho de Nantes também ser o fundador do convento da Piedade." (*Id.*, p. 24.)

Parece-me, aliás, que tudo isso ficou perfeitamente esclarecido no vol. LXXXVIII dos *Documentos Históricos*, que Frederico Edelweiss cita na bibliografia, mas não inclui o texto de sua nota. Convém transcrever essa referência, uma vez que se recorda, às p. 170-185 do referido volume, carta da Câmara da Bahia de 14 de abril de 1680, discutida na sessão do Conselho Ultramarino de 3 de novembro de 1680. O pronunciamento do Conselho foi peremptório:

"Ao Conselho parece que visto Vossa Alteza ter concedido aos religiosos franceses o poderem edificar um hospício na Bahia, tomando-o debaixo da sua proteção, tendo Vossa Alteza respeito à informação que deram os oficiais da Câmara do ano passado dos procedimentos destes padres e do zelo com que se empregavam nas missões do sertão, e o que se seguia, no serviço de Deus, deste exercício, pois era este o meio de se conservar e muito os gentios na fé, pelo espírito com que se applicavam à sua conversão, e forma com que os instruiu na doutrina católica, deve Vossa Alteza ser servido (sem embargo das razões que apontam os oficiais da Câmara) ordenar-lhes dêem cumprimento à provisão que se lhes passou, assim para a criação do hospício, como em lhes assinalarem sítio conveniente em que possam edificar, e para se evitarem escrúpulos, e tudo o mais que pode prejudicar ao serviço de Vossa Alteza e da Coroa, se deve declarar que a licença, que Vossa Alteza concede a estes religiosos para fabricarem hospício, não é para outro fim que para nele se poderem agasalhar os que forem à missão e não para que sirva de convento, que pelo tempo em diante queiram agregar outros para firmar província naquele Estado, que é o que os oficiais da Câmara representam para se lhes não conceder esta licença na forma das ordens que lhes foram passadas, e juntamente poderá servir este hospício para recolhimento dos Padres Italianos da missão de Angola, quando para lá forem por via da Bahia, assim como aqui nesta Corte lhes serve, quando vêm da Itália, para irem àquela missão, o convento dos capuchos franceses.

E também se deve declarar a estes religiosos que a concessão que Vossa Alteza lhes fez de mandá-los às missões das

suas conquistas, é graça meramente de Vossa Alteza, sem dependência da Junta da Propaganda, porquanto os sumos pontífices, por seus Breves Apostólicos, têm concedido aos reis e príncipes da Casa de Portugal a nomeação *in solidum* de mandar missionários às suas conquistas, a pregar a fé aos infiéis, sem outra dependência mais que a de que forem servidos escolher para as tais missões e que assim o entendiam estes religiosos e todos os mais que pretenderem a tal missão e com estas declarações se fica satisfazendo as dúvidas e inconvenientes que apontaram os oficiais da Câmara da Bahia, como também ao reparo que faz o Procurador da Coroa sobre o ponto de dizerem estes Religiosos, na sua petição, que é contra as ordens da Congregação da Propaganda Fide dificultar-se-lhes esta concessão, porque com esta advertência, formalmente declarada, ficará tudo sem embaraços e escrúpulos, nem dificuldade, e conseguido o intento do serviço de Deus, que é o que Vossa Alteza pretende e deseja. Vossa Alteza mandará ordenar o que mais convier a seu real serviço. Lisboa, 3 de setembro de 1680. O Conde. Sá, Malheiros. Dourado. Cardoso."

Embaixo, o despacho real:

"À margem, Como parece. Lisboa, 24 de setembro de 1680. Príncipe."

Como se vê, a oposição local valia-se de todos os argumentos, para dificultar a ação dos missionários, inclusive apelando para as prerrogativas reais. Mas os capuchinhos franceses gozavam de grande prestígio na Corte, ainda em vida da rainha francesa, D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, esposa de D. Afonso VI e de D. Pedro II de Portugal. Só com a sua morte, ocorrida em 1683, é que declinaria o prestígio dos capuchinhos franceses, embora ainda bem vistos pelo rei D. Pedro II, como se deprende da acolhida que fez a frei Martinho de Nantes, nas audiências que ele relata.

- (37) *Citação da Bíblia.* "Destruí o templo e em três dias o reedificarei." Palavras de Jesus Cristo, assim recordadas no Evangelho de S. João: *Solvite templum hoc, et in tribus diebus excitabo illud.* (S. João, 2:19.) Na edição da *Vulgata* de A. Grammatica se diz *excitabo*. Cristo se referia ao edifício da fé, não ao próprio templo que os judeus haviam levantado. A tradução do texto citado é do padre João Ferreira de Almeida.
- (38) *Padre Boaventura de Bécherel.* Era missionário na aldeia dos aramurus, onde estivera o padre Anastácio d'Audierne durante seis anos. Estava na Penha em 1700, segundo informação de frei Fidelis de Primério. Segundo essa mesma fonte, faleceu em Aracapá, depois de muitos anos de trabalho.
- (39) *Padre José de Chateaugontier ou Ploermel.* Foi missionário na aldeia de Poquim, atualmente Pacatuba, a três léguas da barra do rio S. Francisco. A ele se refere Loreto Couto, na sua obra *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, quando escreve: "Antônio Gonçalves, índio principal da Nação dos Caropotós, sendo reduzido à fé pelo missionário Frei José de Ploermel, capuchinho francês, com as suas persuasões e doutrina converteu todos os gentios de sua nação à lei

evangélica. Repugnava sujeitar-se ao império português ou por ódio, e ferocidade, ou com temor de perder a liberdade, e com tanto artificio soube o índio criar de novo diversos hábitos nos seus naturais, que trocada em humanidade a fereza, chegaram a comunicar-se tratáveis; vendo os conformes veio ao Recife dar obediência a El-Rei e ao seu Governador e lugar-tenente D. João de Sousa, de quem foi recebido com não vulgar estimação de agrado. Nomeado Governador e Mestre-de-Campo dos seus por uma Patente, que depois confirmou El-Rei, serviu com tanta satisfação o Estado, que soube mostrar-se não só credor do prêmio, mas de estátuas." (Ob. cit., livro VI, n. 116.)

- (40) *Braço de Prata*. O sucessor do governador Roque da Costa Barreto foi Antônio de Sousa Meneses e não Francisco. O historiador Edelweiss acredita que frei Martinho confundira com o governador Francisco Teles de Meneses, que também estava na Bahia, e era um dos favoritos do governador. Antônio de Sousa Meneses era cognominado o "Braço de Prata", pela substituição de um braço que perdera, não nas guerras peninsulares, mas na luta contra os holandeses, em Pernambuco, segundo ainda Edelweiss.
- (41) *Arcebispo do Brasil*. O segundo arcebispo do Brasil era D. frei João de Madre de Deus, que chegara à Bahia em 20 de março de 1682 e morrera de "bicha" em 13 de junho de 1686, como o recorda Edelweiss. Antes dele, já o havia lembrado o barão de Studart no seu estudo "O Padre Martin de Nantes e o Coronel Dias de Ávila", na *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, vol. XLV, p. 37-52.
- (42) Pedro Calmon, em *História da Casa da Torre*, publicada em 1929, escreve: "É impossível apurar o que de verdade há nas palavras seguintes do padre Martim de Nantes: 'Caiu em demência um ano antes de morrer: ficou abandonado e desprezado dos seus e dos próprios filhos. Morreu sem socorro algum e, o que é ainda mais deplorável, sem sacramento' (p. 102). Noutra passagem, quando se refere aos últimos dias de Garcia de Ávila, o segundo, observa: 'A este, pois, não ao filho, Francisco Dias de Ávila, havia de referir-se o padre Martim de Nantes, quando disse que o senhor da Torre faleceu abandonado dos seus' (p. 76). Chama o segundo Francisco Dias 'o Grande', embora registre que 'cada missionário era um curador dos bárbaros, e Francisco Dias trucidava-os'" (p. 86). Tudo indica que frei Martinho obtivera a sua informação dos capuchinhos que haviam ficado no Brasil. Na primeira *Relação* já devia conhecer os derradeiros dias de Garcia de Ávila. A circunstância de incluir o que se passara com Francisco Dias de Ávila na sua segunda *Relação*, escrita muito depois de sua saída do Brasil, mas quando estava ao corrente de tudo o que ia acontecendo com os companheiros, que continuavam à frente das missões, não autoriza a conclusão de uma confusão entre os dois episódios. Até agora, é a única informação conhecida, até que venha outra que a conteste. Tanto mais quando se sabe que Francisco Dias de Ávila deve ter morrido entre 1693 e 1694, quando os capuchinhos franceses ainda estavam presentes às missões do S. Francisco e tinham razões para acompanhar de perto a atividade e a vida de quem nunca lhes dera tréguas ao trabalho missionário. Estava ainda vivo em 1693, revela Pedro Calmon (ob. cit., p. 101-102);

requerimento de sua viúva mostrava que estava morto em 1694 (Francisco Leite de Faria, ob. cit., p. 11).

- (43) *Rei de Portugal*. O rei de Portugal que recebia frei Martinho em audiência era D. Pedro II, que assumira o poder em substituição ao irmão, afastado do trono, D. Afonso VI, em 24 de novembro de 1662, e reinara até 1706.
- (44) *Conde de Licerna*. O historiador Edelweiss, na pesquisa que realizou, não encontrou nenhum conde de Licerna ou de Liceira, mas identificou a referência de frei Martinho no segundo conde de Ericeira, D. Fernando de Meneses, que escrevia correntemente o latim e era estudioso da história de Portugal.
- (45) *Novo arcebispo*. O novo arcebispo, o terceiro da Bahia, era D. frei Manuel da Ressurreição, que chegava à Bahia em 13 de maio de 1688, como o registra nota do historiador Edelweiss.
- (46) *Fim das missões dos capuchinhos franceses*.

Frei Martinho de Nantes, em duas passagens de sua *Relação*, alude às circunstâncias que impediram a continuação do trabalho missionário dos capuchinhos franceses. A primeira é quase uma manifestação de saudades. "Mas tudo se alterou", escreve, "não pude voltar ao Brasil, como todos os meus companheiros de missão" (p. 96).

Mas noutra passagem explica mais detidamente: "A Corte de Portugal exigia de todos os missionários estrangeiros um juramento de fidelidade que, no começo, era legítimo na sua forma, e estava mesmo de acordo com o direito natural e divino. Mas depois lhe acrescentaram indevidamente um prazo obrigatório. A Corte de Portugal, cheia de desconfiança, acrescentou circunstâncias de tal forma onerosas, que a Sagrada Congregação proibiu o juramento. Assim, todos os nossos missionários, que haviam vindo da França, em número de oito, foram obrigados, como eu mesmo, a deixar nossas missões. A obediência me convocou em primeiro lugar; os outros vieram depois" (p. 94).

Como se vê, um conflito de competência entre a Coroa portuguesa e a congregação que dirigia ou superentendia a propaganda da fé. Outras circunstâncias devem ter colaborado para esse resultado, a começar pela morte da rainha de Portugal, francesa de nação, que morrerá em 1683, D. Maria Isabel de Sabóia. E se o rei tinha em grande conta, como demonstrou, o trabalho dos capuchinhos, não deixaria de pesar na balança a hostilidade dos poderosos sesmeiros, que tinham à sua frente a poderosa Casa da Torre.

As missões dos capuchinhos franceses ficaram entregues aos religiosos de Santa Teresa. Em consequência de representação de Garcia de Ávila Pereira, filho e herdeiro de Francisco Dias de Ávila, "alegando o pouco fruto que os religiosos de Santa Teresa têm feito na cristandade do distrito do rio de S. Francisco, em [que] assistem em lugar dos capuchos franceses, por ordem minha, e ser conveniente ao serviço de Deus e salvação daquelas almas, entregaram-se as ditas missões aos capuchos italianos, por serem os mais úteis nelas, como a experiência tem demonstrado no exemplo de sua vida, e desinteresse dos bens humanos, pois só tratam da salvação das almas, e se contentam com o que lhes dá a Providência Divina, no que se evita a despesa que a Fazenda Real faz de trinta mil-réis cada ano de ordi-

nário a cada um dos missionários teresos. Fui servido resolver que os religiosos capuchos italianos assistam às missões do distrito do rio de São Francisco, que ocupavam os religiosos teresos, para o que mandei avisar nesta Corte ao superior dos capuchos italianos, assista com os religiosos que forem necessários para as tais missões. E a vós vos ordeno por esta mandeis suspender as despesas que se fazia com os missionários de Santa Teresa todos os anos para suas côngruas da Fazenda Real, porquanto Garcia de Ávila Pereira se obriga a assistir com a sua aos missionários italianos, quando necessitem de alguma cousa para o seu sustento." Carta do rei ao governador geral do Estado do Brasil, escrita a 10 de dezembro de 1709. (*Documentos Históricos*, vol XXXIV, p. 310-311.)

Como se vê, o segundo Garcia de Ávila encontrara um caminho mais fácil que o que havia sido preferido pelo seu antepassado, nas lutas sem termo de sua existência.

As missões dos capuchinhos franceses, no momento de sua partida, eram as Poquim (Pacatuba), Aramurus (Traipu), Rodelas, ilha das Vacas e Aracapé.

Meio século mais tarde, na relação das aldeias de Pernambuco, na "Informação Geral da Capitania de Pernambuco em 1749", publicada no volume XXVII dos *Anais da Biblioteca Nacional*, ainda se encontravam, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rodelas, as seguintes aldeias, incluídas na jurisdição pernambucana:

- Aldeia de Missão Nova de S. Francisco do Brejo, sita na Ribeira do Payaú, o missionário é religioso franciscano, tem várias nações tapuias.
- Aldeia de Nossa Senhora do Ô, sita na ilha de Sorobabé, o missionário é religioso franciscano, tem duas nações de tapuias, porcás e brancararus.
- Aldeia de Nossa Senhora de Belém, sita na ilha de Acará, o missionário é capuchinho italiano, tem duas nações de tapuias, porcás e brancararus.
- Aldeia do Beato Serafim, sita na ilha da Varge, o missionário é capuchinho italiano, tem uma nação de tapuias, porcás e brancararus.
- Aldeia de Nossa Senhora da Conceição do Pambu, o missionário é capuchinho italiano, tem uma nação de tapuias cariris.
- Aldeia de S. Francisco, sita na ilha de Aracapé, o missionário é capuchinho italiano, tem uma nação de tapuias cariris.
- Aldeia de S. Félix, sita na ilha do Cavalo, o missionário é capuchinho italiano, tem uma nação de tapuias cariris.
- Aldeia de Santo Antônio, sita na ilha de Irapuá, o missionário é religioso capuchinho italiano, tem uma nação de índios cariris.
- Aldeia de Nossa Senhora da Piedade, sita na ilha de Inhamuns, o missionário é religioso franciscano, tem uma nação de tapuias cariris.
- Aldeia de Nossa Senhora do Pilar, sita na ilha de Coripós, o missionário é religioso franciscano, tem uma nação de tapuias coripós.

— Aldeia de Nossa Senhora dos Remédios, sita na ilha do Pontal, o missionário é religioso franciscano, tem uma nação de tapuias tamaquiús.

— Aldeia de Senhor Santo Cristo, sita no Araripe, o missionário é religioso capuchinho italiano, tem uma nação de tapuias ialna.

Na Freguesia do Rio Grande do Sul, ainda na jurisdição pernambucana, havia a seguinte aldeia:

— Aldeia de Aricobé, o missionário é religioso franciscano da Bahia. Invoca-se Nossa Senhora da Conceição, tem uma nação de caboclos aricobé, de língua geral.

Entre as razões que deviam estar influenciando para que se modificasse a atitude de Portugal em face dos missionários franceses, estava a deterioração de suas relações diplomáticas e a atividade das expedições francesas, que vinham inquietando as cidades litorâneas do Brasil. Mas, acima de tudo, se devia considerar a presença daquele temor de que os estrangeiros soubessem das riquezas que estavam surgindo no Brasil. Manifestação daquele sentimento que levaria o governo português a destruir o famoso livro de Antonil. A proibição do governo português ficou patenteada na carta do embaixador da França em Lisboa, escrita ao governo de Paris, em 21 de outubro de 1700, propondo que se deixem vir do Brasil os capuchinhos franceses que ainda lá estivessem. (Padre Francisco Leite de Faria, *O Padre Bernardo de Nantes*, ob. cit., p. 44.) Como o embaixador relatasse ao rei de Portugal a situação de dificuldades em que se encontravam as missões, que ainda trabalhavam no Brasil, e achasse que havia necessidade de socorrê-las com outros missionários que fossem da França, o rei, mesmo reconhecendo a excelência do trabalho que ali vinha sendo realizado pelos padres franceses, advertiu que, quanto a lhes mandar socorros, "não mudaria de nenhum modo sua resolução, que já havia tomado, de não admitir mais missionários estrangeiros no Brasil". Diante de declaração tão categórica, que não permitia nenhuma esperança, os capuchinhos que estavam em Portugal escreveram ao seu provincial, propondo que fizesse voltar os que ainda estavam no Brasil, mas, como o provincial não decidiria nada sem ouvir o rei, o embaixador comunicava que se tratava de uma resolução definitiva, esclarecendo que se alegava "razão de Estado", para que os "estrangeiros não soubessem o que se passava no Brasil". Para elucidação completa desse episódio, vide José Antônio Soares de Sousa e os documentos coligidos por Cícero Dias em *Catálogo de Documentos Referentes ao Brasil*, principalmente p. 31 e segs., e os documentos relacionados às p. 162, 166, 182, 183 e 185.

- (47) *Touppart*. Os índios várias vezes contaram a frei Martinho que o grande deus do céu se chamava *Touppart*. É pequena a diferença para Tupã. Mamiani, na *Arte da Grammatica da Língua Brasileira da Nação Kiriri*, registra Tupã — casa de Deus (p. 6). Era uma demonstração das afinidades encontradas em diversos idiomas do gentio.